

Região  
Metropolitana de  
Natal



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Projeto: "O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal"  
(CNPq - Pronex / FAPERN - UFRN)

**PRODUTO 4**  
**TIPOLOGIA SÓCIO-ESPACIAL**  
**NUMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO, A RMNATAL**

Natal, dezembro de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Projeto: “O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal”  
(CNPq - Pronex / FAPERN – UFRN)

## **Produto 4**

**TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL  
NUMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO, A RMNATAL**

Natal, dezembro de 2007

## **Equipe**

### **Coordenadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Livramento M. Clementino

### **Ciências Sociais/Núcleo Avançado de Políticas Públicas**

- Profa. Ms. Zoraide Souza Pessoa – UERN

### **Bolsistas:**

- Rosa Maria Rodrigues Lopes – AT/CNPq/FAPERN – Mestranda em Geografia
- Larissa da Silva Ferreira – AT/CNPq/FAPERN – Mestranda em Geografia

---

Site: [www.cchla.ufrn/rmnatal](http://www.cchla.ufrn/rmnatal) E-mail - [rmnatal@cchla.ufrn.br](mailto:rmnatal@cchla.ufrn.br) Fone: (84) 3215-3836

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

1. TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL NUMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO, A RMNATAL

2. A ESTRUTURA INTRA-URBANA DA RMNATAL SEGUNDO A TIPOLOGIA SOCIO-ESPACIAL

3. MUDANÇAS NA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL NO PERÍODO 1991-2000

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... **179**

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório está organizado com base em documentos sínteses dos trabalhos desenvolvidos para construção e aplicação da Tipologia Socioespacial para a RMNatal e está composto por três partes. A primeira parte do relatório discute os marcos referenciais e teóricos que amparam a tipologia socioespacial e como eles referendam uma metrópole em formação, como é o caso da RMNatal. Para isso, apresenta os aspectos gerais e as particularidades importantes que conformam a RMNatal criada oficialmente em 1997. Nesta parte ainda é feita uma análise da estrutura ocupacional da metrópole balizada pelos parâmetros propostos pela bibliografia recente das cidades globais, que aponta para a redução das categorias médias e operárias e o aumento das camadas superiores e de trabalhadores pouco especializados.

Na segunda parte do relatório, é dedicada a apresentar os resultados da tipologia sócio-espacial da metrópole potiguar como também as bases metodológicas que referendam sua aplicação construída no nível intra-urbano, e que permitiu traçar o perfil social dos tipos de áreas que foram identificados, buscando detectar aspectos da segmentação social e da segregação urbana. E por fim, a terceira e última parte do relatório, que apresenta os resultados que trata das mudanças ocorridas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal no período de 1991 e 2000, observadas por sua estrutura sócio-ocupacional.

# 1. TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL NUMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO, A RMNATAL<sup>1</sup>

## 1.0 INTRODUÇÃO

As transformações espacial e funcional dos anos mais recentes por que tem passado Natal e seu entorno nas últimas décadas que coincide com a emergência da formação da metrópole potiguar e que vem se constituindo de forma segmentada socialmente, não diferindo dos espaços metropolitanos já consolidados no Brasil. Por esse motivo a construção da tipologia na RMNatal objetiva identificar os principais traços que marcam a configuração social e espacial que está emergindo na formação da metrópole potiguar.

A segmentação socioespacial metropolitana é uma temática que vem sendo discutida exaustivamente na bibliografia recente e diz respeito à tendência de segregação socioespacial que se aprofunda nas aglomerações urbanas. No âmbito do Observatório das Metrôpoles os estudos vêm colocando sob prova empírica a hipótese da tendência à dualização e á polarização social e chamando atenção para a importância das classes médias na compreensão da estruturação social do espaço das metrôpoles brasileiras. Mostram as camadas médias como discriminadoras do espaço metropolitano, como primeira marca da divisão social desse território. Mais precisamente, os resultados de pesquisa mostram situações em que essas classes médias ora estão mais, ora menos, espalhadas no território metropolitano revelando quão desiguais são as metrôpoles em suas formas sociais e espaciais. A perversa urbanização brasileira hoje acentuada pelos efeitos da reestruturação produtiva e do mercado de trabalho protagonizam a crise social brasileira.

As transformações econômicas que estão ocorrendo no Brasil, desde meados de 1980 se externalizam particularmente nas grandes cidades e nas

---

<sup>1</sup> Com base no artigo intitulado: “SEGMENTAÇÃO NUMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO” apresentado e publicado nos Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na cidade do Recife no período de 29/05 a 01/06/2007 das autoras: Maria do Livramento Miranda Clementino-UFRN e Zoraide Souza Pessoa-UERN

regiões metropolitanas, onde as transformações adquirem maior significado. A polêmica que alimenta o debate está centrada nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais, que marcou a era industrial fordista, e o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Essas questões estão no centro das discussões sobre a *global city* (Sassen, 1998), cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. Nesse processo, em que o Setor Terciário estaria assumindo predominância frente a processos simultâneos de modernização e relativa retração no emprego do Setor Secundário, haveria igualmente uma reconfiguração e um encolhimento das classes médias, tendo em vista as mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos. Algumas ocupações típicas das classes médias estariam em declínio, outras se desqualificariam, e surgiriam novas profissões ligadas à expansão das funções de gestão (SASSEN, 1998).

A estrutura social, alicerçada na indústria da informação, em especial nas grandes metrópoles, estaria assentada, de um lado, na existência de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, de outro, em um contingente de trabalhadores menos qualificados e de não menos importância, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta. Essa imagem, que não encontra unanimidade junto aos pesquisadores, estaria em contraposição à de ovo, que representa a predominância das camadas médias e operárias na estrutura social e a presença reduzida dos estratos superiores e inferiores dessa estrutura.

Com base nesses pressupostos, a Observatório das Metrópoles vem através de suas pesquisas reunindo elementos empíricos e analíticos presentes no campo dessa discussão. Nesse sentido, a identificação do espaço social das metrópoles vem sendo buscada através do desenvolvimento de um mesmo modelo metodológico, objeto do presente trabalho para a RMNatal, pretendendo verificar a procedência ou não das teses da *global city* na realidade brasileira. Para tanto foi elaborada uma hierarquia sociocupacional com a construção de um conjunto de categorias, a partir das variáveis censitárias de ocupação segundo a

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os primeiros trabalhos comparativos realizados foram entre Paris e Rio de Janeiro (Preitecelle, Ribeiro, 1998) e entre três grandes metrópoles brasileiras - Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (Ribeiro e Lago, 2000).<sup>2</sup>

Essas pesquisas têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam; e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social. A estrutura social “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (Ribeiro, Lago, 2000, p.112), dentro de uma articulação que remete ao pensamento de Bourdieu (1989). O autor desenvolve a noção de que os indivíduos ou agentes ocupam posições relativas no espaço social, as quais se encontram em oposição. É possível classificar empiricamente essas posições relativas segundo os diferentes agrupamentos sociais, podendo ser identificadas pelo volume dos capitais (econômicos, sociais e simbólicos) que eles detêm e pela estrutura desses capitais. Colocados em posições semelhantes e estando sujeitos a condicionamentos similares, há probabilidade de que esses agentes ou indivíduos desenvolvam atitudes, interesses e práticas aproximadas. A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais (Ribeiro, Lago, 2000, p.112).

As categorias socioocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não-manual e, atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a

---

<sup>3</sup> Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE),



diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (Ribeiro, Lago, 2000).” ( Mammarella, Rosetta, 2007)

Para Natal pretende-se, no âmbito do Projeto do Projeto de Pesquisa “ O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal” replicar a tipologia socioespacial e representar geograficamente a distribuição espacial de oito tipos sócio-ocupacionais construídos com base nas ocupações do censo demográfico de 2000 do IBGE. Considerando tais tipos como expressão da hierarquia social esse primeiro mapeamento permite uma visualização da segmentação social nesse espaço metropolitano.

## **2.0. Natal, uma Metrópole em Formação**

Na sociedade global, o crescimento e a riqueza estão cada vez mais concentrados em um número limitado de metrópoles e as questões sociais se acumulam, principalmente nas áreas metropolitanas dos países de industrialização tardia, como o Brasil, onde a dinâmica econômica é instável e a capacidade produtiva extremamente variável. Nesse contexto, as metrópoles contêm ao mesmo tempo, o maior potencial de desenvolvimento do país e os mais graves problemas sociais.

É esse o cenário das áreas metropolitanas brasileiras e da maior parte do mundo, o que transforma as metrópoles em um problema de várias dimensões: econômica, política, ambiental e, sobretudo social. Borja e Castels (2004) afirmam que as cidades metropolitanas são espaços urbanos onde *a cidade real se confronta com a cidade formal*, na medida em que, a cidade central (em torno da qual gravita a dinâmica metropolitana) esgota a sua capacidade de resposta em relação à toda a região.

Quanto às metrópoles brasileiras, a explosão urbana iniciada nos anos 70 do século passado ensejou processos de metropolização de grandes e médias cidades. Às nove regiões metropolitanas criadas durante o período militar somam-se na década de 1990 mais 18 novas regiões metropolitanas. O avanço do

processo de urbanização e crescimento da população urbana sugere a complexidade da rede urbana metropolitana brasileira. (Tabela 1).

**Tabela 1 - População das Regiões Metropolitanas criadas nos anos 90**

<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>População Residente</b>
1. RM Londrina (PR)	647.854
2. RM de Maringá (PR)	474.202
3. RM de Florianópolis (SC)	816.315
4. RM do Vale do Itajaí (SC)	538.846
5. RM do Norte/Nordeste Catarinense (SC)	926.301
6. RM do Foz do Rio Itajaí (SC)	375.589
7. RM Carbonífera (SC)	324.747
8. RM de Tubarão (SC)	324.591
9. RM da Baixada Santista (SP)	1.476.820
10. RM de Campinas (SP)	2.338.148
11. RM do Vale do Aço (MG)	563.073
12. RM de Vitória (ES)	1.425.587
13. RM de Maceió (AL)	989.182
14. RM de Natal (RN)	1.043.321
15. Grande São Luís (MA)	1.070.688
16. RIDE (DF)	2.952.276
17. RM de Goiânia (GO)	1.639.516
<b>Total RMs</b>	<b>17.927.056</b>

Fonte: Moysés, 2006.

Grande parte dessas áreas metropolitanas não tem um perfil bem definido, nem caracterização própria e, muito menos, identidade metropolitana. Em alguns casos, municípios nitidamente rurais são inseridos nas regiões metropolitanas, por pressão política dos governantes ou dos parlamentares; vazios urbanos consideráveis são identificados entre municípios de algumas regiões metropolitanas; ausência de problemas comuns, restritos indicadores de integração física e funcional, e índices de pobreza muito elevados; tudo isso vem marcando a constituição de regiões metropolitanas nesse país. Conforme dados da Tabela 01, há regiões metropolitanas, cuja população total é inferior ao que tradicionalmente designava-se nos anos 70 como “cidade de porte médio”, alçadas, agora, à condição de aglomerados metropolitanos.

A RMNatal, que se inclui nessa condição, apresenta significativa transformação espacial e funcional nos anos mais recentes, onde os movimentos e direcionamentos já expressam uma metrópole em formação. Ou seja, um aglomerado urbano não propriamente metropolitano com visíveis sinais de um processo de metropolização definido por dois movimentos: um físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Natal, mesmo com muitos vazios; outro, socioeconômico e político administrativo (mesmo que formal), em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços, turismo, comunicações) atando a cidade do Natal aos municípios do entorno e conferindo a essa área uma certa sinergia.

Com pouco mais de um milhão de habitantes e 2,5 mil Km<sup>2</sup>, foi criada formalmente em 1997. É formada de nove municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta, São José do Mipibu e o mais novo integrante, Monte Alegre.

Natal, 100% urbana desde 1980, mantém relações econômicas e funcionais com sua periferia metropolitana. Estas relações se dão sob forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração de serviços públicos, cuja posição é marcante no tecido sócio-econômico da capital. Além de sediar contingentes militares herdados do período da Segunda Guerra, Natal abriga as repartições públicas federais que usualmente devem, pela estrutura da administração pública federal, estar sediadas em uma capital de estado, acrescidas das instituições federais que existem especificamente para cuidar do “Nordeste Seco” (CLEMENTINO, 1995). Mantém, ainda hoje, muito fortemente sua condição de “cidade administrativa”.

A RMN se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicos como privados, abrigando importante centro estadual de produção de conhecimento e consolidando a posição de Natal na formação de recursos humanos qualificados no estado.

Apesar de quase uma década de sua institucionalização como região metropolitana, pode ser considerada uma metrópole em formação. As ações públicas de interesse comum são desarticuladas por parte dos poderes públicos e

o incentivo à apropriação de uma “consciência metropolitana” ainda tímida; muito embora os problemas dessa escala já sejam plenamente perceptíveis.

O crescimento populacional e a expansão da sua estrutura física têm sido condicionados por estruturas econômicas localizadas fora da Região, particularmente, da economia do RN<sup>3</sup>. Em que pese a existência de um pólo industrial na RMN<sup>4</sup>, constata-se a presença significativa do setor de serviços<sup>5</sup> e do setor agrícola.<sup>6</sup>

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN<sup>7</sup>. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar dessas ações que foram complementadas na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR I. Houve investimentos importantes na modernização da infra-estrutura. A partir dos anos de 1990 intensificou-se a integração metropolitana através da infra-estrutura turística, verificando-se: a) A integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal; b) A transformação de terra rural em

---

<sup>3</sup> As principais fontes produtivas do Estado residem nas atividades extrativa mineral – petróleo-gás, sal e minérios como ferro e recentemente a retomada da exploração da scheelita -, e fundamentalmente com a atividade turística que vem se tornando na principal fonte de dinamismo da economia norte-riograndense. Destacam-se ainda o setor de serviços, impulsionado pelos negócios do petróleo-gás e do turismo, além das atividades com base nos recursos naturais, a exemplo da aqüicultura, fruticultura e pesca.

<sup>4</sup> Destaque deve ser dado à indústria têxtil, segundo ramo em importância da indústria de transformação potiguar e o segundo segmento produtivo em termos de consumo de energia elétrica. Após um extenso período de retração registra-se novos investimentos nas unidades produtivas de maior porte, como o grupo Coteminas, que se aliou a uma grande empresa americana, ampliando as três unidades existentes na RMN (duas no município de São Gonçalo do Amarante e uma em Macaíba), a empresa Hering e fábrica da Coats/Corrente, ( no DI de Extremoz) verificando-se ainda a instalação e ampliação em unidades de pequeno e médio portes.

<sup>5</sup> O turismo deve ter um impacto irradiador mais significativo na economia da RMN, com dinamização do setor imobiliário e do varejo moderno, em especial do ramo de Shopping Centers, favorecidos também pelo efeito renda do setor petróleo e gás;

<sup>6</sup> Notam-se ainda sinais de retomada de investimentos na indústria alimentícia, de expansão no setor calçadista além de uma crescente produção do segmento de açúcar e álcool.

<sup>7</sup> O crescimento da economia do Rio Grande do Norte vem sendo sustentado sobretudo pela expansão do turismo, impulsionado pelos grandes blocos de investimentos hoteleiros. Merece ser destacada a tendência do turismo do Estado se consolidar como um importante destino turístico internacional, o que pode ser comprovado pelo aumento dos vôos e elevação do fluxo de passageiros oriundos do exterior.

urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários; c) Uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão de obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários); d) A emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, *resorts*, condomínios fechados, *flats*, casas de veraneio, entre outros.

Estão para acontecer (e mesmo já em curso) importantes investimentos de expansão e reestruturação na RM, que com certeza trarão desdobramentos para sua futura expansão.<sup>8</sup>

Do ponto de vista espacial, há clara identificação de constituição de três eixos: a) **o dos serviços**, mais antigo, modernizado nos anos 70 pelos segmentos industriais desconcentrados dos sudeste e, nos anos 80 e 90, reestruturado pelo turismo. É originário da histórica concentração de serviços públicos na capital potiguar, partindo das áreas centrais mais urbanizadas e em direção ao sul de Natal para os bairros de melhor renda. E, ao norte e oeste, para a constituição de enorme periferia urbana. b) **o do turismo**, mais recente, dos anos 90. A área turistificada extrapola Natal e os 5 municípios metropolitanos costeiros. Configura uma espécie de “filamento do oceano” no sentido norte e sul a partir de Natal urbanizando e modificando a feição da costa litorânea. São cerca de 100 km ao norte e 100 Km ao sul de Natal, com forte concentração em Natal e praias e pequenos núcleos urbanizados, descontínuos, longe das sedes municipais. Observa-se a formação de dois núcleos nas extremidades: Pipa ao sul e São Miguel do Gostoso, ao norte. c) **o das atividades rurais e interiorizadas**, constitutivas de vazios e terras para especulação imobiliária.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços

---

<sup>8</sup> Entre eles: os investimentos considerados estruturadores, como o aeroporto de São Gonçalo, acoplado ao projeto de criação de uma área de livre comércio, o gasoduto Açú/Seridó, a ferrovia Natal-Mossoró vinculada à recuperação do terminal pesqueiro de Natal; as iniciativas de implantação de dois parques de energia eólica, o do Litoral Norte e o de Rio do Fogo; os investimentos em infra-estrutura, capitaneados pela duplicação da BR-101 e pela Ponte de Todos Newton Navarro, além da construção e melhoramento da malha rodoviária, do abastecimento d'água e do esgotamento sanitário nas principais cidades metropolitanas e os investimentos industriais apoiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI); e os investimentos em turismo.

econômicos. Como afirma Sassen (1998 p. 56) “em resumo, a globalização econômica tem exercido inúmeros impactos sobre cidades e sistemas urbanos da América Latina e Caribe. Em alguns casos, contribuiu para o desenvolvimento de novos pólos de crescimentos situados fora das grandes aglomerações urbanas”. Esse tem sido com freqüência, o caso de desenvolvimento de zonas de exportação, de manufaturas, agricultura voltada para exportação e turismo. Em outros casos, aumentou o peso das aglomerações urbanas primaciais, à medida que novos pólos de crescimento foram desenvolvidos nessas áreas. Um terceiro caso é aquele representado por grandes centros comerciais e financeiros, “vários dos quais presenciaram grande fortalecimento de suas ligações com os mercados globais e com os grandes centros de comércio internacional do mundo desenvolvido”. Em Natal afirma-se que o turismo é um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana, vem criando novas espacialidades, novos processos, também responsáveis pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RM. Configuraria um dos três tipos de locais para a implantação de processos globais sugeridos por Sassen (os centros de turismo) que estariam contribuindo para provocar desarticulação entre cidades e setores participantes e não participantes de tais processos, tratando-se “de uma nova espécie de desigualdade urbana” (Sassen, 1998, p.56). Nesse sentido, a polarização pode ser entendida também como um fenômeno interno às próprias cidades integrantes (ou em integração) das principais redes de negócios (no caso de Natal, imobiliário-turístico) mundial.

## **2.1. A Questão Social na RMNatal**

Os traços da crise social vivenciada pelas regiões metropolitanas brasileiras também se expressam em Natal, principalmente, por uma realidade social marcada negativamente, por questões relacionadas à educação, trabalho, distribuição de renda, questões demográficas e infra-estrutura básica (de saúde e saneamento). É importante ressaltar as desigualdades sócio-espaciais existentes no seu interior, expressas principalmente pelo elevado índice de pobreza. Estudos anteriormente realizados (CLEMENTINO et al, 2005 e 2006) deixaram patente que os municípios mais integrados são os que apresentam as condições sociais

melhores, o que não significa dizer que são as ideais. Ou seja, os municípios mais integrados funcionalmente e que conformam a mancha urbana, têm condições socioeconômicas melhores. (CLEMENTINO, BENTES e CARDOSO, 2007).

Em relação à distribuição de renda, por exemplo, no município pólo, e, por conseguinte naqueles a ele mais integrados, a concentração de renda se faz mais contundente. Tal constatação nos leva a pensar, que o processo de metropolização deve ser compreendido também como um processo de maior afirmação do padrão de desenvolvimento capitalista, e como esse tende cada vez mais a concentrar a renda esse fato acontece naqueles municípios onde as relações capitalistas ocorrem com mais intensidade.

Um dos resultados da forte concentração de renda e, portanto um dos principais vetores da crise urbana é a questão da moradia. Na RMNatal não é somente a falta de moradia que se constitui como problema social, mas a sua inadequação. Além disso, a inexistência ou a precariedade de serviços essenciais à moradia formam um conjunto de problemas sociais merecedores de uma maior atenção pela política pública. (PHIS, 2005)

Numa síntese geral da realidade socioeconômica da Região Metropolitana de Natal, seria possível afirmar a existência dos processos de segmentação e segregação socioespacial e de exclusão social desencadeados pela intensa desigualdade sócio-espacial revelados pela situação de pobreza que se faz presente em toda a região. Mesmo em Natal, onde os indicadores sociais são melhores essa realidade é marcante na sua realidade espacial.

Diante dessa realidade convém mencionar que as ações públicas ao selecionar espaços, assim como o capital, têm sido vetores significativos na construção dessa realidade. Associados à fragilidade e a baixa capacidade de mobilização das populações residentes nesses municípios, uma vez que essa, dada as próprias condições sociais ainda não tem produzido mecanismos que venha impor uma autonomia em busca de uma justiça social e, portanto de um desenvolvimento sócio-espacial.

### 3.0. Referências Bibliográficas

BORJA, J. e CASTELLS, M. (2004). **Local y global: la gestión de las ciudades em la era de la información**. Madrid, Taurus.

BOURDIEU, P. (1999). "Efeitos do lugar" In: BOURDIEU, p. (coord). **A Miséria do mundo**. Petrópoles , Vozes.

CLEMENTINO, M.L.M (2006). ( coord) **Análise do Espaço Metropolitano de Natal**. Natal, NAPP-UFRN. Relatório de pesquisa.

CIEMENTINO, M.L.M.,( (2005 )( Coord). "ComoAnda Natal". Natal, NAPP-UFRN. Relatório de pesquisa.

CLEMENTINO, M.L.M.,( 1995).**Economia e urbanização: o Rio grande do norte nos anos 70**. Natal, CCHLA-UFRN. ( Coleção Humanas Letras)

CLEMENTINO,M.L, BENTES, Dulce e CARDOSO, Alexsandro (2007) **Articulações e contradições da estrutura urbana e metropolitana no turismo internacional de sol e mar em Natal. Belém**, ANPUR. ( Trabalho apresentado na XII Reunião Anual – 21 a 25 de maio de 2007))  
*Fenelon, J.P.* Qu'est-ce que L'Analyse des Données, *Lefonen, Paris, 1981.*

MAMMARELLA, Rosetta ( 2007). "**Estrutura social e segmentação do espaço metropolitano. um retrato da Região metropolitana de Porto Alegre em 2000**". São Paulo, EDUC. Caderno metrópoles N. 13.

MOYSÉS, Aristides (Coord.). **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia, UCG,2006.

PHIS-Prefeitura Municipal de Natal (2005). Natal, PMN. **Relatório do Plano Habitacional de Interesse social**.

PRETECEILLE. E.: RIBEIRO, L.C.Q. **Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80**. Encontro Anual da ANPOCS, 22, Caxambu, Minas Gerais, **Anais...** Caxambú: ANPOCS,1998.



RIBEIRO, L.C.Q. & LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 3, nov., p.111-130, 2000.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

## 2. A ESTRUTURA INTRA-URBANA DA RMNATAL SEGUNDO A TIPOLOGIA SOCIO-ESPACIAL<sup>9</sup>

### 1.0 Princípios de divisão social do espaço metropolitano segundo as variáveis sócio-ocupacionais

Os princípios de divisão social do espaço da RMNatal segundo as variáveis sócio-ocupacionais, obtida a partir dos dados censitários relativos ao ano 2000, nos permitiu inferir que seu espaço metropolitano obedece a uma divisão social hierárquica das ocupações e conseqüentemente das estruturas sociais e urbanas, que se apresentam diferenciadas e segmentadas espacialmente.

Todavia, antes de analisarmos a sua estrutura sócio-ocupacional e como seu espaço metropolitano está dividido, é necessário que realizemos uma breve descrição do processo de construção metodológica da tipologia sócio-espacial. A qual nos possibilita compreender as principais tendências que caracteriza a estrutura da metrópole potiguar.

A RMNatal emergiu oficialmente como região metropolitana na segunda metade da década de 90, em pleno processo de expansão da globalização e reestruturação produtiva que vinha provocando transformações estruturais nas aglomerações urbanas em todo país, principalmente nas regiões metropolitanas.

Transformações essas, que ainda não foram compreendidas em sua totalidade e extensão dos fenômenos sociais que vêm provocando ou ampliando

---

<sup>9</sup> Baseado no Relatório de Pesquisa: **Análise da Estruturação Intra-Metropolitana de Natal**, do Projeto de Pesquisa: “Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática”, (Instituto Milênio-CNPq/UFRJ-IPPUR/UFRN-NAPP-RMNATAL) elaborado e redigido em setembro de 2006 por: **Coordenadora** : Prof. Dr. Maria do Livramento M. Clementino – PPGCS/UFRN; **Pesquisadores**: Prof. Ms. Alexandro Ferreira C. Silva – DARQ/UFRN, Prof. Dr. Ângela Lúcia Ferreira de Araújo – PPGAU/UFRN, Profa. Dra. Cilene Gomes – DARQ/UFRN ( Bolsista DCR-CNPq), Prof. Dr. Flavio Henrique Miranda de Araújo Freire – Depto. Estatística/UFRN, Prof. Dr. Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – PPGAU/UFRN, Prof. Ms. Marconi Gomes da Silva – Depto. Economia/UFRN (Doutorando), Prof. Dr. Moises Calle – Depto. de Estatística/UFRN (Bolsista DCR), Prof. Dr. Rita de Cássia da Conceição Gomes – PPGeo/UFRN, Prof. William Eufrásio Nunes Pereira - Depto Economia/UFRN ( Doutorando), Prof. Ms. Zoraide Souza Pessoa – Depto. Gestão Ambiental UERN; **Bolsistas**: Algéria Varela da Silva – AT/CNPq/FAPERN- Socióloga, Janaina Maria da Conceição Silveira – Apoio a Pesquisa – Geógrafa , Lorenne Kássia Barbosa – PIBIC/CNPq, Luana Moreira Pamplona – PPPg/UFRN, Rosana França – AT/CNPq/FAPERN – Geógrafa, Thiago Tito de Araújo – AT/CNPq – Geógrafo.

outros, como por exemplo, a dualização social decorrente da segmentação cada vez maior dos espaços urbanos brasileiros.

Nesse sentido, é necessário que busquemos compreender a estrutura social a partir da hierarquização dos grupos sociais pela forma de ocupação que os caracteriza e assim construir um *proxy* da estrutura social, buscando compreender em suas características sociais e demográficas o seu comportamento.

O *proxy* da estrutura social, é fundamental para a análise tipológica espacial das categorias sócio-ocupacionais constituídas pela combinação das variáveis renda, ocupação, a partir da posição na ocupação, do setor de atividades e do grau de instrução que as pessoas apresentam.

A estrutura sócio-ocupacional da RMN foi estratificada por classes de ocupação representada na Tabela III.3.1, a qual indica serem as ocupações médias e baixas que apresentam a maior concentração de indivíduos, inseridos nos setores atividades médias, sugerindo que houve nesse período a expansão do proletariado.

Essa tendência, é conformada pelo fato da RMNatal, historicamente ser uma região de inexpressiva presença do setor industrial, e forte presença do setor de serviços. Tal tendência é perceptível ao se observar que as classes superiores, formadas pelos grandes empregadores, dirigentes dos setores público e privado representa apenas 1,2% das ocupações.

Nesse sentido, podemos inferir que a estrutura social da RMNatal, é um espaço social fortemente hierarquizado, com uma base ampla, formada pelas categorias médias e proletárias. Com base nessa inferência, emerge a necessidade, de observar se essa hierarquização é espacialmente homogênea ou não.

**Tabela 2 - Estrutura Socio-Ocupacional da Região Metropolitana de Natal – 2000**

<b>Classes</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Elite Dirigente</b>	<b>4576</b>	<b>1,2</b>
Grandes Empregadores	2028	0,5
Dirigentes do Setor Público	1358	0,4
Dirigentes do Setor Privado	1190	0,3
<b>Elite Intelectual</b>	<b>26706</b>	<b>7,0</b>
Profissionais Autônomos de Nível Superior	4676	1,2
Profissionais Empregados de Nível Superior	9613	2,5
Profissionais Estatutários de Nível Superior	4215	1,1
Professores de Nível Superior	8202	2,1
<b>Pequenos Empregadores</b>	<b>9352</b>	<b>2,4</b>
Pequenos Empregadores	9352	2,4
<b>Ocupações Médias</b>	<b>96240</b>	<b>25,1</b>
Ocupações de Escritório	31865	8,3
Ocupações de Supervisão	13942	3,6
Ocupações Técnicas	17056	4,4
Ocupações Médias da Saúde e Educação	19684	5,1
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	9708	2,5
Ocupações Artísticas e Similares	3985	1,0
<b>Trabalhadores do Secundário</b>	<b>82652</b>	<b>21,5</b>
Trabalhadores da Indústria Moderna	14397	3,7
Trabalhadores da Indústria Tradicional	21723	5,7
Operários dos Serviços Auxiliares	19888	5,2
Operários da Construção Civil	26644	6,9
<b>Trabalhadores do Terciário Especializado</b>	<b>76687</b>	<b>20,0</b>
Trabalhadores do Comércio	37295	9,7
Prestadores de Serviços Especializados	39392	10,3
<b>Trabalhadores do Terciário Não - Especializado</b>	<b>69105</b>	<b>18,0</b>
Prestadores de Serviços Não Especializados	17534	4,6
Trabalhadores Domésticos	30457	7,9
Ambulantes e Catadores	21114	5,5
<b>Ocupações Agrícolas</b>	<b>18834</b>	<b>4,9</b>
Agricultores	18834	4,9
<b>Total</b>	<b>384152</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE-Censo Demográfico, 2000.

Na busca em compreender e responder a essa questão, ou melhor, entender a qual estrutura social de fato corresponde a RMNatal? E assim classificar hierarquicamente as categoriais socioocupacionais (CAT's), se utilizou a estatística multivariada, com ênfase no uso de suas ferramentas de análise, em particular a Fatorial, de Correspondência e de Cluster combinadas como forma de

compreender as diferenciações da estrutura social que compõem a região metropolitana em estudo.

A opção pela estatística multivariada, se deu pelo fato de se constituir em um conjunto de métodos que podem ser utilizados quando se tem várias variáveis e que precisam ser medidas simultaneamente em cada elemento amostral, (MINGOTI, 2005).

No nosso caso, temos o conjunto de Cats que necessitam ser medidas em cada Área de Expansão Demográfica (AED), que é a nossa unidade amostral. Em virtude disso, utilizamos inicialmente análise fatorial e de correspondência para observar como estão distribuídas espacialmente as 24 categorias sócio-ocupacionais desagregadas nas 36 áreas de expansão demográfica e geográfica correspondentes no espaço metropolitano de Natal.

Uma vez, feita a análise fatorial e de correspondência, e interpretação dos seus resultados seguiu-se a construção do processo de Classificação Hierárquica Ascendente para observar quais as relações de proximidades e distanciamento social entre as CATs e o espaço que eles ocupam.

Para realizar a análise das cats pela Classificação Hierárquica Ascendente-(CHA), se utilizou o software Starlab e o Excel. Durante esse processo se observou a necessidade de rodar mais de uma classificação, executando três em sua totalidade e assim perceber a consistência dos fatores 1 e 2 em cada uma das rodadas de classificação hierárquica ascendente das categorias e assim delimitar os agrupamentos espacialmente.

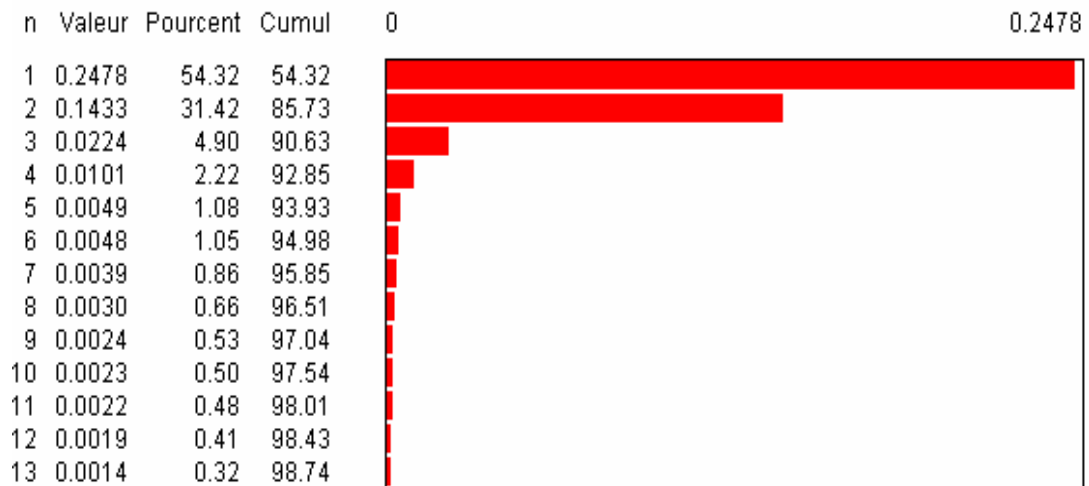
Para delimitar espacialmente, os resultados da tipologia se usou o software SRING (Versão 4.2) para aplicação e formatação do Sistema de Informação Geográfica (SIG), que permitiu gerar a espacialidade da RMNatal e produzir os mapas temáticos, cruzando a tipologia com as informações que nos possibilitasse uma análise das condições sociais dos tipos na metrópole potiguar.

Os resultados da análise fatorial, visível no gráfico 4, mostra que o espaço social da RMNatal é fortemente hierarquizado, conforme é expressada pelos fatores 1 e 2, responsáveis por 85% da variância total em relação ao perfil médio das áreas.

Entretanto, o fator 1, concentra sozinho 54%, mais da metade das variações dos perfis sócioocupacionais que são explicados por esse fator. O fator

2 representa as diferenças de composição entre os espaços periféricos e os espaços centrais, sendo responsável por 31% das variações.

**Gráfico 1 - Variância dos Fatores na Análise Fatorial de 2000 para a RMNatal.**



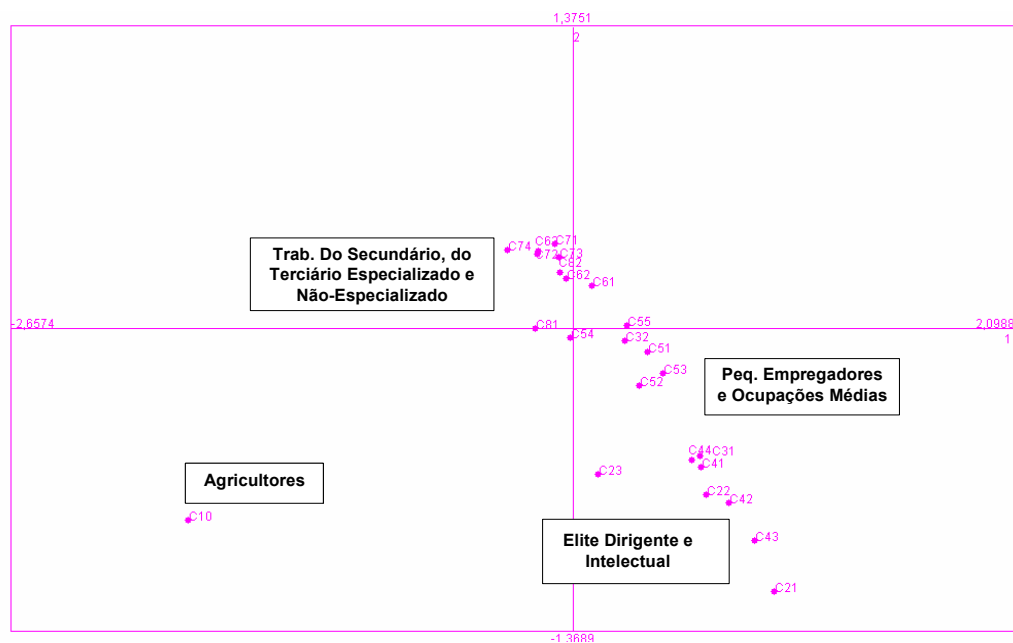
Variance totale = 0.46

Fonte: RMNatal, 2006.

O gráfico 5, que apresenta os resultado de análise de correspondência evidencia a relação existente entre a hierarquia social e espacial na RMN, pois ao analisamos as posições ocupadas pelas categorias no eixo 1, nos confirma que a divisão de classes é também o principal o principio de divisão do espaço metropolitano de Natal. É perceptível a formação de 4 agrupamentos bem definidos, sendo o agrupamento formado pela CAT 10 (Agricultores) se constitui num cluster isolado.

Tal afirmativa é perceptível ao ser observar que as categorias dos trabalhadores (do secundário, do terciário especializado e não-especializado), das ocupações médias (escritório, supervisão, técnicas, de saúde e de educação, segurança publica, justiça e correios, artísticas e similares) contribuem com cerca de 85% na constituição da hierarquia social sintetizada pelo eixo 2, indicando a formação de agrupamento mais homogêneos por agregar em sua totalidade um mister de ocupações médias.

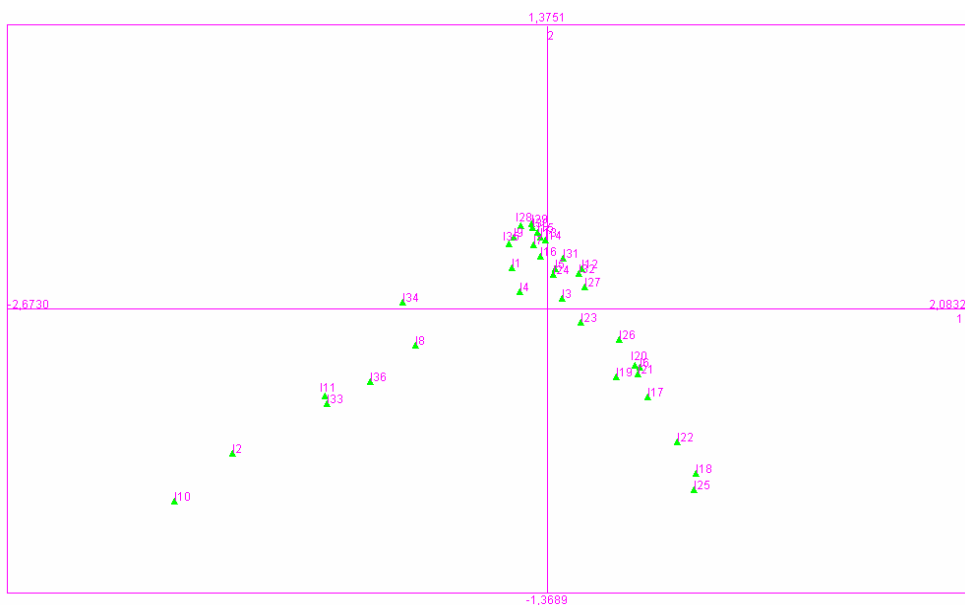
**Gráfico 2 - Espaço Fatorial das Categorias Sócio-ocupacionais da RMNatal**



Fonte: RMNatal, 2006.

O eixo 2, também nos indica outro agrupamento espacial da RMNatal, formado pela categorias agrícola, pequenos empregadores e a elite dirigente e intelectual. Conformado espaços mais diferenciados, conforme se observa no Gráfico 6.

**Gráfico 3**  
**Espaço Fatorial das Áreas da RMNatal**



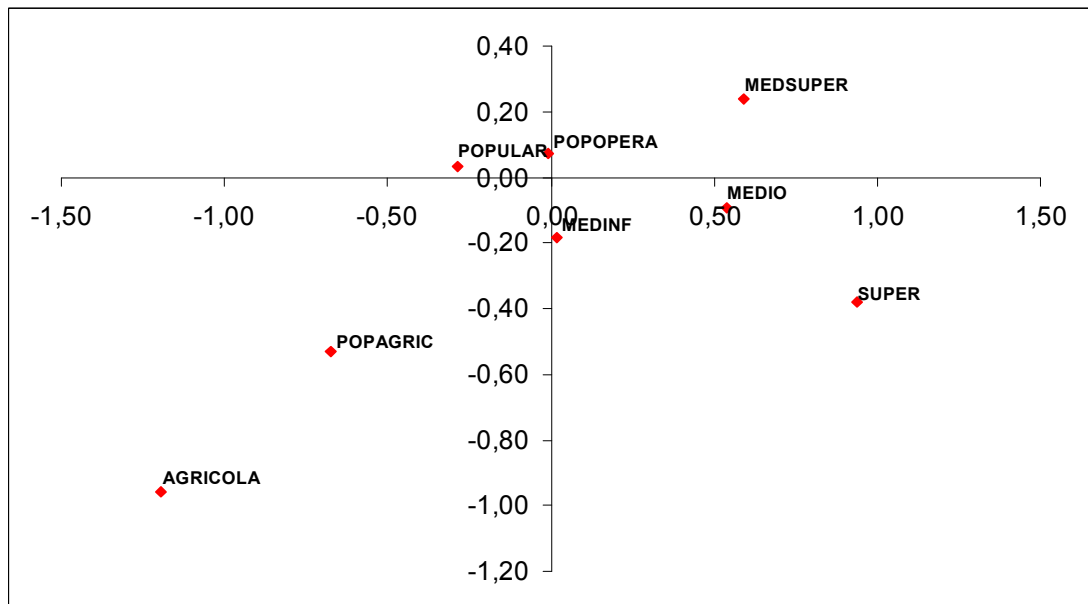
Fonte: RMNatal, 2006.

Contudo, ao se observar o espaço fatorial das áreas, expressados no Gráfico 5, percebe-se que é dividido e obedece a uma hierarquia tanto das AEDs como das CATs, permitindo observar que no caso da CAT 10 que no gráfico 6 constitui um agrupamento isolado, formado por áreas rurais e de pouca integração com o pólo dinâmico metropolitano.

No gráfico 7, essa relação de hierarquia é bem explicitada ao se observar que há ordenamento de valores, na disposição fatorial dos tipos. Do tipo agrícola ao superior, passando pelas classe média e populares.



**Gráfico 4**  
**Espaço Fatorial dos Tipos da RMNatal**



Fonte: RMNatal, 2006.

É importante, ressaltar que metodologia sócio-espacial que norteia os estudos da Rede Observatório das Metrôpoles, é fundamentado estatisticamente na análise de correspondência hierárquica ascendente, como explicitamos acima. Instiga-nos a entender qual a composição de cada tipo socioespacial e se corresponde a uma estrutura social própria e diferenciada para cada tipo no conjunto da RMN? Assim sendo, e dando continuidade a explicação metodológica para a construção da tipologia sócio-espacial.

Tomando como parâmetro, o trabalho de Ribeiro (2000), que aponta que nesta metodologia, é essencial a observância de três aspectos fundamentais para que a mesma seja desenvolvida, são eles:

- a) Escolha da unidade social de análise;
- b) Escolha das variáveis pelas quais a distribuição das pessoas no espaço será discutida;
- c) É a escolha da unidade espacial de análise a partir da qual esta descrição será efetuada.

A opção por utilizar os dados do Censo Demográfico de 2000 por pessoas, como unidade social de nossa análise, parte do pressuposto de que o

IBGE levanta informações demográficas e socioeconômicas para o conjunto da população e considerando que as pessoas, na grande maioria, vivem em famílias e as escolhas de localização residencial expressam os recursos mobilizados e alocados no interior deste universo familiar, servira adequadamente para expressar a forma que a segregação residencial está socialmente distribuída no espaço metropolitano.

Seguindo a lógica proposta por Ribeiro (2000), o próximo passo para a construção de uma tipologia sócio-espacial parte da formação de um sistema de hierarquização social das ocupações que nos servisse de *proxy* da Estrutura Social.<sup>10</sup> O autor justifica que a opção pela utilização da variável ocupação, deve-se ao fato dela permitir testar as possíveis relações entre transformações econômicas e mudanças sócio-espaciais. Essa variável nos permite também, uma melhor aproximação descritiva da estrutura de classes e o seu papel na estratificação sócio-espacial.

Ribeiro (2000) acrescenta ainda que, a ocupação apresenta características de “variável-síntese” de múltiplos processos sociais cujo conhecimento é fundamental na análise da estruturação da cidade tais como modelo de consumo, estilo de vida etc.

A necessidade de se trabalhar com certo número limitado de variáveis a partir das quais possibilitasse descrever os indivíduos em suas diferenças e semelhanças, proposta por Ribeiro (2000), origina-se da preocupação de que o pesquisador não “mergulhe” de forma confusa num mundo de informações que ele não possa ordenar.

O uso de vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais, descritas a seguir, partindo do agrupamento de mais de quatrocentas ocupações do Censo Demográfico de 2000, utilizando filtros de renda e grau de instrução, desponta como importante “arma” de explicação da estruturação do espaço social da cidade a partir da identificação de padrões de localização residencial da população.

---

<sup>10</sup> Segundo o autor devemos tomar como referência os trabalhos desenvolvidos por Tabard (1993), Chenu e Tabard (1993) e Wright (1964), sobre as categorias sócio-ocupacionais, construídas a partir da combinação de variáveis de renda, de ocupação e de grau de instrução.

## Quadro 1: Categorias Sócio-ocupacionais

### 1-Elite Dirigente

Cat 21 – Grandes Empregadores  
Cat 22 – Dirigentes do Setor Público  
Cat 23 – Dirigentes do Setor Privado

### 2-Elite Intelectual

Cat 41 – Profissionais Autônomos de Nível Superior  
Cat 42 – Profissionais Empregados de Nível Superior  
Cat 43 – Profissionais Estatutários de Nível Superior  
Cat 44 – Professores de Nível Superior

### 3-Pequenos Empregadores

Cat 31 – Pequenos Empregadores

### 4-Ocupações Médias

Cat 51 – Ocupações de Escritório  
Cat 52 – Ocupações de Supervisão  
Cat 53 – Ocupações Técnicas  
Cat 54 – Ocupações Médias da Saúde e Educação  
Cat 55 – Ocupações da Segurança Pública, Justiça e Correios  
Cat 32 – Ocupações Artísticas e Similares  
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2005.

### 5-Trabalhadores do Secundário

Cat 71 – Trabalhadores da Indústria Moderna  
Cat 72 – Trabalhadores da Indústria Tradicional  
Cat 73 – Trabalhadores dos Serviços Auxiliares  
Cat 74 – Trabalhadores da Construção Civil

### 6-Trabalhadores do Terciário Especializado

Cat 61 – Trabalhadores do Comércio  
Cat 62 – Prestadores de Serviços Especializados

### 7-Trabalhadores do Terciário Não-Especializado

Cat 63 – Prestadores de Serviços Não-Especializados  
Cat 81 – Trabalhadores Domésticos  
Cat 82 – Ambulantes e Catadores

### 8-Agricultores

Cat 10 – Agricultores

A escolha da unidade espacial de análise depende todavia, da desagregação do território da cidade, em áreas a partir das quais possibilitasse o estudo da variação da distribuição da população no território da metrópole, capturando a maior diferenciação social do espaço.

É necessário que a desagregação seja suficientemente fina para que ela não imponha sua própria lógica, mas, ao contrário, deixe transparecer “todas as continuidades, as rupturas e as linhas de forças segundo as quais se organiza o espaço social da cidade” (GRAFMEYER; 1999. 100 *apud* RIBEIRO; 2000).

Contudo, a grande dificuldade de identificação dessas áreas é o fato de elas já estarem organizadas geograficamente segundo critérios de regionalização estabelecidos pelo IBGE, o que pode representar algumas limitações, pois a

organização inviabiliza ou restringe a comparabilidades das categorias entre um censo e outro.

Há pelo menos dois tipos de regionalização com um nível de desagregação satisfatória disponibilizadas pelo IBGE, as informações sócio-demográficas estão distribuídas na escala dos setores censitários e das áreas de ponderação da amostra (Areap).

Segundo o IBGE (2000), o setor censitário é definido como a unidade de coleta na qual mora cerca de mil pessoas e cuja extensão permite ser percorrida pelo recenseador; enquanto as áreas de ponderação definem-se como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

A dificuldade de trabalhar com o nível de desagregação provinda dos setores censitários se deve ao fato de que a região metropolitana apresenta um grande número de setores (mais de novecentos setores), esse alto nível de desagregação acaba representando um problema quanto a sua representatividade estatística, dado o seu pequeno tamanho demográfico.

Ribeiro argumenta que:

A utilização de medidas sintéticas – tais como os índices de dissimilaridade e de segregação – é fortemente influenciado pelas diferenças demográficas entre as áreas. O tamanho demográfico também favorece para mais ou para menos o resultado da análise em termos de maior ou menor diferenciação social dos espaços. Por último o tamanho demográfico também tem implicações na confiabilidade estatística dos dados. (RIBEIRO, 2007, pág. 19).

Portanto, a unidade territorial tomada como base para construção da Tipologia Sócio-Espacial foram às áreas de ponderação, usualmente chamadas de áreas de expansão demográfica (AED's).

A utilização das áreas de expansão demográfica justifica-se por reproduzirem a área mínima para qual os dados do Censo Demográfico de 2000 (largamente utilizados como fonte de dados para o desenvolvimento da pesquisa), fornecidos pelo IBGE, que justifica sua delimitação como unidade espacial com base na seguinte justificativa:

O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. As áreas de ponderação foram definidas considerando essa condição e, também, os níveis geográficos mais detalhados da base operacional, como forma de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios. (IBGE, 2000)

De acordo com as informações do Censo Demográfico de 2000, a Região Metropolitana de Natal encontra-se subdividida perante trinta e seis áreas de expansão demográfica (AED), mostrada a seguir, pelo **Mapa 10**:

## Mapa 1 – Áreas de Expansão Demográfica – RMNatal 2000



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

Tendo em mãos as trinta e seis áreas de expansão demográfica e as vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais, realizamos uma análise fatorial por correspondência a qual representa uma técnica multivariada que possibilita estudar a relação existente entre várias categorias de variáveis em estudo, como por exemplo, nesse trabalho utilizou-se a análise de correspondência para estudar a relação existente entre as vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais e as trinta e seis áreas de expansão demográfica; procedida da realização da Classificação Hierárquica Ascendente (CHA).<sup>11</sup>

Segundo Ribeiro (2000), o mapa construído a partir da tipologia representa a geografia da divisão social do espaço metropolitano que possibilita possível identificar os princípios pelos quais, o espaço social da Região Metropolitana de Natal se divide, sintetizando em oito áreas-tipo que retratam a hierarquia sócio-espacial da metrópole, visualizada no **Mapa 11** mostrado a seguir.

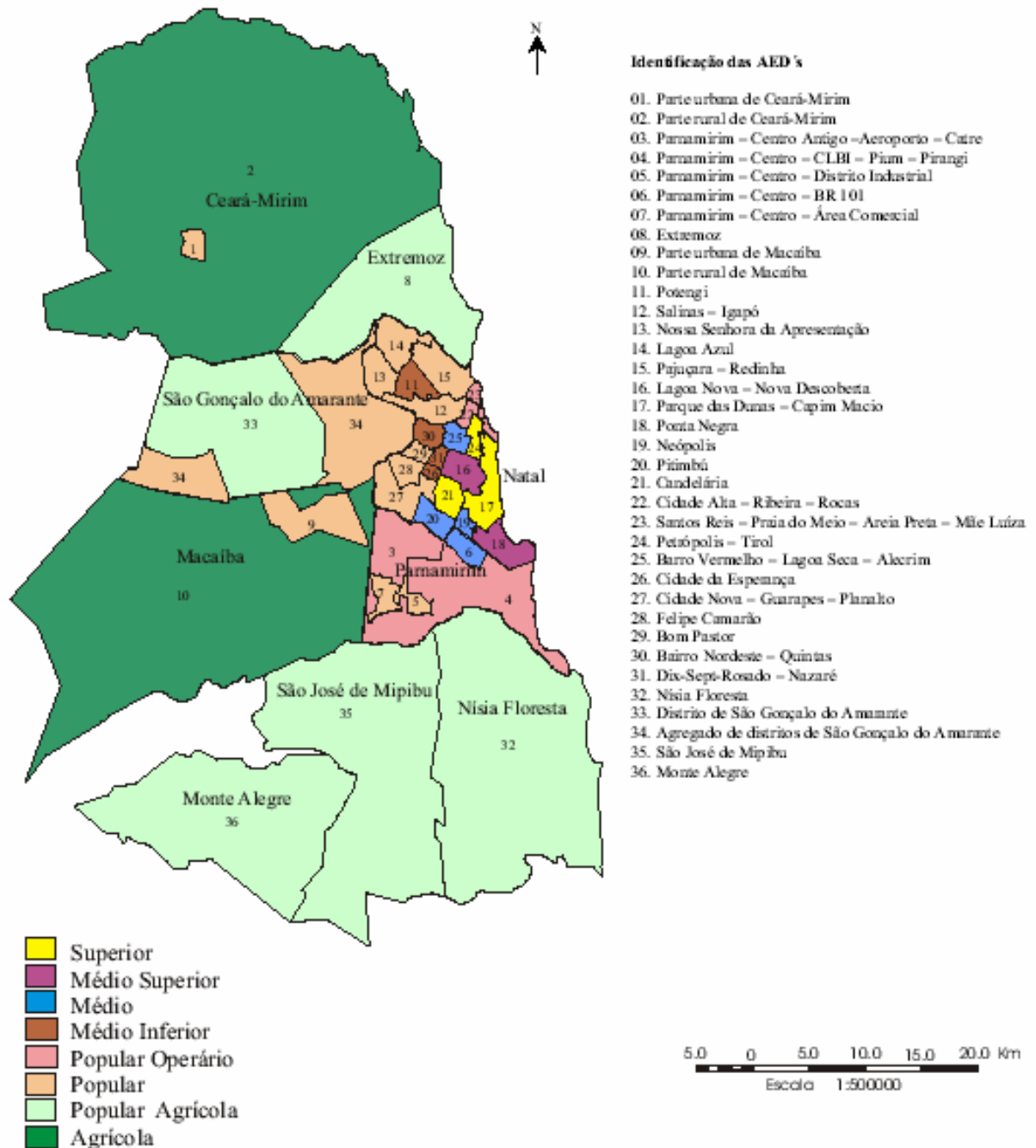
---

<sup>11</sup> Ribeiro (2000) sugere para descrição das técnicas de análise fatorial por correspondência múltipla e classificação hierárquica ascendente, ver Sanders (1989) e Fenelon (1981).

## Mapa 2



### Tipologias socioespaciais - RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.



Os espaços Superiores, no qual representa as áreas do *Parque das Dunas – Capim Macio; Petrópolis – Tirol; e Candelária*, são caracterizados por concentrarem significativamente a “Elite Dirigente”. Cerca de 54% dos grandes empregadores estão localizados nessas AED’s, havendo também a participação dos Dirigentes do Setor Público (35%) e Dirigentes do Setor Privado (30%).

Outra categoria que apresenta forte peso na ocupação desses espaços são as responsáveis pela “Elite Intelectual”, as quais concentram cerca de 36% dos profissionais Autônomos de Nível Superior, 37% dos Profissionais Empregados de Nível Superior, 42% dos Profissionais Estatutários de Nível Superior e 30% dos Professores de Nível Superior.

As Categorias Sócio-ocupacionais referentes às ocupações médias, também apresentam uma sensível participação nos espaços do tipo superior, porém numa proporção inferior, variando de 10% a 21% .

Analisando superficialmente a distribuição espacial desse tipo, ressalta-se a sua concentração em áreas já tradicionalmente habitadas por uma classe social mais abastada, ou seja, parte da elite natalense.

Os espaços Médio-Superiores têm sua participação nas categorias sócio-ocupacionais bem semelhantes aos espaços Superiores, no entanto, com maior grau de mistura no que condiz a uma colaboração mais significativa, no que se refere à participação das categorias das “ocupações médias”, como também uma menor participação das categorias pertencentes a “Elite Dirigente” e “Intelectual”.

As áreas de expansão demográfica, onde este tipo está concentrado, são as áreas de *Ponta Negra e Lagoa nova – Nova Descoberta*.

O Caso de *Ponta Negra* em especial, chama a atenção pela sua não participação entre os espaços do tipo Superior.

A hipótese levantada é que no interior dessa AED, ocorra a presença de áreas que são caracterizados por apresentarem uma considerável colaboração das “Ocupações Médias”, como o “Conjunto de Ponta Negra”, como também uma sensível participação da categoria dos “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”, concentrado em parcela significativa da população que compõe a “Vila de Ponta Negra”.

No que se refere aos espaços Médios à participação da “Elite Dirigente” e “Intelectual”, se comparada com os demais tipos descritos

anteriormente, apresentam-se em uma proporção inferior, configurando um grau de mistura superior a elas, justificado em parte pela colaboração das “Ocupações Médias” e dos “Trabalhadores do Terciário Especializado”.

Esse tipo está distribuído dentre as áreas de *Barro Vermelho – Lagoa Seca – Alecrim; Neópolis; Pintibú; e Parnamirim – Centro – Br 101* (área onde estão localizados os bairros como Cidade Verde e Nova Parnamirim).

Os espaços Médio-Inferiores despontam como o tipo de transição entre as duas pontas da estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Natal, se configurando como tipo com alto nível de mistura perante as categorias sócio-ocupacionais, tendo em sua formação tanto a participação das “Ocupações Médias” quanto à colaboração das categorias mais populares como, “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”.

Esse tipo encontra-se distribuído nas áreas do, *Potengi, Bairro Nordeste – Quintas, Dix-sept-Rosado – Nazaré* e a área referente à *Cidade da Esperança*.

Essas AED's são caracterizadas por apresentarem categorias como as “Ocupações Médias”, destacando-se as participações nas Ocupações Artísticas e Similares (14%), Ocupações de Escritório (cerca de 17%), Ocupações Médias de Saúde e Educação (aproximadamente 16%); “Trabalhadores do Terciário Especializado”; e “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”.

Os espaços Popular-Operários encontram-se distribuídos dentre as AED's de, *Santos Reis – Praia do Meio- Areia Preta – Mãe Luíza, Cidade Alta – Ribeira – Rocas, Parnamirim – Centro Antigo – Aeroporto – Catre e Parnamirim – Centro – CLBI – Pium – Pirangi*.

Essas AED's são caracterizadas por apresentarem considerável participação das categorias dos “Trabalhadores do Terciário Especializado”, sofrendo sensível tendência as categorias sócio-ocupacionais dos “Trabalhadores do Secundário”, onde se destacam a participação dos Operários dos Serviços Auxiliares (cerca de 16%) e dos Operários da Construção Civil (aproximadamente 15%).

Verifica-se também, a colaboração de categorias sócio-ocupacionais como, a dos “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”, dado a colaboração de cerca de 14% dos Trabalhadores Domésticos e 16% dos Ambulantes e Catadores.

Nos espaços Populares, cai fortemente a participação das categorias Médias e Superiores, passando a ter maior significância à participação dos “Trabalhadores do Terciário Especializado”, “Trabalhadores do Terciário Não-Especializados” - só o peso sobre a categoria dos Ambulantes e Catadores, por exemplo, é de cerca de 17%. Também é preciso ressaltar a considerável participação desse tipo sobre os “Trabalhadores do Setor Secundário”, responsável por abarcar uma parcela de quase 23% dos Trabalhadores da Indústria Moderna e cerca de 22% de Trabalhadores da Indústria Tradicional.

As AED's que compõem esse tipo são: a *Parte Urbana de Macaíba*, os *Agregados de Distrito de São Gonçalo do Amarante*, *Salinas – Igapó*, *Nossa Senhora da Apresentação*, *Lagoa Azul*, *Pajuçara – Redinha*, *Bom Pastor*, *Felipe Camarão*, *Cidade Nova – Guarapes – Planalto*, *Parnamirim – Centro – Distrito Industrial*, *Parnamirim – Centro – Área Comercial*.

As AED's que compõem o tipo Popular-Agrícola são caracterizadas por serem áreas que apesar de terem um considerável peso da categoria Agrícola em sua composição, se destaca por sua participação em torno das ocupações mais populares, concentrando consideravelmente as suas ocupações na categoria dos Trabalhadores do Terciário Não-Especializado, possibilitando com que essas AED's se diferenciem de uma tipologia eminentemente agrícola.

As AED's que fazem parte desse tipo são *Nísia Floresta*, *São José do Mipibu*, *Monte Alegre*, *Extremoz* e o *Distrito de São Gonçalo do Amarante*.

Deve-se ressaltar, que dado os critérios estabelecidos pelo IBGE, o nível de desagregação acaba unindo os setores urbanos e rurais em uma só AED, propiciando de certa forma o “mascaramento” dos dados. Sendo possível à desagregação das informações, separando os dados para os setores rurais e posteriormente para os setores urbanos, será verificado que as áreas responsáveis pelas zonas rurais de Nísia Floresta, São José do Mipibu, Monte Alegre e Extremoz passariam a compor o tipo Agrícola, devido o forte peso que esta ocupação detém nessas áreas.

Outra inferência necessária cabe ao caso do município de São Gonçalo do Amarante. Pode-se causar algum estranhamento quanto à concentração de categorias sócio-ocupacionais mais populares na AED de agregados de distrito de São Gonçalo do Amarante, já que ela segundo lei municipal representa a zona rural de São Gonçalo, contudo vale a pena ressaltar a particularidade desta AED.

Apesar de apresentar-se visualmente urbanizada, esta AED é considerada no âmbito da lei municipal como zona rural do município, e como, o IBGE baseia-se na lei municipal para distinguir o que é área urbana e o que é área rural, resulta que esta AED, mesmo apesar de apresentar-se como uma área urbanizada é catalogada pelo Censo Demográfico como rural.

Acaba ocorrendo uma inversão de papéis dado ao atraso da lei municipal de São Gonçalo do Amarante, o Distrito de São Gonçalo do Amarante, onde está localizada a sede municipal, acaba tendo uma participação da ocupação agrícola superior aos Agregados de Distrito (área esta mais influenciada por ocupações mais populares, como os “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”).

Enfim, fechando a tipologia sócio-espacial da Região Metropolitana de Natal, o tipo Agrícola é caracterizado pela forte representatividade da categoria agrícola nas AED's da *Parte Rural de Ceará-Mirim* e *Parte Rural de Macaíba*.

A participação desse tipo sócio-espacial na categoria agrícola chega a aproximadamente 59%, enquanto as ocupações Médias e Superiores apresentam representatividade insignificante nesse tipo.

Como vimos, a composição dos tipos apresentam estruturas individuais bem diferentes na composição da tipologia para a RMNatal. Essas diferenças se acentuam quando observamos os traços gerais de cada tipo sócio-espacial.

No caso, da RMNatal, podemos observar que do ponto de vista demográfico, agregam percentuais distintos tanto na agregação de áreas geográficas que cada contempla como também o número absoluto e relativo que representa as populações totais e ocupadas em cada tipo.

A Tabela III.3.2, evidencia justamente essa diferenciação, mostrando que são os tipos médios e populares que concentram tanto áreas como população. O tipo superior, representa apenas 5,3% da população total 6,9% da população ocupada, todavia, a população ocupada do tipo superior é 45,2%

E a medida que os tipos, decrescem na hierarquia sócio-espacial, diminuem também a proporção de pessoas ocupadas em cada tipo. Nos tipos médio superior e médio se comportam praticamente da mesma forma que o tipo superior, apesar do tipo médio ter uma população total e ocupada superiores ao médio superior, mas o comportamento são semelhantes.

**Tabela III.3.2 - Descrição Demográfica dos Tipos - Região Metropolitana de Natal - 2000**

<b>Tipos Sócio-Espaciais</b>	<b>Número de Áreas</b>	<b>%</b>	<b>População Total</b>	<b>%</b>	<b>População Ocupada</b>	<b>%</b>	<b>% Pop Ocup tipo</b>
Superior	3	8,3	59112	5,3	26735	6,9	45,2%
Médio Superior	2	5,6	71650	6,4	30847	7,9	43,0%
Médio	4	11,1	117130	10,5	48207	12,4	41,1%
Médio Inferior	4	11,1	149445	13,4	54256	14,0	36,3%
Popular Operário	4	11,1	86417	7,7	29842	7,7	34,5%
Popular	12	33,3	471878	42,3	153197	39,4	32,4%
Popular Agrícola	5	13,9	110484	9,9	31435	8,1	28,4%
Agrícola	2	5,6	50427	4,5	14037	3,6	27,8%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>	<b>1116543</b>	<b>100,0</b>	<b>388556</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE-Censo Demográfico, 2000.

No entanto, a partir dos tipos médios inferiores, populares e agrícolas observa-se que as populações ocupadas no interior de desses tipos diminuem significativamente, não ultrapassando 30% de pessoas ocupadas.

Essa situação é bem exemplificada, no tipo popular, que tem uma população total de 42,3% do conjunto dos tipos, da qual representa 39,4% dos ocupados, mas apenas 32,4 são ocupados neste tipo. O que nos leva a supor, que a proporção de pessoas ocupadas são diferenciadas em cada tipo, e quanto mais inferior a estrutura social que compõem, menor será a proporção de pessoas ocupadas neste tipo.

## **2.0. Interpretação da Organização Social do Espaço**

A organização social do espaço metropolitano a partir da descrição dos tipos pela sua composição ocupacional nos possibilita interpretar que cada tipo apresenta uma estrutura social própria e distinta uma da outra.

Especialmente, porque o objetivo é identificar quais mudanças vêm ocorrendo na estrutural sócio-ocupacional e são decorrentes das mudanças produtivas ocorridas nas últimas décadas. E assim perceber se temos uma tendência de segregação na RMNatal, ou seja, se temos uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos ou heterogêneos.

Pasternak (2004), afirma que entender a segregação seria observar também se esta é resultado de uma desigualdade socioespacial, expressando-se no território metropolitano como um todo.

Desse modo, iremos descrever qual a composição dos tipos e interpretar qual sua estrutura individual, se é homogêneo, muito diferenciado ou se constitui num espaço territorialmente desigual.

O tipo superior mostra uma composição, apontada na Tabela III.3.3, que as ocupações de escritório corresponde a 12% , sendo a mais significativa categoria no tipo. Os profissionais empregados de nível superior se constitui, na segunda categoria com peso representativo no tipo, que apresenta como terceira categoria presente com 7,8% os trabalhadores domésticos, seguidos dos pequenos empregados com 7,6%.

Já, o tipo médio superior, sugere uma distribuição semelhante em termos de composição com o superior, tendo como categoria predominante as ocupações de escritório com 10,9%,seguida pelos prestadores de serviços especializados de 8,9% e os domésticos com 7,9% se constituindo nas três categorias principais que compõem o tipo.

Os dados da tabela III.3.3 ainda sugere, que no tipo médio, sua composição é caracterizada com uma maior proporção de participação das ocupações de escritório com 13,1%,os trabalhadores do comercio 10,2% e as ocupações técnicas com 8,4% se constituindo nas principais formas de ocupação neste tipo. O tipo médio inferior apresenta 12,3% de prestadores de serviços especializados e trabalhadores dos comércios com 12,1%, seguido das ocupações de escritório com 11%.

**Tabela III.3.3 - Composição dos Tipos Sócio-espaciais na RMNatal, 2000.**

Cat	Nomenclatura	SUPERIOR	MÉDIO SUPERIOR	MÉDIO	MÉDIO INFERIOR	POPULAR OPERÁRIO	POPULAR	POPULAR AGRÍCOLA	AGRÍCOLA	Total Geral
C21	Grandes Empregadores	34	14	08	03	02	00	02	00	63
C22	Dirigentes do Sator Público	13	07	07	02	04	01	02	01	38
C23	Dirigentes do Sator Privado	10	05	03	02	03	02	04	04	33
C31	Pequenos Empregadores	76	64	37	16	24	12	06	03	239
C32	Ocupações Artísticas e Similares	12	14	16	12	09	09	06	04	82
C41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	43	28	19	08	10	06	06	01	121
C42	Profissionais Empregados de Nível Superior	98	60	50	16	25	07	05	05	266
C43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	51	32	21	05	09	02	01	01	121
C44	Professores de Nível Superior	64	51	36	18	21	08	13	00	211
C51	Ocupações de Escritório	122	109	131	110	85	62	35	11	665
C52	Ocupações de Supervisão	63	59	59	35	30	27	23	16	311
C53	Ocupações Técnicas	76	62	84	51	42	31	13	06	366
C54	Ocupações Médicas da Saúde e Educação	42	42	65	65	53	43	65	40	416
C55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	25	25	44	29	23	23	12	05	186
C61	Trabalhadores do Comércio	65	82	102	121	86	111	60	28	655
C62	Prestadores de Serviços Especializados	45	89	79	123	124	118	87	62	727
C63	Prestadores de Serviços Não Especializados	13	19	20	57	58	60	42	38	307
C71	Trabalhadores da Indústria Moderna	10	18	24	42	32	53	36	14	229
C72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	15	24	34	57	53	79	64	41	366
C73	Operários dos Serviços Auxiliares	18	27	34	66	53	66	43	33	340
C74	Operários da Construção Civil	09	34	26	46	68	103	101	72	459
C81	Trabalhadores Domésticos	78	79	51	51	90	89	90	129	657
C82	Ambulantes e Catadores	16	46	45	62	62	66	46	40	382
C10	Agricultores	03	10	06	06	31	23	236	446	760
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RMNatal 2006.

Nesse tipo, a presença dos operários dos serviços auxiliares com 6,6% configura uma mudança no padrão dos tipos que ate o agrícola, passa ater sua composição determinada por ocupações com baixo incremento de instrução.

Em todos os tipos, com exceção do superior, os trabalhadores do comercio se constitui numa ocupação presente e significativa em suas composições. Todavia, nos tipos popular e popular agrícola são os trabalhadores da construção civil os que apresentam maior participação, representando respectivamente 10,3% e 10,1%.

Assim sendo, podemos observar que o padrão prevalece na RMNatal a partir da composição dos tipos é de forte concentração das camadas medias e populares em poucos espaços e com pouca presença de ocupações superiores.

Esse padrão, no entanto, se altera ao se analisar a composição dos tipos pela densidade relativa que cada categoria sócio-ocupacional apresenta na Tabela III.3.4, que através da degradação de cores, mostra que quanto mais forte a cor mais densa a participação da categoria no tipo.

**Tabela III.3.4 - Densidade dos Tipos em relação a categorias sócio-ocupacionais na RMNatal, 2000.**

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	TIPOLOGIA SOCIO-ESPACIAL							
	SUPERIOR	MED SUPERIOR	MEDIO	MED INFERIOR	POP OPERARIO	POPULAR	POP AGRÍCOLA	AGRÍCOLA
C10 agricultores	0.06	0.20	0.12	0.13	0.63	0.48	3.58	6.87
C21 grandes empregadores	6.48	2.58	1.43	0.57	0.46	0.07	0.78	0.12
C22 dirigentes do setor público	3.70	1.97	2.08	0.53	1.19	0.30	0.57	0.38
C23 dirigentes do setor privado	3.21	1.56	1.03	0.54	1.13	0.49	0.93	1.66
C31 pequenos empregadores	3.12	2.64	1.52	0.65	0.99	0.49	0.18	0.27
C32 ocupações artísticas e similares	1.17	1.33	1.58	1.11	0.91	0.85	0.99	0.35
C41 profissionais autônomos nível superior	3.57	2.33	1.56	0.63	0.82	0.48	0.45	0.28
C42 profissionais empregados de nível superior	3.91	2.40	2.01	0.63	1.01	0.27	0.28	0.17
C43 profissionais estatutários de nível superior	4.61	2.94	1.95	0.44	0.83	0.19	0.00	0.12
C44 professores de nível superior	2.98	2.37	1.68	0.83	1.00	0.38	0.55	0.44
C51 ocupações de escritório	1.47	1.32	1.57	1.33	1.02	0.75	0.51	0.28
C52 ocupações de supervisão	1.74	1.61	1.61	0.96	0.82	0.73	0.62	0.55
C53 ocupações técnicas	1.72	1.41	1.89	1.15	0.96	0.69	0.31	0.23
C54 ocupações médias da saúde e educação	0.82	0.82	1.28	1.27	1.04	0.84	0.89	1.21
C55 ocupações de segurança pública, justiça e correios	0.99	0.99	1.73	1.13	0.89	0.93	0.38	0.39
C61 trabalhadores do comércio	0.67	0.85	1.05	1.25	0.89	1.14	0.59	0.52
C62 prestadores de serviço especializados	0.44	0.86	0.77	1.20	1.21	1.15	0.88	0.74
C63 prestadores de serviço não especializados	0.28	0.41	0.44	1.25	1.28	1.31	0.86	0.90
C71 trabalhadores da indústria moderna	0.25	0.49	0.64	1.11	0.86	1.40	1.33	0.59
C72 trabalhadores da indústria tradicional	0.27	0.43	0.60	1.00	0.93	1.39	1.38	0.85
C73 operários de serviços auxiliares	0.34	0.52	0.66	1.27	1.03	1.28	1.07	0.68
C74 operários da construção civil	0.12	0.49	0.38	0.66	0.98	1.49	1.75	1.13
C81 trabalhadores domésticos	0.98	1.00	0.64	0.65	1.13	1.12	1.16	1.38
C82 ambulantes e catadores	0.30	0.83	0.81	1.12	1.13	1.20	1.06	0.74

Fonte: RMNatal, 2006.

Com a densidade dos tipos, nos possibilitou perceber que o tipo superior, apresenta percentualmente os grandes empregadores com a categoria com densidade superior a 6%, sendo seguida pelos profissionais estatutários de nível superior com 4%, compondo tipo mais socialmente hierárquico, mantendo uma relação determinante da renda e da instrução nesse tipo.

Configura um padrão em que se evidencia a concentração das camadas superiores em poucos espaços, mais densos ao mesmo tempo em que, apresenta forte concentração das ocupações médias e populares mais dispersos.

Analisando de forma mais detalhada a distribuição dos grupos ocupacionais, percebe-se que as categorias dos grandes empregadores, dirigentes do setor público e privado, pequenos empregadores, profissionais autônomos e empregados de nível superior, mas os estatutários e professores de nível superior, representa em média 37% cada grupo na Tabela III.3.5.



**Tabela III.3.5 - Distribuição Percentual das Categorias Sócio-ocupacionais segundo tipos sócio-espaciais – RMNatal,2000.**

Cat	Nomenclatura	SUPERIOR	MÉDIO SUPERIOR	MÉDIO	MÉDIO INFERIOR	POPULAR OPERÁRIO	POPULAR	POPULAR AGRÍCOLA	AGRÍCOLA	Total Geral
C21	Grandes Empregadores	54,0	21,5	11,9	4,7	3,8	0,6	3,5	0,0	100,0
C22	Dirigentes do Setor Público	35,0	18,6	19,6	5,0	11,3	2,8	5,6	2,0	100,0
C23	Dirigentes do Setor Privado	30,0	14,6	9,6	5,0	10,5	4,6	12,5	13,0	100,0
C31	Pequenos Empregadores	31,8	27,0	15,5	6,6	10,1	5,0	2,7	1,4	100,0
C32	Ocupações Artísticas e Similares	14,7	16,8	20,0	14,0	11,5	10,7	7,8	4,5	100,0
C41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	35,9	23,5	15,7	6,3	8,3	4,8	4,7	0,7	100,0
C42	Profissionais Empregados de Nível Superior	36,8	22,6	18,9	5,9	9,5	2,5	1,8	2,0	100,0
C43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	41,7	26,6	17,6	3,9	7,5	1,7	0,6	0,4	100,0
C44	Professores de Nível Superior	30,2	24,1	17,0	8,4	10,2	3,9	6,2	0,0	100,0
C51	Ocupações de Escritório	18,4	16,4	19,6	16,6	12,8	9,4	5,2	1,6	100,0
C52	Ocupações de Supervisão	20,3	18,8	18,8	11,2	9,6	8,5	7,5	5,3	100,0
C53	Ocupações Técnicas	20,8	17,1	22,9	14,0	11,6	8,4	3,5	1,7	100,0
C54	Ocupações Médias de Saúde e Educação	10,1	10,2	15,7	15,7	12,8	10,3	15,7	9,6	100,0
C55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	13,5	13,5	23,5	15,3	12,1	12,6	6,6	2,9	100,0
C61	Trabalhadores do Comércio	9,9	12,5	15,5	18,5	13,2	16,9	9,2	4,2	100,0
C62	Prestadores de Serviços Especializados	6,2	12,2	10,9	16,9	17,0	16,2	12,0	8,5	100,0
C63	Prestadores de Serviços Não Especializados	4,2	6,1	6,5	18,6	19,0	19,5	13,7	12,4	100,0
C71	Trabalhadores da Indústria Moderna	4,1	8,1	10,5	18,1	14,1	22,9	15,8	6,3	100,0
C72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,1	6,6	9,2	15,4	14,4	21,5	17,6	11,1	100,0
C73	Operários dos Serviços Auxiliares	5,2	7,8	10,1	19,3	15,7	19,5	12,5	9,8	100,0
C74	Operários da Construção Civil	1,9	7,4	5,7	10,0	14,8	22,5	22,1	15,6	100,0
C81	Trabalhadores Domésticos	11,9	12,1	7,7	7,8	13,7	13,5	13,7	19,7	100,0
C82	Ambulantes e Catadores	4,3	11,9	11,6	16,1	16,3	17,3	12,0	10,5	100,0
C10	Agricultores	0,4	1,3	0,8	0,8	4,0	3,1	31,0	58,7	100,0

Fonte: RMNatal, 2006.

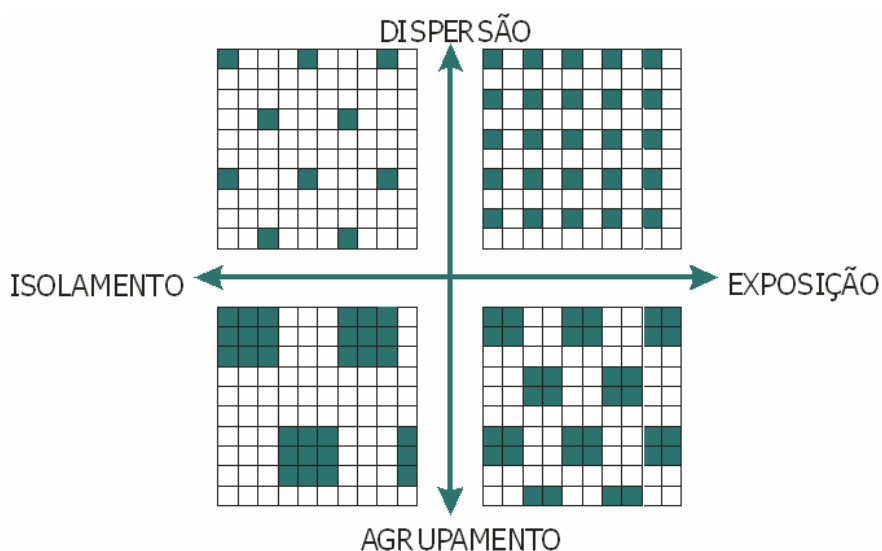
No tipo médio-superior há uma concentração maior das ocupações de nível superior e que se constitui nas maiores densidades relativas a este tipo expressados na Tabela III.3.5, que também aponta no médio, ocorrer a mesma situação de concentração territorial medida pela densidade. Contudo, também apresenta concentração territorial das atividades decorrentes de ocupações escritório, supervisão, técnica e médias de saúde e educação.

O tipo médio-inferior por sua vez apresenta ocupações com maior densidade nas médias de saúde e educação, de segurança pública, justiça e correios. Por sua vez, o tipo popular operário tem pouca concentração, sendo as ocupações mais dispersas no território.

Em relação ao tipo popular, este apresenta uma concentração territorial caracterizada pelas ocupações marcada pelos prestadores de serviço não-especializados, da indústria moderna, tradicional, dos operários de serviços auxiliares e da construção civil, além dos ambulantes e catadores.

No popular agrícola, os agricultores apresenta a maior densidade ocupacional no território da RMNatal, sendo um grupo bem definido com pouca concentração nos demais grupos sócio-ocupacionais.

**Gráfico 8**



Nesse sentido, podemos inferir que a escala dos fenômenos sociais espaciais na metrópole potiguar, com base na interpretação do Gráfico 8, em que é feita uma representação das posições polares da estrutura social, contrapondo as categorias que compõem os tipos superiores as que configuram os tipos populares. Pudemos perceber que os tipos superiores estão mais densamente agrupados, porém com baixa dispersão e os tipos populares mais dispersos e isolados espacialmente.

O Mapa 11 nos permite interpretar melhor essa relação de agrupamento e dispersão dos tipos. É perceptível, como os tipos superiores estão agrupados e pouco dispersos, contemplando três bairros centrais no pólo metropolitano, Natal, que são o Parque das Dunas-Capim Macio, Candelária e Petrópolis consideradas áreas socialmente nobres.

O mapa aponta também, que os tipos médios têm uma maior exposição territorial, mas são os tipos populares e em especial, o tipo agrícola que está mais disperso e isolado no território metropolitano.

### 3.0. Estruturação Urbana e Morfologia Social

A estrutura urbana e morfologia social dos tipos aponta o predomínio da população jovem entre 15 e 45 anos, representando cerca de 50% da população total da RMN como também em cada tipo.

Não há entre os tipos uma diferenciação etária significativa dos tipos, todos apresentam o mesmo padrão etários, com crianças e idosos concentrando conjuntamente em média 25% da população nos tipos.

Ao se observar, os grupos etários em cada tipo, percebe-se que o tipos superiores e médios tem populações infantis que não ultrapassa 12% das suas populações, do mesmo modo, as populações com idade acima de 65 anos de idade, que não ultrapassa 7% nestes tipos, sendo mais forte a presença dessa população nesses tipos dos que nos populares.

Todavia, são os tipos populares, que concentram mais fortemente as crianças e adolescentes e poucas pessoas idosas, conforme podemos perceber na Tabela III.3.6.

**Tabela 3.3.6: Tipologia sócio-espacial por grupos etários na RMNatal, 2000.**

Tipos	% Grupos Etários						Total
	0 – 6 Anos	7 -14 Anos	15 – 24 Anos	25 – 45 Anos	46 – 65 Anos	Acima de 65 Anos	
Superior	7,3	12,2	22,0	32,1	19,5	7,0	100
Médio Superior	9,5	12,5	22,2	32,2	17,7	5,9	100
Médio	9,4	13,6	20,7	33,8	16,0	6,4	100
Médio Inferior	11,6	14,6	21,8	31,1	15,3	5,6	100
Popular Operário	13,5	16,2	20,3	30,8	13,3	6,0	100
Popular	16,4	17,8	20,5	31,5	10,4	3,5	100
Popular Agrícola	17,0	18,6	20,1	26,7	12,1	5,5	100
Agrícola	17,3	19,7	20,9	24,4	11,8	5,8	100
<b>Total</b>	<b>14,0</b>	<b>16,3</b>	<b>20,8</b>	<b>30,9</b>	<b>13,0</b>	<b>4,9</b>	<b>100</b>

Fonte: RMNatal, 2006.

O tipo superior tem 32,1 % de sua população entre 25 e 45 anos, sendo que 7% está acima de 65 anos e 7,3% entre 0 e 6 anos de idade. Nos tipos, médio superior e médio apresentam praticamente os mesmos percentuais entre os seis grupos etários.

A mesma situação se repete para os tipos médios inferiores e popular operário, que tem pouco mais 14% e 16%, respectivamente de suas populações constituída de crianças entre 7 e 14 anos.

Entretanto, é interessante ressaltar que as populações de crianças e adolescentes aumentam nos tipos popular, popular agrícola e agrícola, nas quais são constituídos em média por 16% nas crianças entre 0 e 6 anos de idades, e 18% nas com idade entre 7 e 14 anos. Esses tipos, também têm que concentram pouco as populações envelhecidas, acima de 65 anos. O tipo popular tem 3,5%, popular agrícola 5,5% e agrícola 4,9%.

A espacialidade da população dos tipos nos aponta que a distribuição mantém um padrão espacial recorrente em todos os oito tipos na RMNatal. No Mapa 12, a população de 0 a 6 anos está concentrada em áreas em que os tipos predominantes são o popular operário, popular e popular agrícola com percentuais acima dos 7%.

Chama atenção, que nas áreas em que o tipo é agrícola, esta apresenta percentual da população  $\leq 6$  anos entre 4,0 e 7,0%, o que se esperaria é que fosse maior. São nas áreas que contempla os tipos superior e médio superior, as menores proporções de população nesta faixa etária.

Já a população de 7 a 14 anos, no Mapa 13 refletem as mesmas configurações de distribuição espacial da população de 0 a 6 anos. São as AED's distribuídas nas zonas norte e oeste de Natal que concentram populações nessa faixa entre 12 e 45% compostas por tipos populares.

A população entre 15 e 24 anos representa de 4,5 a 5,5% nas áreas que corresponde aos tipos agrícola a e superior, que tem forte assimetria entre as duas visualizados no Mapa 14. O tipo agrícola, localizado nos territórios mais ruralizados da RMNatal, o que explica a pouca concentração de pessoas neste grupo etário. Já que segundo, Graziano da Silva (1999)<sup>i</sup>, as áreas rurais estão esvaziando, sobretudo, porque não conseguem manter ou atrair populações jovens.

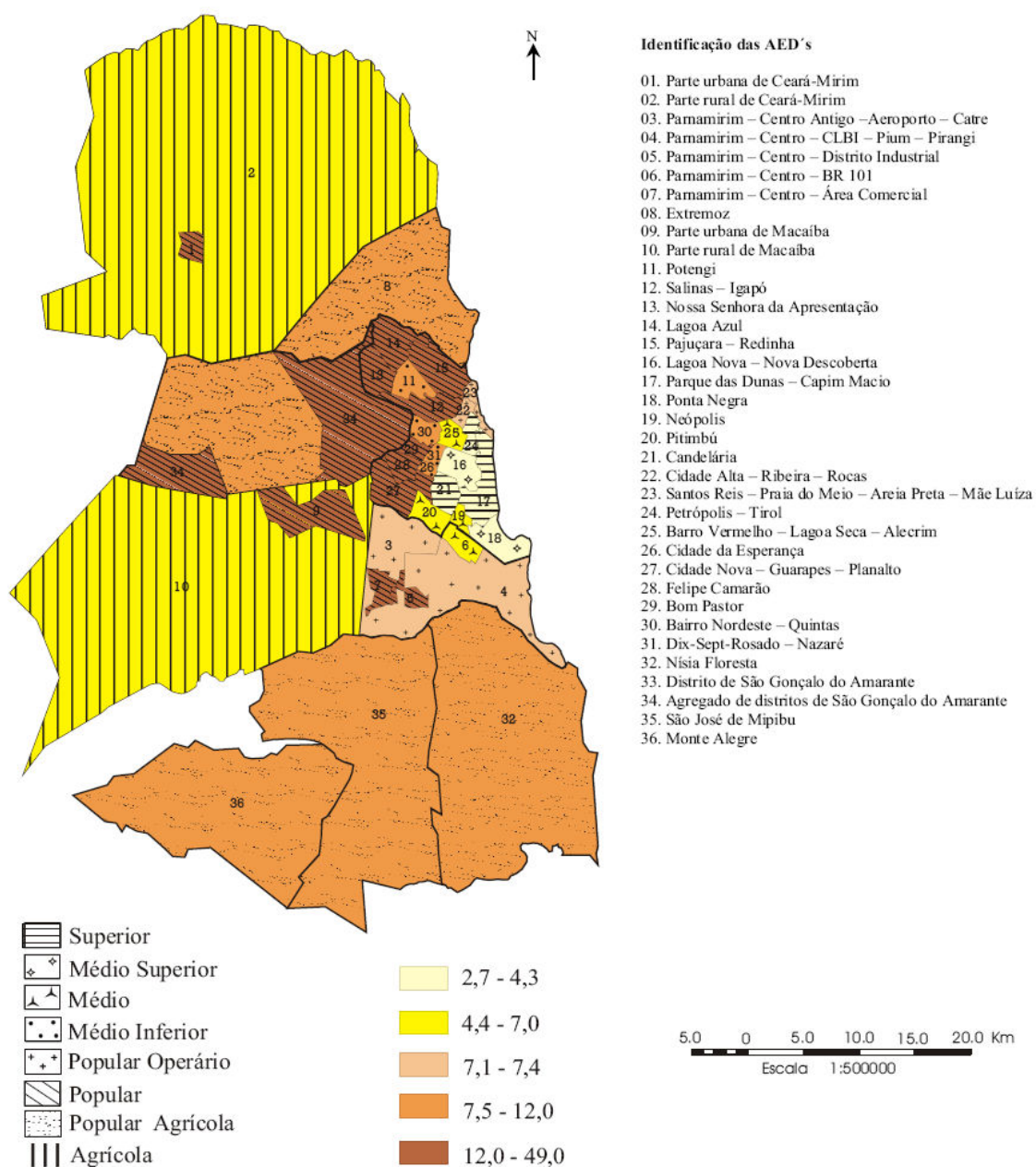
Contudo, o tipo superior nesse grupo etário, que está distribuído nas áreas mais centrais do pólo metropolitano também agrega pouca população jovem.

Tal situação também se repete para o grupo etário entre 25 e 45 anos no Mapa 15, indica, que é pouco concentrado nas áreas de tipo agrícola e superior.

## MAPA 12



Percentual da população de 0 a 6 anos de idade segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

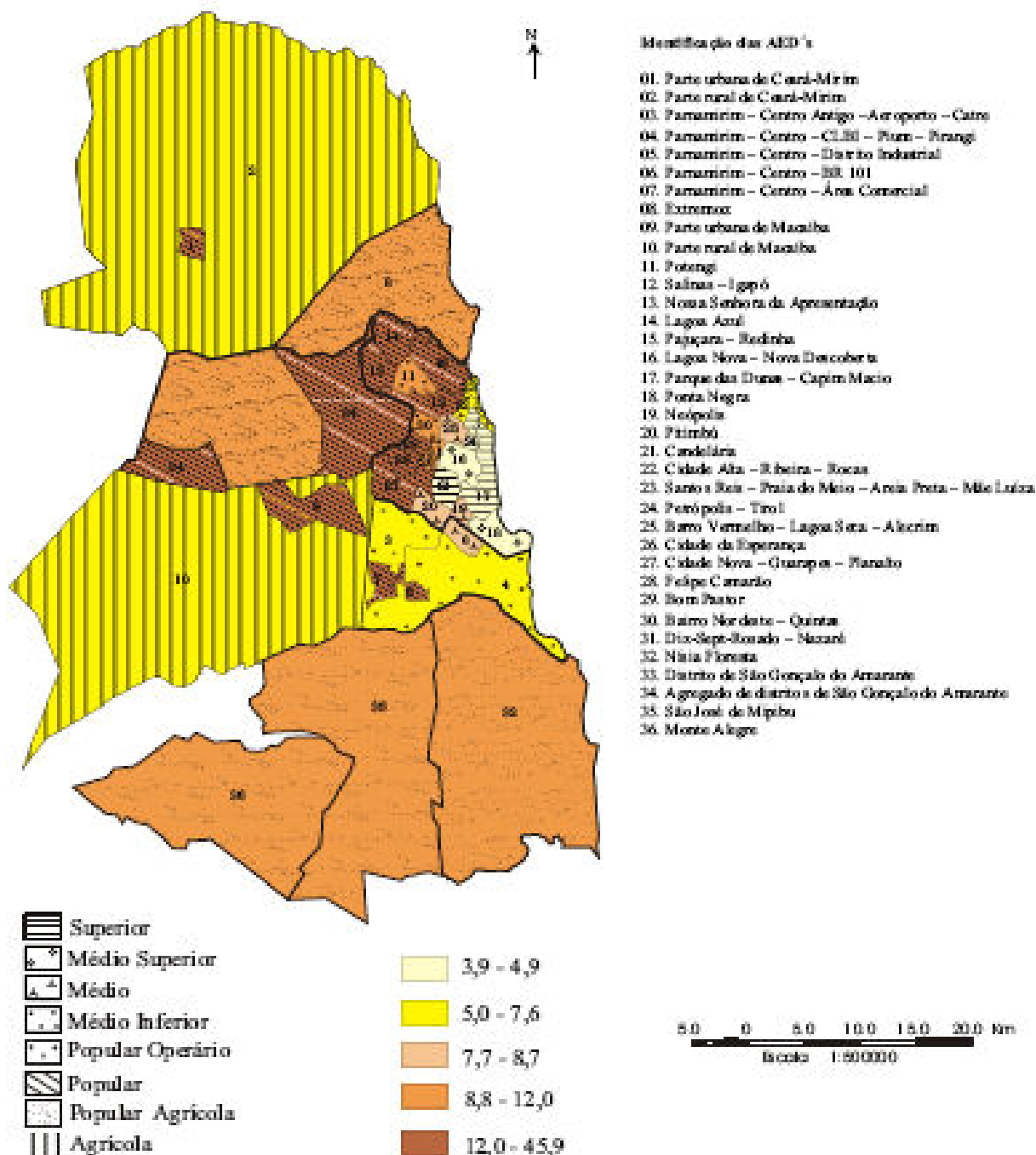


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 13



Percentual da população de 7 a 14 anos de idade segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

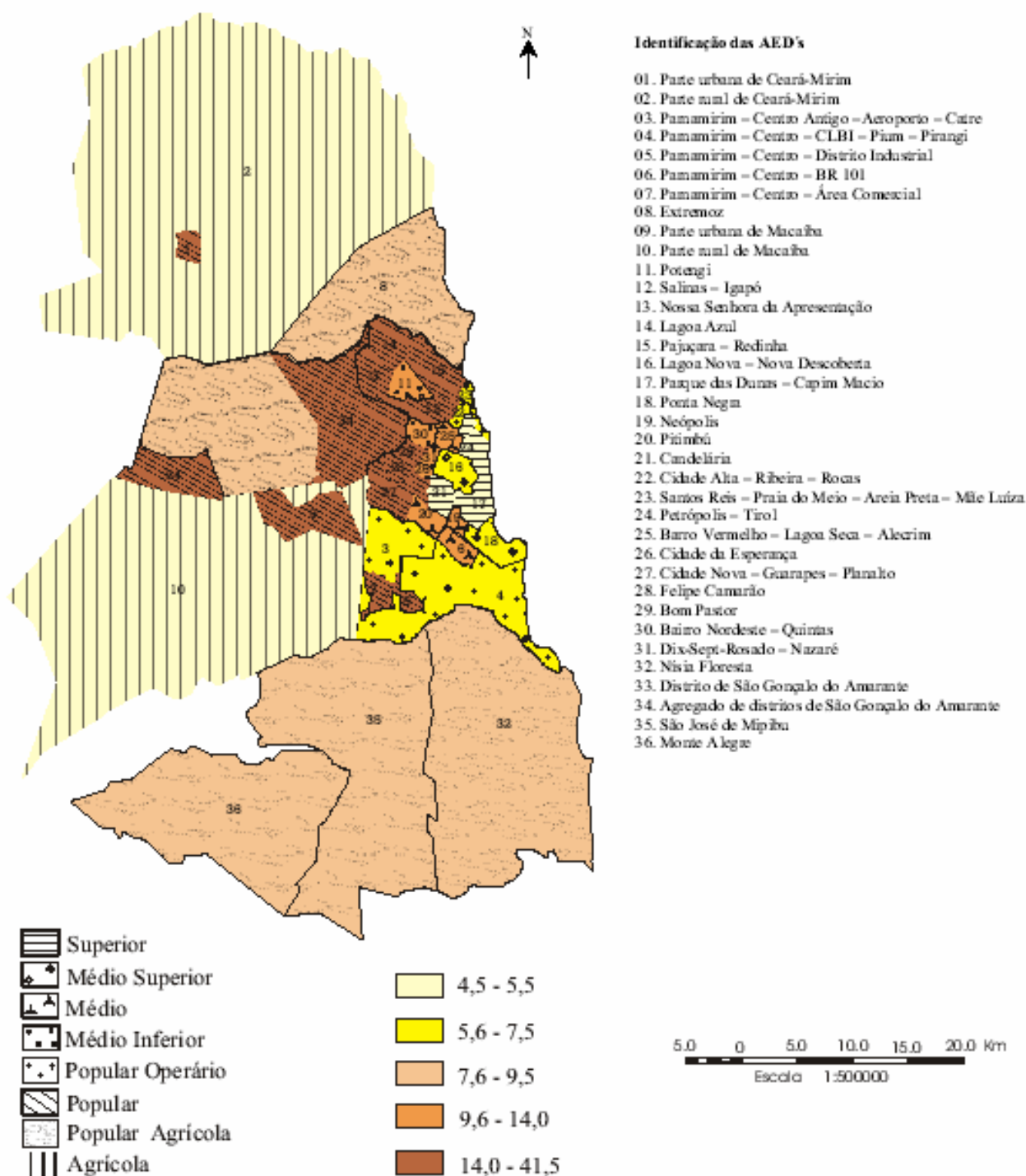


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 14



### Percentual da população de 15 a 24 anos de idade segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

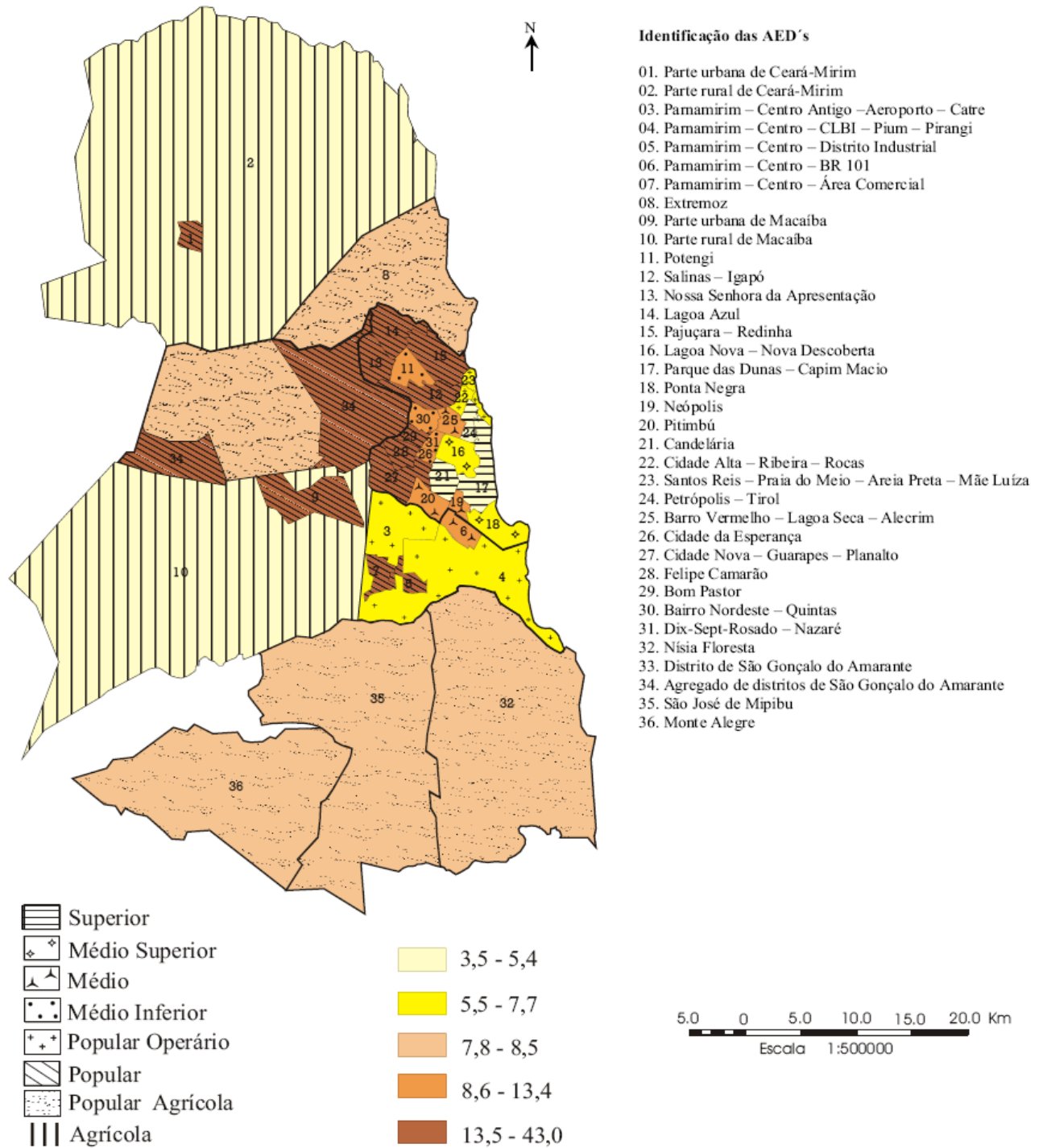


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 15



Percentual da população de 25 a 45 anos de idade segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



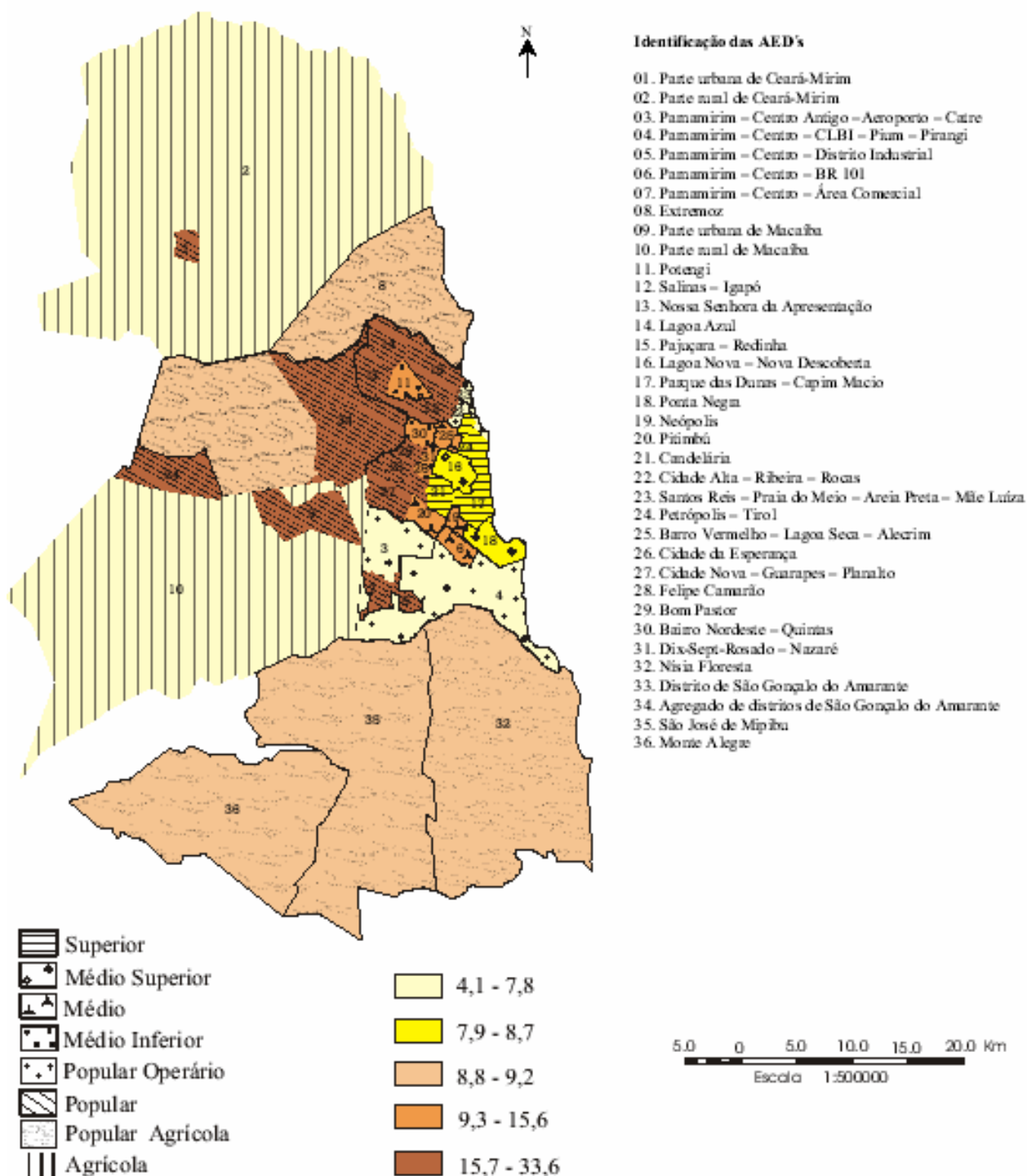
Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.



Mapa 16



Percentual da população de 46 a 65 anos de idade segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

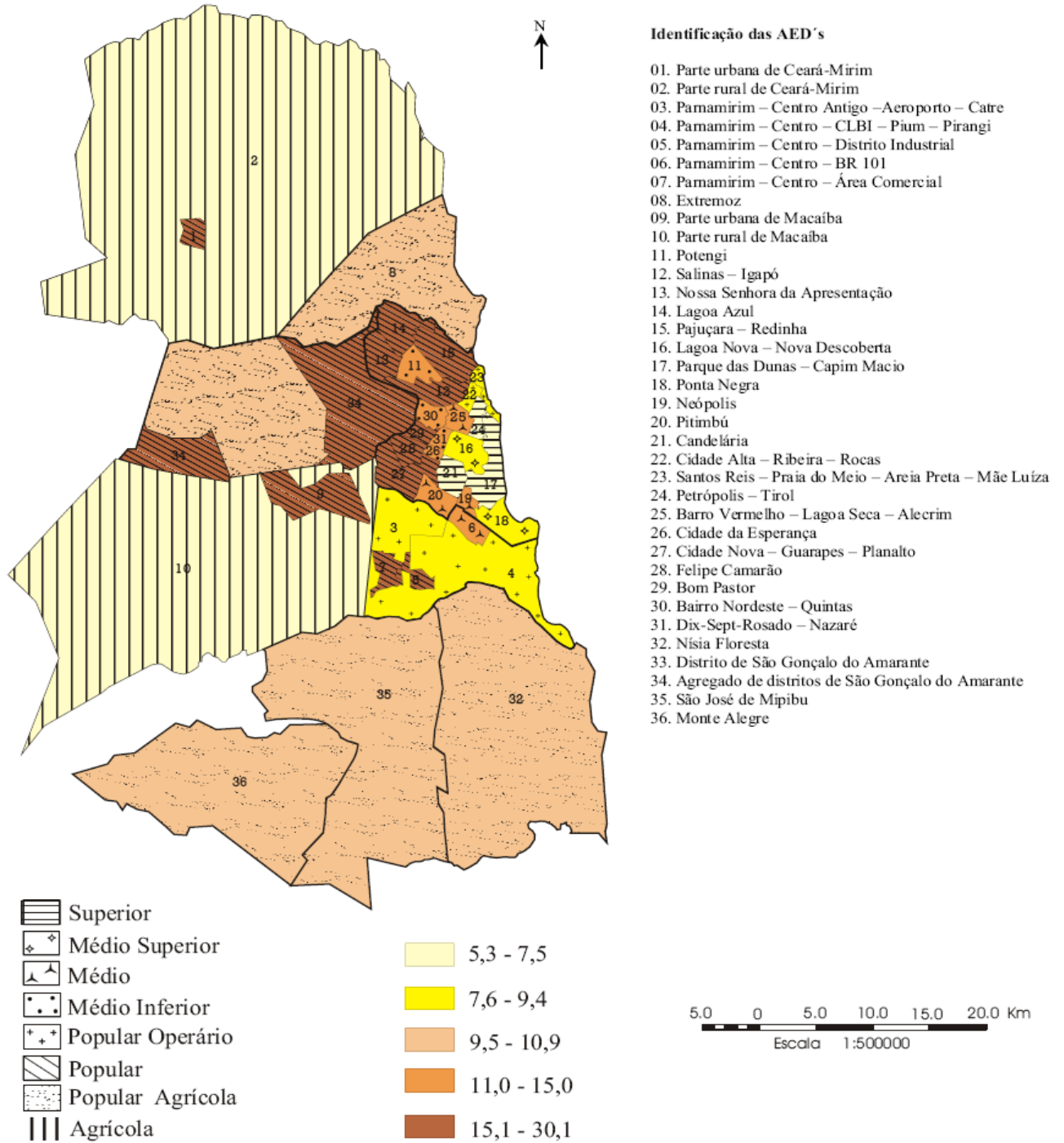
A distribuição espacial da população que os tipos mudam de padrão para o grupo etário, que agregam pessoas entre 45 e 65 anos. O Mapa 16 aponta que os tipos superior e médio superior passam a concentrar mais população do que os outros tipos, contudo, o agrícola, não ultrapassa 8%, permanecendo nas áreas dos tipos médios e populares a maior massa de população, com percentuais acima de 9%.

Podemos visualizar no Mapa 17 o percentual da população acima de 65 anos distribuídos de acordo com a participação de cada tipo sócio-espacial. Dado a elevada concentração populacional, os tipos que apresentam maior participação no total de idosos são os tipos popular agrícola e popular, contudo os tipos que se encontram numa hierarquia superior destacam-se pela sensível participação dos idosos em sua população específica.

## Mapa 17



### Percentual da população acima de 65 anos de idade segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

O Mapa 17, que representa a população acima de 65 nos indica que esta mais presente nos tipos populares e médios. É tipo popular com percentuais entre 15-30% da população dos territórios que lhe compõem, se constitui no que agrega mais essa faixa de população.

Por outro lado, é nos tipos superior e agrícola, a menor concentração de população envelhecida, com percentuais entre 5-7%.

Pela distribuição espacial da população dos tipos, se observou que são os tipos médios que agregava maior percentual de população em todos os grupos etários. Tal situação é confirmada, ao se analisar a densidade demográfica de cada tipo, é mais densa nestes tipos, o tipo médio inferior tem cerca de 8164 hab/km<sup>2</sup> na Tabela III.3.7.

**Tabela III.3.7 -Tipologia Sócio-Espacial pela Densidade Demográfica do Tipo para a RMNatal 2000.**

<b>Tipos Sócio-espaciais</b>	<b>Pop. Total</b>	<b>Área</b>	<b>Densidade Demográfica (hab/Km<sup>2</sup>)</b>
Superior	59112	28450816,7	<b>2078</b>
Médio Superior	71650	22248665,69	<b>6544</b>
Médio	117130	22764148,09	<b>5145</b>
Médio Inferior	149445	18304497,29	<b>8164</b>
Popular Operário	86417	111124212,59	<b>778</b>
Popular	471878	227135221,99	<b>2078</b>
Popular Agrícola	110484	857259870,56	<b>103</b>
Agrícola	50427	1207702624,14	<b>42</b>
<b>Total</b>	<b>1.006,54</b>		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. (NAPP)

Em seguida, o tipo médio superior apresenta 6544 hab/ Km<sup>2</sup> e os tipos populares, baixa densidade, principalmente o tipo agrícola concentrado 42 hab/ Km<sup>2</sup>.

No tocante a composição por cor dos tipos percebe-se na Tabela III.3.8, que em todos os tipos, a predominância da cor branca e parda, com relativa presença de pessoas de cor preta.

**Tabela III.3.8 -Tipologia Sócio-Espacial por Cor ou Raça do Tipo - RMNatal, 2000.**

<b>Tipologia Sócio-Espacial</b>	<b>branca</b>	<b>preta</b>	<b>amarela</b>	<b>parda</b>	<b>indígena</b>	<b>ignorado</b>	<b>Total</b>
Superior	68,3	1,1	0,3	29,7	0,2	0,4	100,0
Médio Superior	58,9	3,3	0,2	37,0	0,2	0,4	100,0
Médio	57,9	3,0	0,0	38,5	0,2	0,4	100,0
Médio Inferior	44,7	3,0	0,1	51,3	0,1	0,8	100,0
Popular Operário	42,1	3,4	0,0	53,9	0,3	0,4	100,0
Popular	39,5	5,3	0,1	54,3	0,2	0,7	100,0
Popular Agrícola	32,3	5,1	0,2	61,4	0,6	0,5	100,0
Agrícola	24,5	8,7	0,2	65,2	0,0	1,4	100,0
<b>Total</b>	<b>43,7</b>	<b>4,4</b>	<b>0,1</b>	<b>51,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. (NAPP)

Os indivíduos de cor preta é pouco expressivo em todos os tipos, estando presente com 8,7% no tipo agrícola, que concentra 65,2% dos indivíduos de cor parda na RMNatal.

As populações amarela e indígena não chegam a compor nem cerca de 0,5% nos tipos. Essa proporção indígena reflete o fato histórico de no território potiguar a presença de povos indígena é praticamente inexistente, devido a sua dizimação no período colonial.

É o tipo superior que apresenta 68,3% da sua população de cor branca, sendo esse tipo o que concentra maior percentual de pessoas nessa cor. E os tipos médios e populares apresentam majoritariamente populações parda e percentual também a maior proporção de pessoas da cor preta.

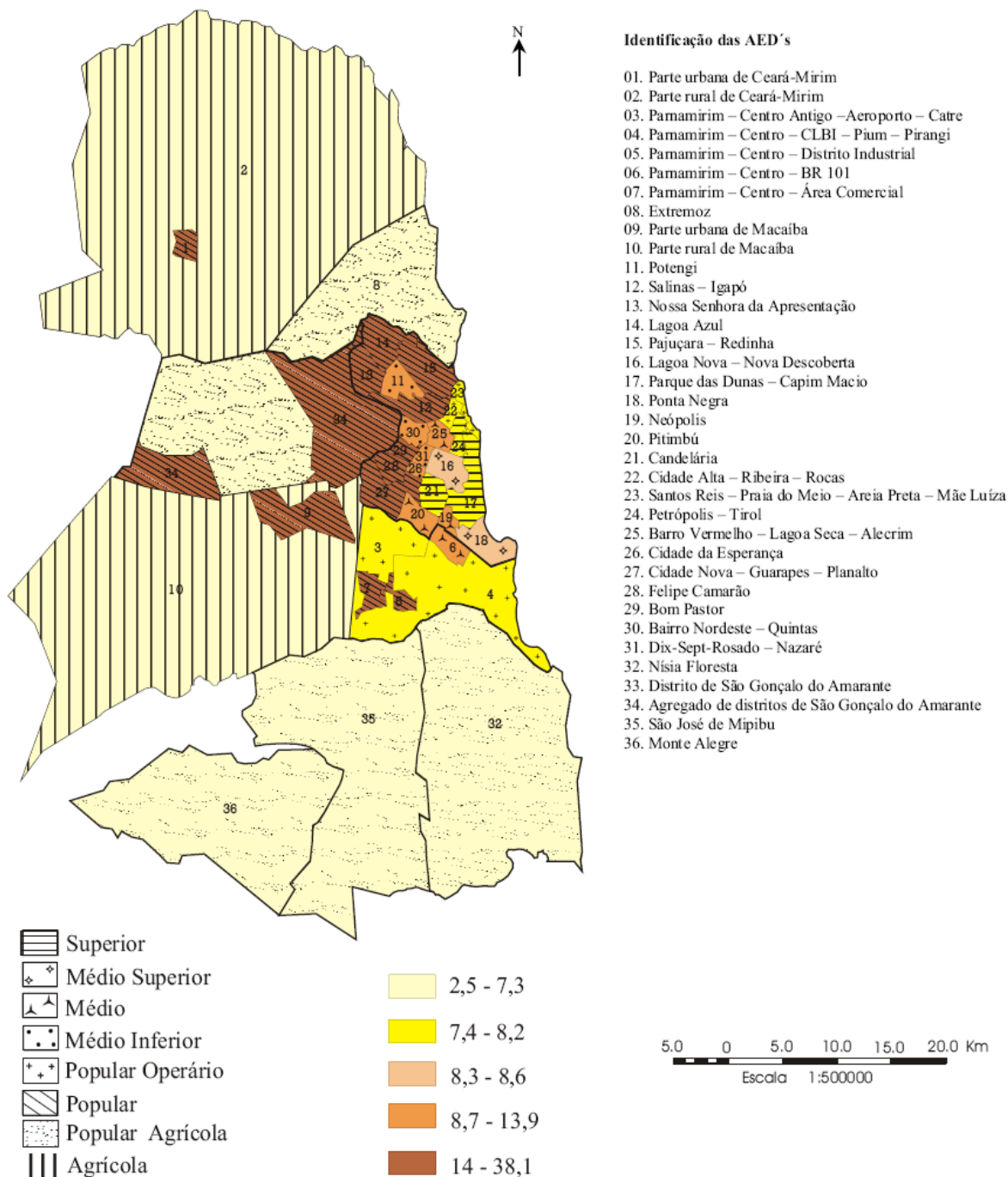
Especialmente, a composição dos tipos pela cor dos indivíduos., no Mapa 18 nos indica que a presença de população branca esta entre 14 -38% localizada nas áreas do tipo popular e pouco presente nas áreas do tipo agrícola com percentuais entre 2-7% e popular operário e superior com 7-8% de sua população é constituída pela raça branca.

A cor parda é fortemente presente em todos os tipos sócio-espaciais, com exceção dos tipos superior com 3-4% de sua população constituídas de pardos. O Mapa 19 aponta também os tipos médio e médio superior apresenta pouca população parda não ultrapassado 7,9% em territórios.

## Mapa 18



### Percentual da população de cor ou raça branca segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

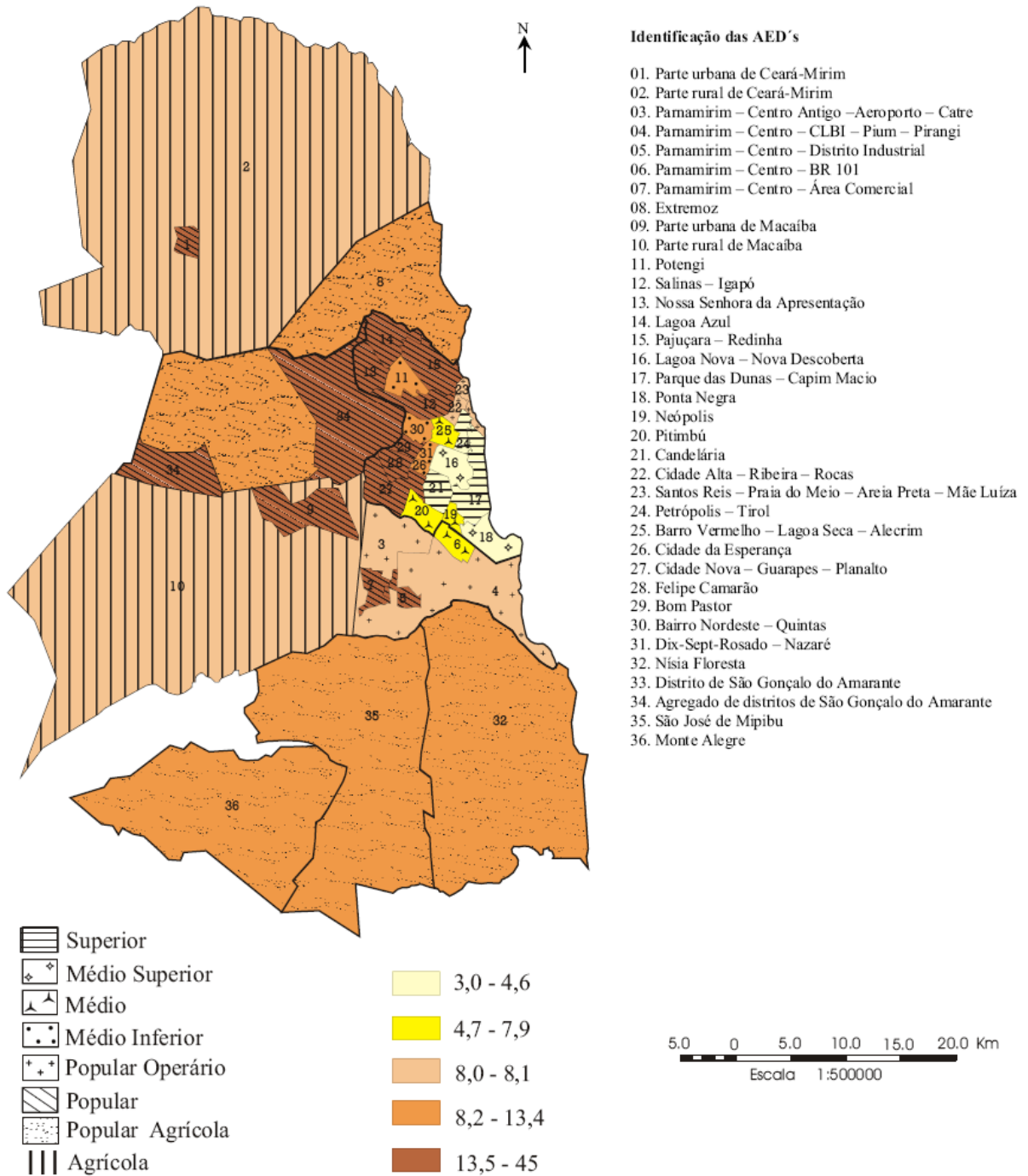


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 19



### Percentual da população de cor ou raça parda segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

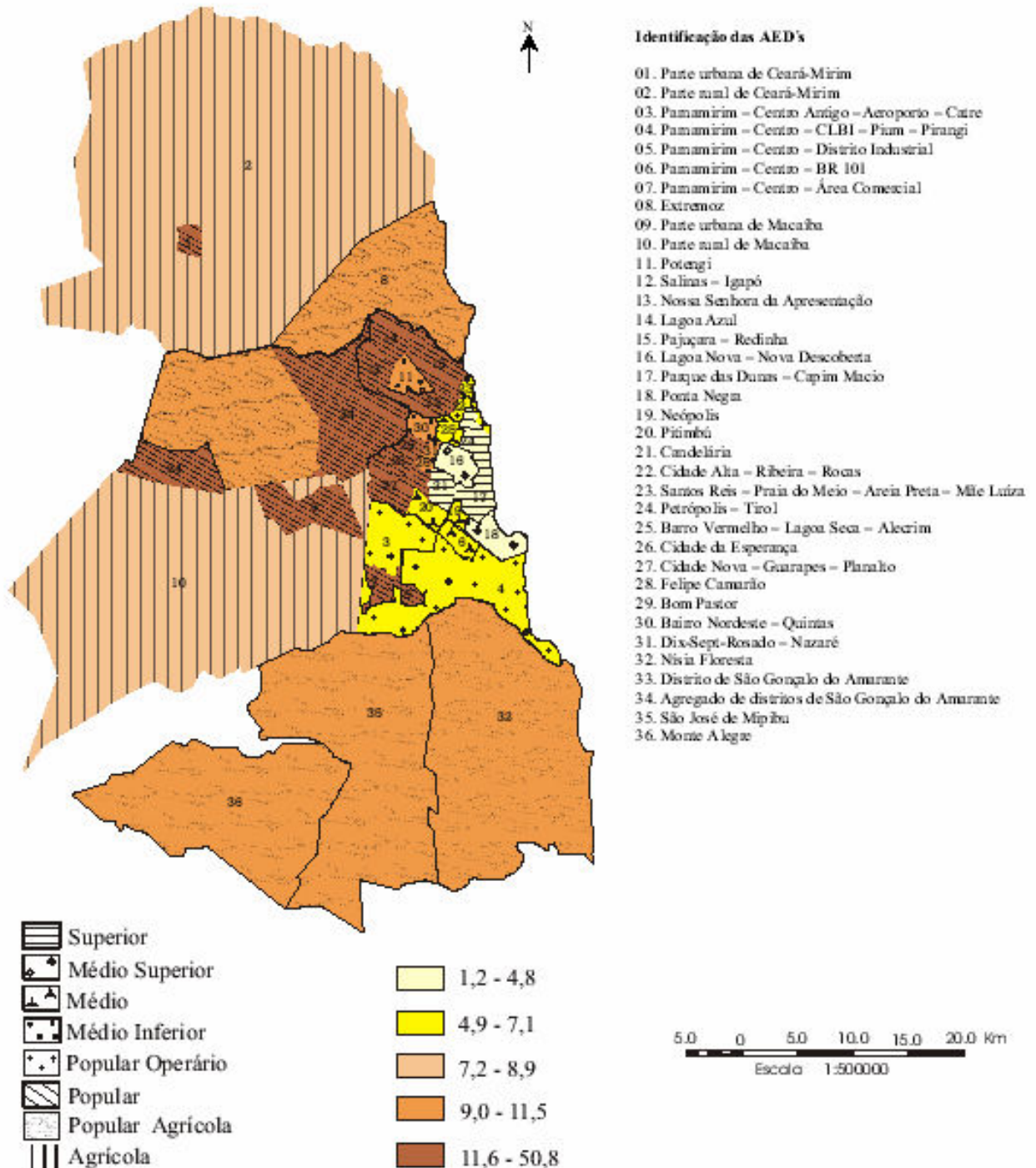


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Mapa 20



Percentual da população de cor ou raça preta segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.



#### 4.0. Estruturação Urbana e Migração/Mobilidade Pendular segundo os Tipos

Nesta etapa buscamos analisar os fluxos migratórios à luz da distribuição das categorias sócio-ocupacionais segundo os tipos mais representativos que deverá nos propiciar uma visualização das situações particulares a cada AED e, assim, contribuir para a identificação dos aspectos mais significativos no estudo geral da estrutura, da dinâmica e dos padrões morfológico-funcionais do espaço intra-metropolitano de Natal.

**Tabela III. 4.1- População Residente por Imigrante de Data Fixa segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Imigrantes Nacionais	%	Imigrantes Internacionais	%	Não Migrantes	%	Não era Nascido	%	Total
Superior	7279	5,4	148	27,6	51318	5,3	367	3,5	59112
Médio	7849	5,8	102	19,0	63401	6,5	298	2,9	71650
Superior	23243	17,3	172	32,1	92076	9,5	1639	15,7	117130
Médio	8605	6,4	20	3,7	140182	14,4	638	6,1	149445
Médio Inferior									
Popular	10263	7,6	16	3,0	75435	7,8	703	6,8	86417
Operário	60193	44,7	56	10,4	406446	41,9	5182	49,8	471877
Popular									
Popular	12643	9,4	22	4,1	96700	10,0	1120	10,8	110485
Agrícola	4463	3,3	0	0,0	45504	4,7	460	4,4	50427
Agrícola									
Total	134538	100,0	536	100,0	971062	100,0	10407	100,0	1116543

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

Neste cruzamento de dados dos fluxos migratórios segundo os tipos (tabela III.4.1), nota-se desde logo que 78,7% dos imigrantes internacionais aparecem agrupados nos tipos *superior*, *médio superior* e *médio*, embora eles representem, de modo geral, e em números absolutos, um conjunto muito menor que os imigrantes de origem nacional. Estes, à sua vez, aparecem nitidamente concentrados no tipo *popular* (44,7%) e, secundariamente, no tipo *médio* (17,2).

No que respeita aos não-migrantes, a tabela acima nos mostra ainda que os tipos *popular* e *médio inferior* são os que apresentam as maiores proporções no total da região, respectivamente 41,8 e 14,4%, seguidos dos tipos *popular agrícola* (9,9) e *médio* (9,4).

Além disso, no total de pessoas residentes da região metropolitana, e tirando aqueles que não eram nascidos na data considerada, temos a seguinte distribuição comparada de migrantes e não-migrantes segundo os tipos sócio-ocupacionais (tabela III.4.2):

**Tabela III.4.2- Migrantes e não-migrantes, segundo os tipos sócio-ocupacionais da RMNatal – 2000**

<b>Tipo</b>	<b>Migrantes</b>	<b>Não-Migrantes</b>
Superior	12,3	86,8
Médio Superior	10,9	88,4
Médio	19,8	78,6
Médio Inferior	5,7	93,8
Popular Operário	11,8	87,2
Popular	12,7	86,1
Popular Agrícola	11,4	87,5
Agrícola	8,8	90,2

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

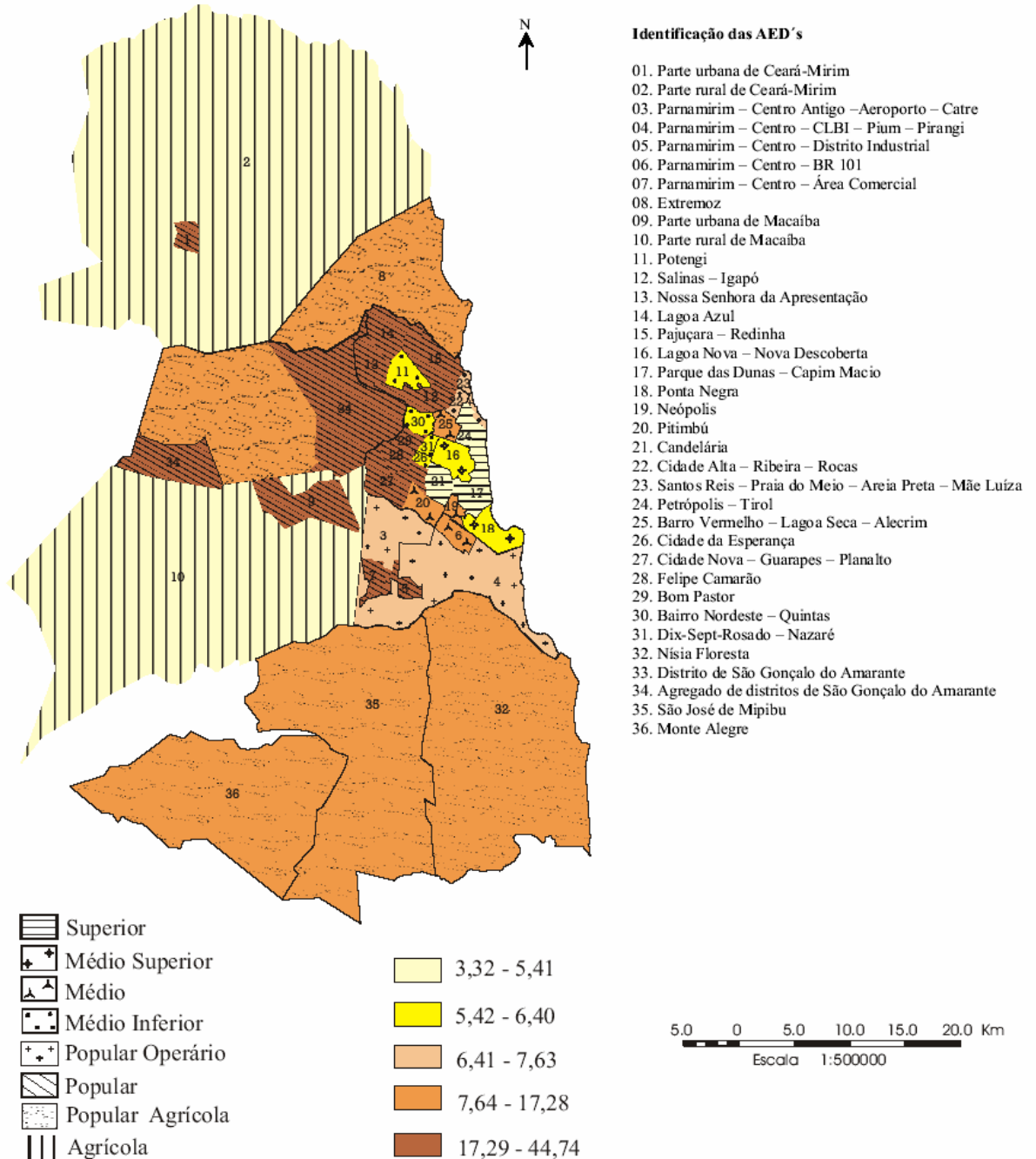
No que se refere à origem da imigração, num primeiro grupo de AEDs mais receptoras de imigrantes de origem nacional, temos Parnamirim-Centro-BR101, Agregado de Distritos de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim-Centro-Distrito Industrial, que pertencem, a primeira, ao tipo *médio* e os outros dois ao tipo *popular*. Em um segundo agrupamento de AEDs receptoras aparecem as AEDs Parnamirim-Centro-Área Comercial, Nossa Senhora da Apresentação, Pajuçara-Redinha e Barro Vermelho - Lagoa Seca - Alecrim, as três primeiras pertencentes ao tipo *popular* e a última ao tipo *médio*.

Já no que se refere às AEDs mais receptoras de imigrantes estrangeiros, elas tendem a pertencer aos tipos *médio*, como Neópolis, *médio superior*, como Lagoa Nova - Nova Descoberta e Ponta Negra, e *superior*, como Petrópolis - Tirol e Candelária.

## Mapa 21



### Percentual de imigrantes de data fixa intermunicipais nacionais segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

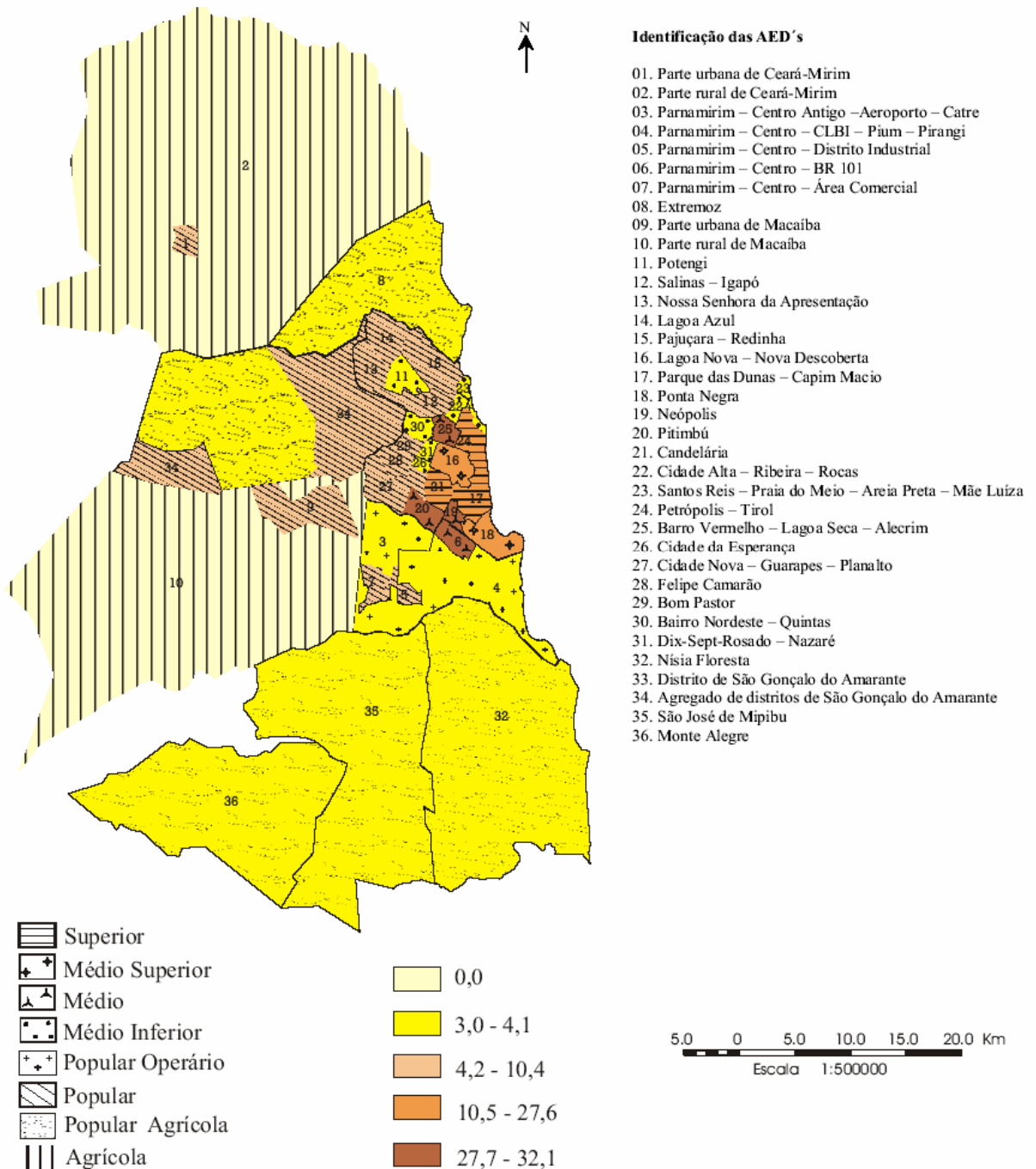


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 22



### Percentual de imigrantes internacionais segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Observando com mais detalhe o quadro dos imigrantes oriundos do Brasil, eles se situam em maior número nos tipos *popular* e *médio*, e numa segunda ordem de grandeza, nos tipos *médio superior* e *superior*. Ainda com respeito a estes migrantes oriundos de fora do Rio Grande do Norte, eles se agrupam em maior número nas seguintes AEDs e tipos: Barro Vermelho- Lagoa Seca -Alecrim e Parnamirim-Centro-BR101, pertencentes ao tipo *médio*; Ponta Negra e Lagoa Nova-Nova Descoberta, que se incluem no tipo *médio superior*; Pajuçara-Redinha e Nossa Senhora da Apresentação, no tipo *popular*, e mais Parque das Dunas-Capim Macio, do tipo *superior*.

Dentre os que provêm do Rio Grande do Norte, mas de outros municípios não localizados na região metropolitana, nota-se que eles se agrupam em grande maioria no tipo *popular*, encontrando-se distribuídos nas AEDs de Nossa Senhora da Apresentação, Parnamirim-Centro-Área Comercial, Pajuçara-Redinha, Agregado de Distritos de São Gonçalo e Parnamirim-Centro-Distrito Industrial. Além destas, temos também a AED de Parnamirim-Centro-BR101, pertencente ao tipo *médio*.

E finalmente, dentre os que são oriundos de municípios da região metropolitana, eles também se reúnem em maior número no tipo *popular*. Nesta situação de origem, destacam-se a AED de Parnamirim-Centro-BR, que pertence ao tipo *médio*, e mais as AEDs Agregado de Distritos de São Gonçalo, Parnamirim-Centro-Distrito Industrial e Parnamirim-Centro-Área Comercial, as três pertencentes ao tipo *popular*.

**Tabela III.4.3 - Imigrantes de Data Fixa, oriundos da Região Metropolitana, de outro Município do RN (Fora da RM), de fora do RN (oriundos do Brasil) e Internacionais segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

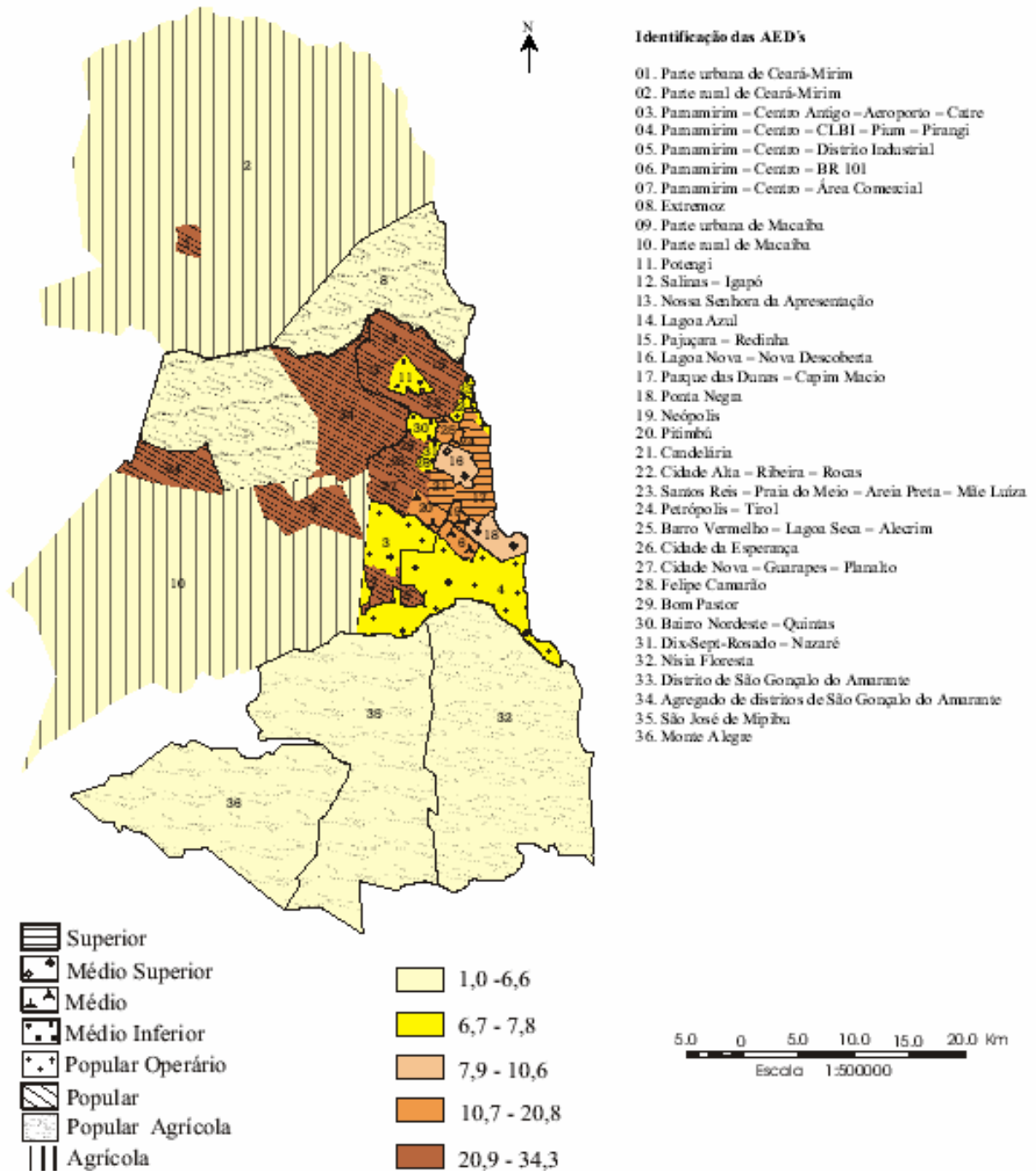
<b>Tipologia Sócio-Espacial</b>	<b>Região Metropolitana</b>	<b>%</b>	<b>Outro Município do RN, fora da RMN</b>	<b>%</b>	<b>Fora do RN, oriundos do Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Imigrantes Internacionais</b>	<b>%</b>
Superior	378	0,9	1955	4,1	4946	11,0	148	27,6
Médio Superior	567	1,4	2510	5,2	4771	10,6	102	19,0
Médio	7932	19,0	5972	12,5	9339	20,8	172	32,1
Médio Inferior	718	1,7	4418	9,2	3468	7,7	20	3,7
Popular Operário	3779	9,1	2964	6,2	3520	7,8	16	3,0
Popular	20885	50,0	23914	49,9	15394	34,3	56	10,4
Popular Agrícola	5949	14,3	3735	7,8	2960	6,6	22	4,1
Agrícola	1536	3,7	2460	5,1	467	1,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>41744</b>	<b>100,0</b>	<b>47928</b>	<b>100,0</b>	<b>44865</b>	<b>100,0</b>	<b>536</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

## Mapa 23



Percentual de imigrantes de data fixa de fora do RN oriundos do Brasil segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

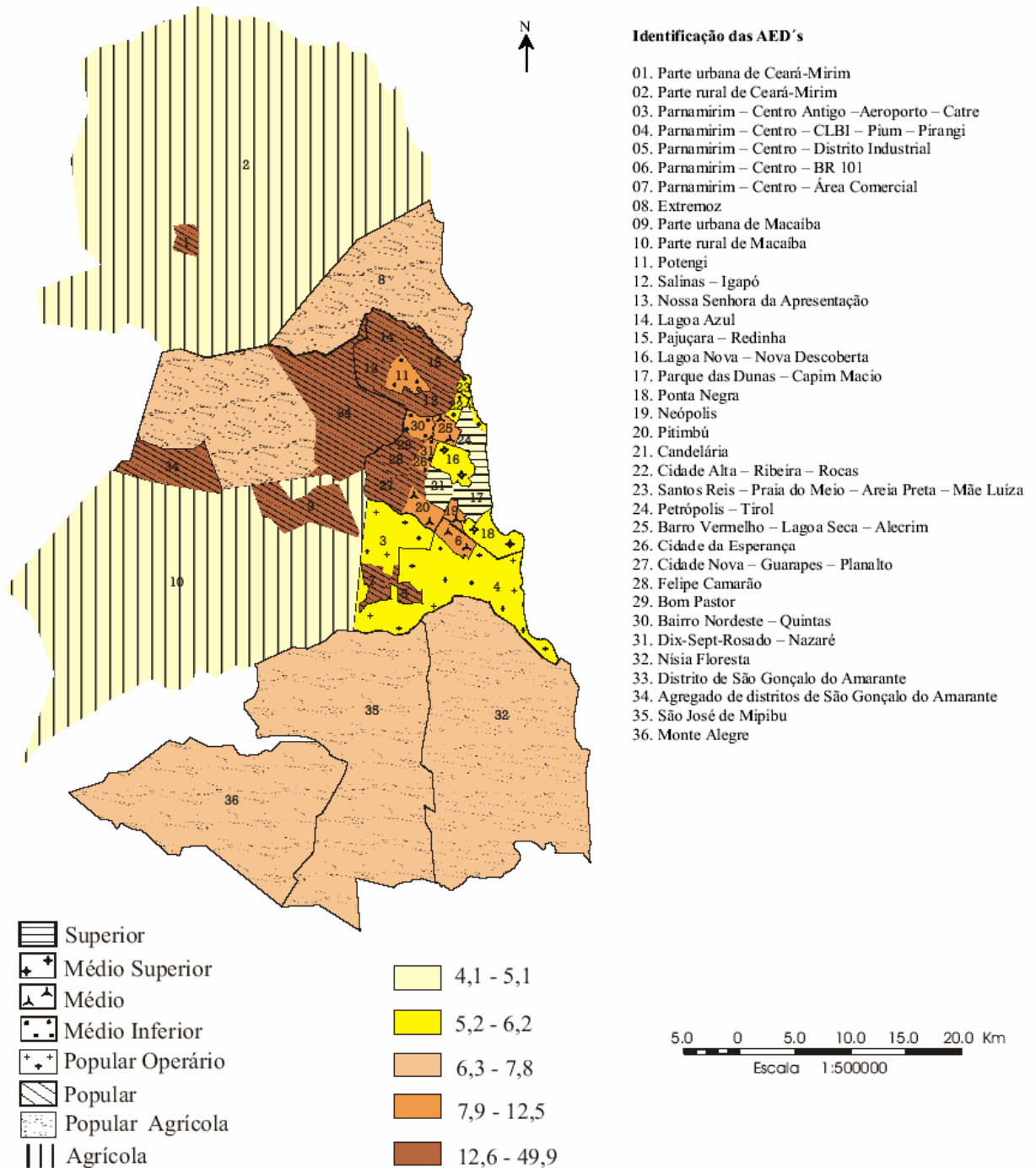


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 24



Percentual de imigrantes de data fixa de outro município do RN, fora da RMN segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.



## 5.0. Características sócio-demográficas dos migrantes, tipos sócio-espaciais e natureza dos fluxos:

### ✓ **Ocupação**

No ano 2000, do total de 54879 migrantes ocupados da região metropolitana de Natal, 43% pertenciam ao tipo sócio-ocupacional *popular* e 19,7% ao tipo *médio*. Deste mesmo total, 34,9% eram migrantes oriundos de diferentes municípios do Rio Grande do Norte localizados fora da região metropolitana, 32,6% eram oriundos da própria região e 32,5% vieram do Brasil, mas de fora do estado potiguar. Em todas as três procedências, o maior número de migrantes ocupados pertencem ao tipo *popular*. Dos que pertencem ao tipo *médio*, que é o agrupamento do segundo maior número de migrantes ocupados, os que vieram da própria região metropolitana e de fora do Rio Grande do Norte aparecem em maior número. Um outro contingente significativo de migrantes ocupados e oriundos de fora deste estado pertence aos tipos *médio superior* e *superior*.

**Tabela III.4.4 - População Ocupada de Imigrantes de Data Fixa, oriundos da Região Metropolitana, de outro Município do RN (Fora da RM), de fora do RN (oriundos do Brasil) e Internacionais segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

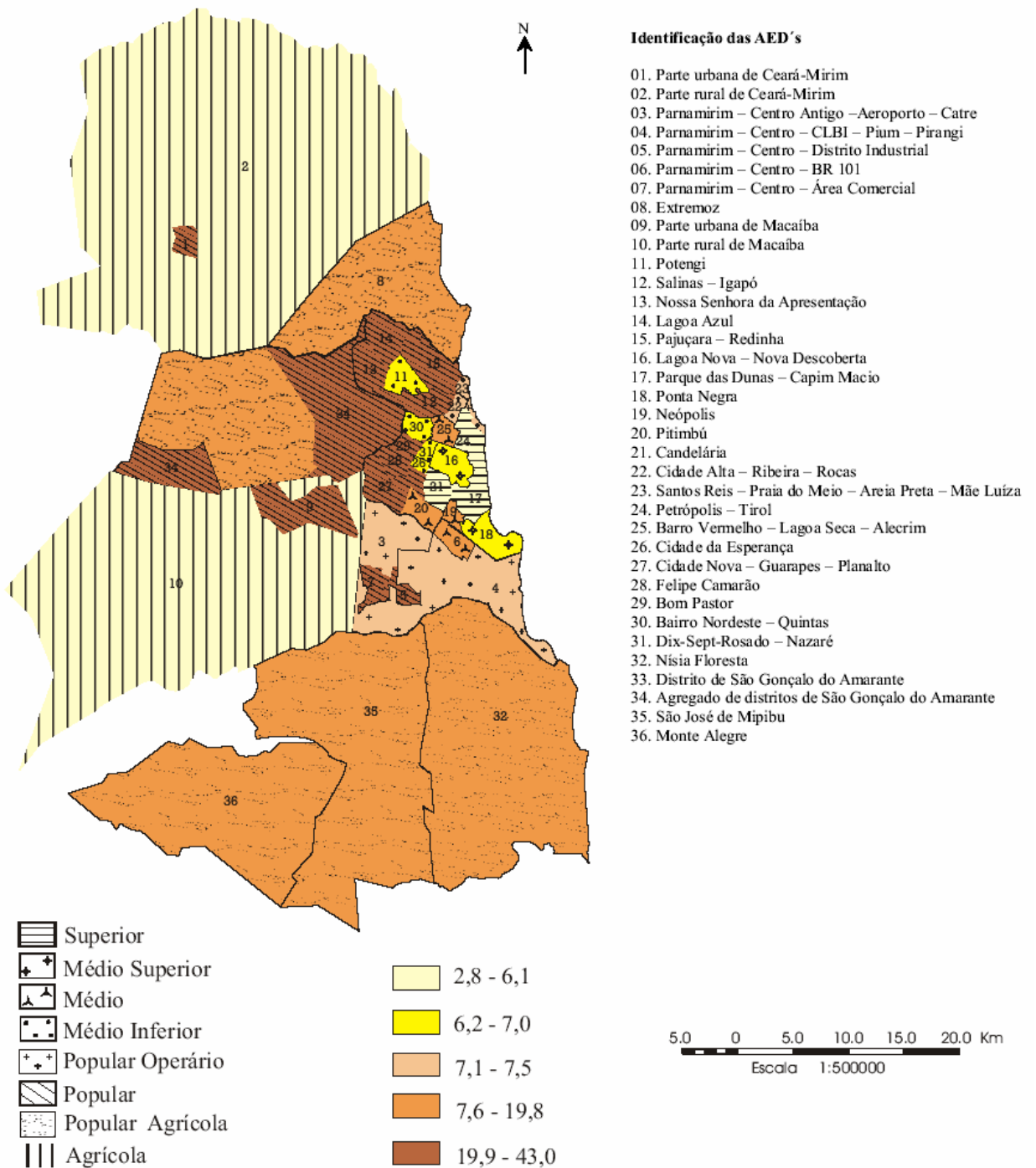
Tipologia Sócio-Espacial	Região Metropolitana	%	Outro Município do RN, fora da RMN	%	Fora do RN, oriundos do Brasil	%	Imigrantes Internacionais	%	Total	%
Superior	180	1,0	972	5,1	2113	11,9	93	37,7	3358	6,1
Médio	297	1,7	1155	6,0	2360	13,2	45	18,2	3857	7,0
Superior	4383	24,5	2708	14,1	3755	21,1	42	17,0	10888	19,8
Médio	295	1,6	1853	9,7	1308	7,3	9	3,6	3465	6,3
Médio Inferior	1502	8,4	1225	6,4	1401	7,9	16	6,5	4144	7,5
Popular	8698	48,6	9064	47,3	5879	33,0	42	17,0	23683	43,0
Operário	2089	11,7	1324	6,9	798	4,5	0	0,0	4211	7,6
Popular	457	2,6	864	4,5	199	1,1	0	0,0	1520	2,8
Agrícola										
Agrícola										
<b>Total</b>	<b>17901</b>	<b>100,0</b>	<b>19165</b>	<b>100,0</b>	<b>17813</b>	<b>100,0</b>	<b>247</b>	<b>100,0</b>	<b>55126</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

## Mapa 25



### Percentual de imigrantes de data fixa ocupados segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

✓ **Renda**

No que se refere aos totais de rendimentos dos migrantes, podemos observar, entre aqueles que são oriundos do Brasil, mas de fora do Rio Grande do Norte, que a massa de rendimentos salariais mais elevados situa-se nos tipos superior, médio superior e médio. Já entre os migrantes que provêm da própria região metropolitana, esta soma de rendimentos mais altos corresponde, respectivamente, aos tipos médio e popular. No terceiro agrupamento de migrantes oriundos de outros municípios do Rio Grande do Norte, localizados fora da região metropolitana, o volume mais importante de rendimentos é o da população pertencente ao tipo popular.

**Tabela III.4.5 - Total de rendimentos em salários mínimos por Imigrantes de Data Fixa, oriundos da Região Metropolitana, de outro Município do RN (Fora da RM), de fora do RN (oriundos do Brasil) e Internacionais segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

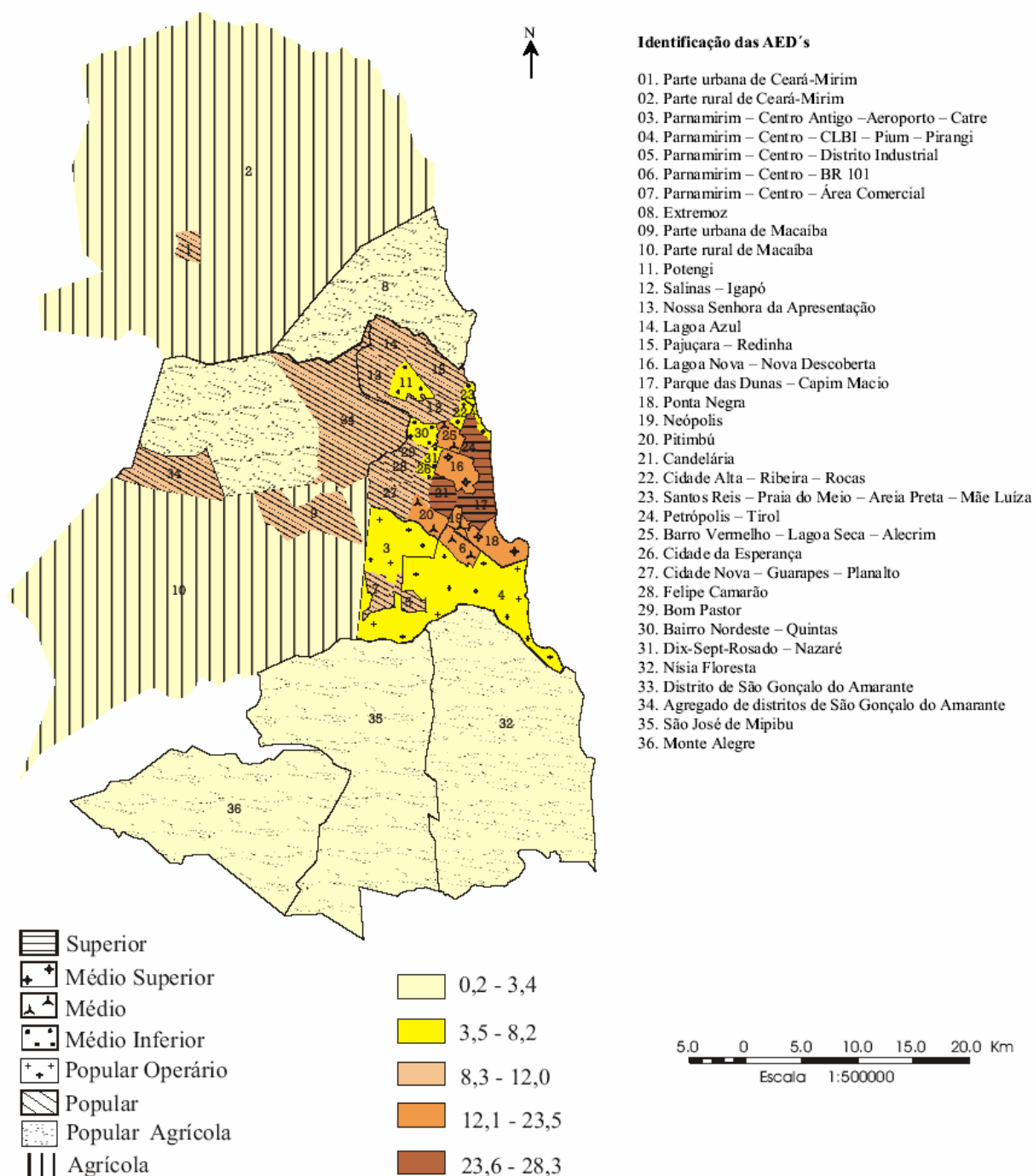
<b>Tipologia Sócio- Espacial</b>	<b>Região Metropolitana</b>	<b>Outro Município do RN, fora da RMN</b>	<b>Fora do RN, oriundos do Brasil</b>	<b>Imigrantes Internacionais</b>	<b>Total</b>
Superior	1735,36	6867,51	46081,26	1104,33	55788,46
Médio Superior	2145,44	6512,98	38339,57	4866,70	51864,69
Médio	34505,55	11240,50	33184,06	779,90	79710,01
Médio Inferior	794,34	5240,25	6414,43	149,42	12598,44
Popular Operário	10541,81	3593,97	13405,03	108,78	27649,59
Popular	33091,27	24635,92	19606,82	187,16	77521,17
Popular Agrícola	7377,57	2173,94	5593,44	58,58	15203,53
Agrícola	865,36	1092,05	328,52	—	2285,93
<b>Total</b>	<b>91056,7</b>	<b>61357,12</b>	<b>162953,13</b>	<b>7254,87</b>	<b>322621,82</b>

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

## Mapa 26



Rendimento em salários mínimos dos imigrantes de data fixa de fora do RN oriundos do Brasil segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

### ✓ **Gênero e Faixa Etária**

Considerando a distribuição dos migrantes segundo o gênero, a faixa etária e os tipos sócio-ocupacionais, observa-se que, no conjunto daqueles que são oriundos da própria região metropolitana, as mulheres migrantes aparecem em maior número que os homens e tanto os migrantes homens quanto as mulheres situam-se, predominantemente, nas faixas etárias entre os 15 e 44 anos e também, entre os 5 e 14 anos. Além disso, a grande maioria dos homens e das mulheres migrantes, nas faixas entre 15 e 44 anos pertence, grosso modo e em ordem decrescente, ao tipo *popular*, tipo *médio*, *popular agrícola* e *popular operário*.

**Tabela III.4.6 - Imigrantes de Data Fixa, oriundos da Região Metropolitana, por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

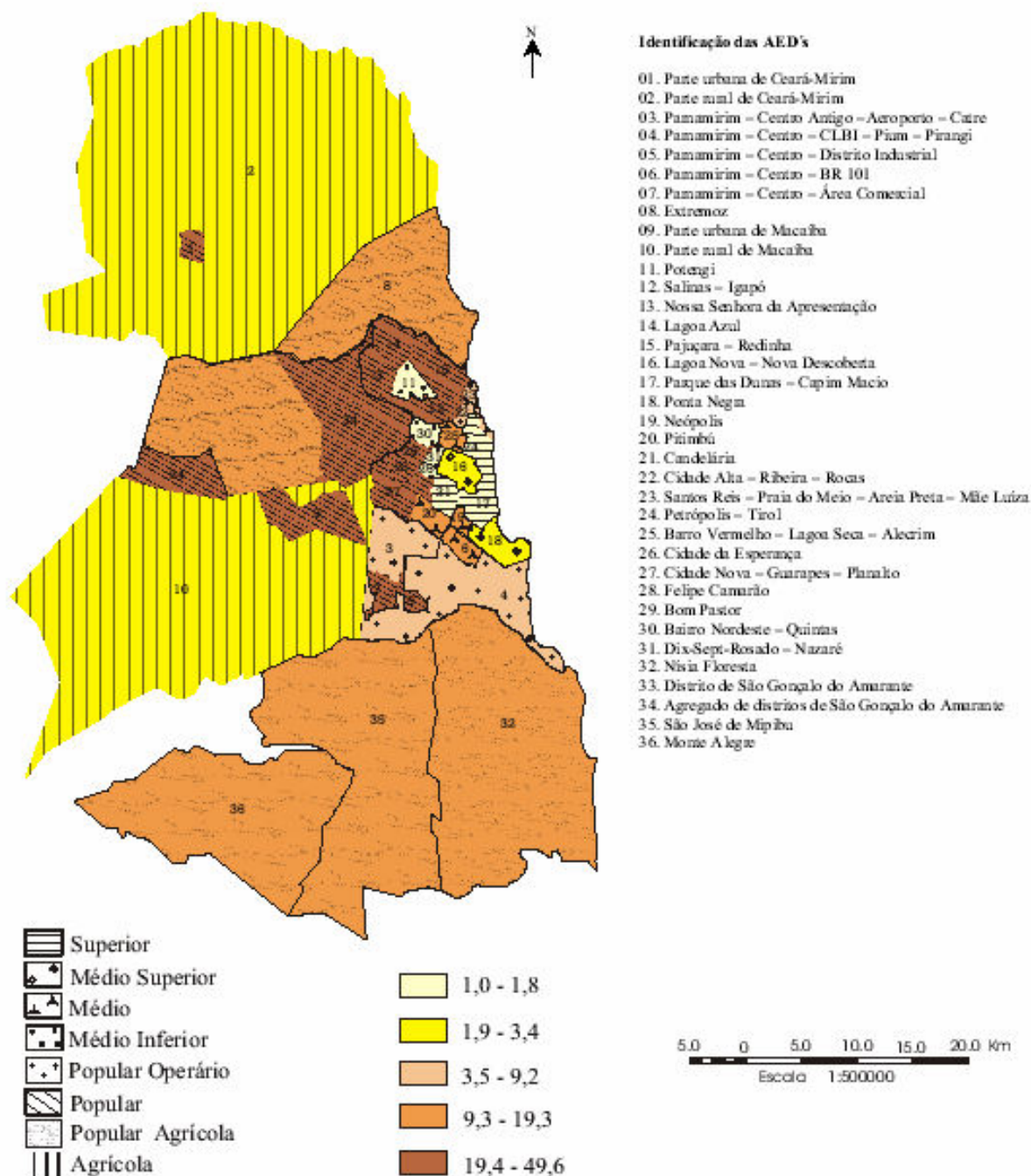
Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popul ar Operário	Popul ar	Popular Agrícola	Agrícola	Total
<b>Masculino</b>	<b>5 - 9</b>	7	10	431	38	155	1403	367	59	2470
	<b>10 - 14</b>	27	23	337	21	205	1204	379	87	2283
	<b>15 - 19</b>	36	86	235	54	232	918	236	88	1885
	<b>20 - 24</b>	48	56	288	42	224	1057	261	34	2010
	<b>25 - 29</b>	20	44	510	61	177	1257	396	82	2547
	<b>30 - 34</b>	7	31	480	21	213	1269	337	87	2445
	<b>35 - 39</b>	0	0	503	52	137	1069	245	54	2060
	<b>40 - 44</b>	9	40	327	0	121	566	197	58	1318
	<b>45 - 49</b>	13	0	132	20	48	372	131	20	736
	<b>50 - 54</b>	9	23	215	9	84	306	115	79	840
	<b>55 - 59</b>	0	0	53	10	45	190	91	25	414
	<b>60 - 64</b>	0	0	30	0	46	131	79	10	296
	<b>65 - 69</b>	0	0	9	0	18	125	44	35	231
	<b>70 e mais</b>	12	9	26	0	62	184	113	27	433
	<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>322</b>	<b>3576</b>	<b>328</b>	<b>1767</b>	<b>10051</b>	<b>2991</b>	<b>745</b>	<b>19968</b>
<b>Feminino</b>	<b>5 - 9</b>	9	11	328	31	186	1334	379	67	2345
	<b>10 - 14</b>	44	20	287	54	166	1094	371	114	2150
	<b>15 - 19</b>	26	61	421	134	198	1008	286	23	2157
	<b>20 - 24</b>	52	27	589	31	355	1593	424	157	3228
	<b>25 - 29</b>	0	33	688	11	191	1541	404	98	2966
	<b>30 - 34</b>	22	0	635	49	198	1270	280	105	2559
	<b>35 - 39</b>	9	29	405	20	202	853	190	46	1754
	<b>40 - 44</b>	16	20	319	10	96	694	151	43	1349
	<b>45 - 49</b>	13	13	198	9	130	371	167	56	957
	<b>50 - 54</b>	0	11	174	0	113	312	71	22	703
	<b>55 - 59</b>	0	11	65	12	49	198	79	40	454
	<b>60 - 64</b>	0	0	109	0	44	139	53	8	353
	<b>65 - 69</b>	0	0	21	0	31	146	28	0	226
	<b>70 e mais</b>	0	10	117	26	54	281	73	12	573
	<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>246</b>	<b>4356</b>	<b>387</b>	<b>2013</b>	<b>10834</b>	<b>2956</b>	<b>791</b>	<b>21774</b>

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

## Mapa 27



Percentual de imigrantes de data fixa do sexo masculino, oriundos da RMN com idade entre 15 e 44 anos segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

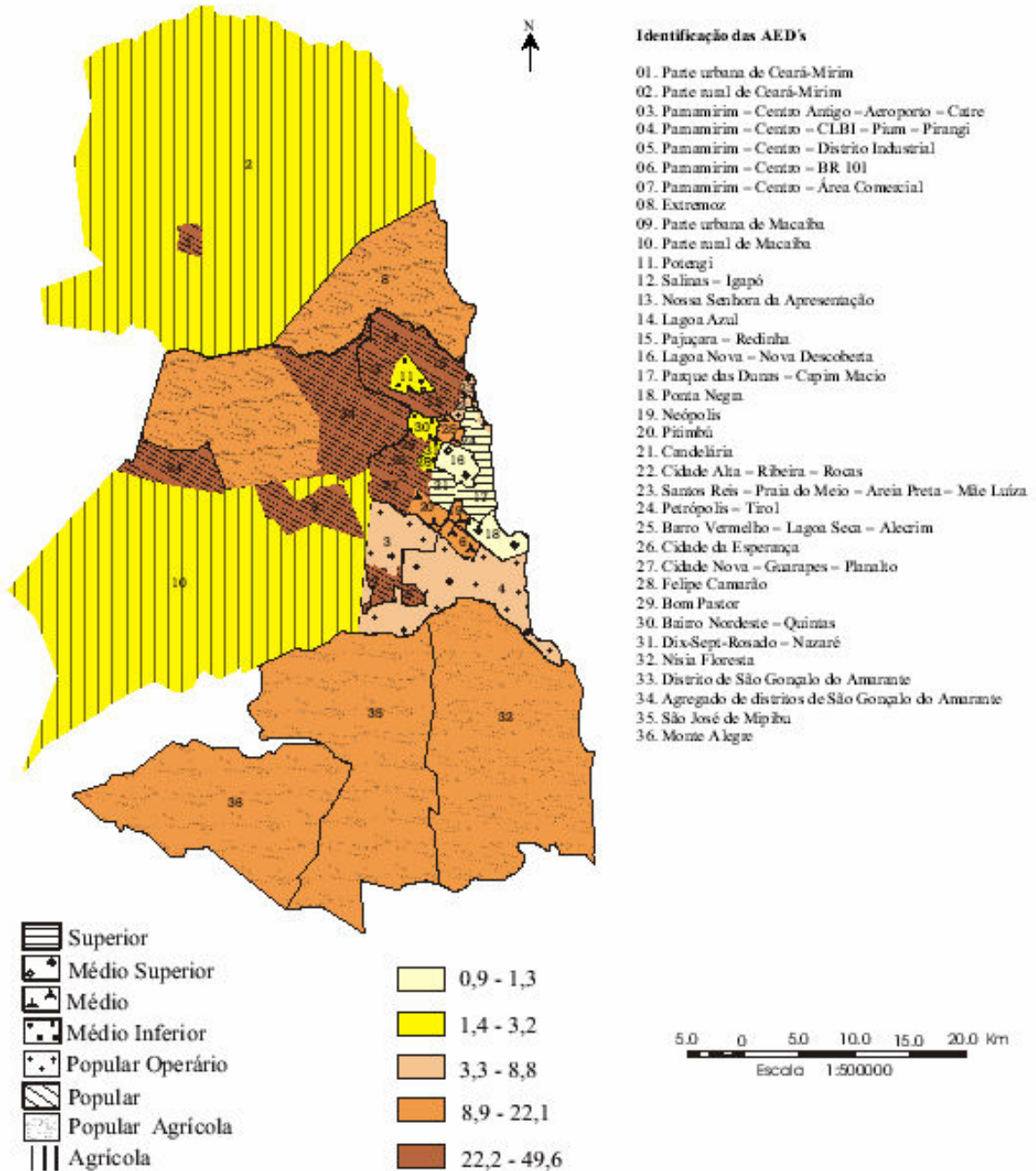


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 28



Percentual de imigrantes de data fixa do sexo feminino, oriundos da RMN com idade entre 15 e 44 anos segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.



Considerando os totais de imigrantes homens oriundos da região metropolitana segundo cada uma das faixas etárias, podemos constatar, a partir da leitura da tabela III.4.7, que mais da metade daqueles que têm entre 5 e 14 anos de idade situam-se no tipo *popular*. Essa mesma concentração de imigrantes acima de 50% é o que também se verifica nas faixas etárias entre 20 e 24 anos, entre 30 e 39 anos, entre 45 e 49 e entre 65 e 69 anos de idade. Essa mesma concentração acima de 50% no tipo *popular* é o que observamos ainda entre as imigrantes, nas faixas entre 5 e 14 anos igualmente, entre 25 e 29 anos, entre 40 e 44 anos e entre 65 e 69 anos.

Esta mesma tabela nos mostra ainda que o segundo agrupamento mais representativo de imigrantes homens e mulheres corresponde, no primeiro caso, aos tipos médio e popular agrícola, e no segundo ao tipo médio, onde podemos encontrar percentuais acima de 20% para diferentes faixas etárias. No caso das mulheres destacam-se as faixas etárias entre 25 e 54 anos de idade.

**Tabela III.4.7 - Percentual de Imigrantes de Data Fixa, oriundos da Região Metropolitana, por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal – 2000**

Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	Agrícola	Total
<b>Masculino</b>	<b>5 - 9</b>	0,3	0,4	17,4	1,5	6,3	56,8	14,9	2,4	<b>100,0</b>
	<b>10 - 14</b>	1,2	1,0	14,8	0,9	9,0	52,7	16,6	3,8	<b>100,0</b>
	<b>15 - 19</b>	1,9	4,6	12,5	2,9	12,3	48,7	12,5	4,7	<b>100,0</b>
	<b>20 - 24</b>	2,4	2,8	14,3	2,1	11,1	52,6	13,0	1,7	<b>100,0</b>
	<b>25 - 29</b>	0,8	1,7	20,0	2,4	6,9	49,4	15,5	3,2	<b>100,0</b>
	<b>30 - 34</b>	0,3	1,3	19,6	0,9	8,7	51,9	13,8	3,6	<b>100,0</b>
	<b>35 - 39</b>	0,0	0,0	24,4	2,5	6,7	51,9	11,9	2,6	<b>100,0</b>
	<b>40 - 44</b>	0,7	3,0	24,8	0,0	9,2	42,9	14,9	4,4	<b>100,0</b>
	<b>45 - 49</b>	1,8	0,0	17,9	2,7	6,5	50,5	17,8	2,7	<b>100,0</b>
	<b>50 - 54</b>	1,1	2,7	25,6	1,1	10,0	36,4	13,7	9,4	<b>100,0</b>
	<b>55 - 59</b>	0,0	0,0	12,8	2,4	10,9	45,9	22,0	6,0	<b>100,0</b>
	<b>60 - 64</b>	0,0	0,0	10,1	0,0	15,5	44,3	26,7	3,4	<b>100,0</b>
	<b>65 - 69</b>	0,0	0,0	3,9	0,0	7,8	54,1	19,0	15,2	<b>100,0</b>
	<b>70 e mais</b>	2,8	2,1	6,0	0,0	14,3	42,5	26,1	6,2	<b>100,0</b>
	<b>Total</b>	<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>17,9</b>	<b>1,6</b>	<b>8,8</b>	<b>50,3</b>	<b>15,0</b>	<b>3,7</b>	<b>100,0</b>
<b>Feminino</b>	<b>5 - 9</b>	0,4	0,5	14,0	1,3	7,9	56,9	16,2	2,9	<b>100,0</b>
	<b>10 - 14</b>	2,0	0,9	13,3	2,5	7,7	50,9	17,3	5,3	<b>100,0</b>
	<b>15 - 19</b>	1,2	2,8	19,5	6,2	9,2	46,7	13,3	1,1	<b>100,0</b>
	<b>20 - 24</b>	1,6	0,8	18,2	1,0	11,0	49,3	13,1	4,9	<b>100,0</b>
	<b>25 - 29</b>	0,0	1,1	23,2	0,4	6,4	52,0	13,6	3,3	<b>100,0</b>
	<b>30 - 34</b>	0,9	0,0	24,8	1,9	7,7	49,6	10,9	4,1	<b>100,0</b>
	<b>35 - 39</b>	0,5	1,7	23,1	1,1	11,5	48,6	10,8	2,6	<b>100,0</b>
	<b>40 - 44</b>	1,2	1,5	23,6	0,7	7,1	51,4	11,2	3,2	<b>100,0</b>
	<b>45 - 49</b>	1,4	1,4	20,7	0,9	13,6	38,8	17,5	5,9	<b>100,0</b>
	<b>50 - 54</b>	0,0	1,6	24,8	0,0	16,1	44,4	10,1	3,1	<b>100,0</b>
	<b>55 - 59</b>	0,0	2,4	14,3	2,6	10,8	43,6	17,4	8,8	<b>100,0</b>
	<b>60 - 64</b>	0,0	0,0	30,9	0,0	12,5	39,4	15,0	2,3	<b>100,0</b>
	<b>65 - 69</b>	0,0	0,0	9,3	0,0	13,7	64,6	12,4	0,0	<b>100,0</b>
	<b>70 e mais</b>	0,0	1,7	20,4	4,5	9,4	49,0	12,7	2,1	<b>100,0</b>
	<b>Total</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>	<b>20,0</b>	<b>1,8</b>	<b>9,2</b>	<b>49,8</b>	<b>13,6</b>	<b>3,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

Dentre aqueles que se deslocaram de municípios do Rio Grande do Norte, fora dos limites da região metropolitana, as mulheres também constituem a maioria e as mesmas faixas etárias predominam, sendo que os migrantes que se agrupam em maior número também pertencem aos tipos *popular* e *médio* e, em seguida, diferentemente dos migrantes oriundos da região metropolitana, aos tipos *médio inferior* e *popular agrícola*.

**Tabela III.4.8 - Imigrantes de Data Fixa, oriundos do Rio Grande do Norte (Fora da Região Metropolitana), por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

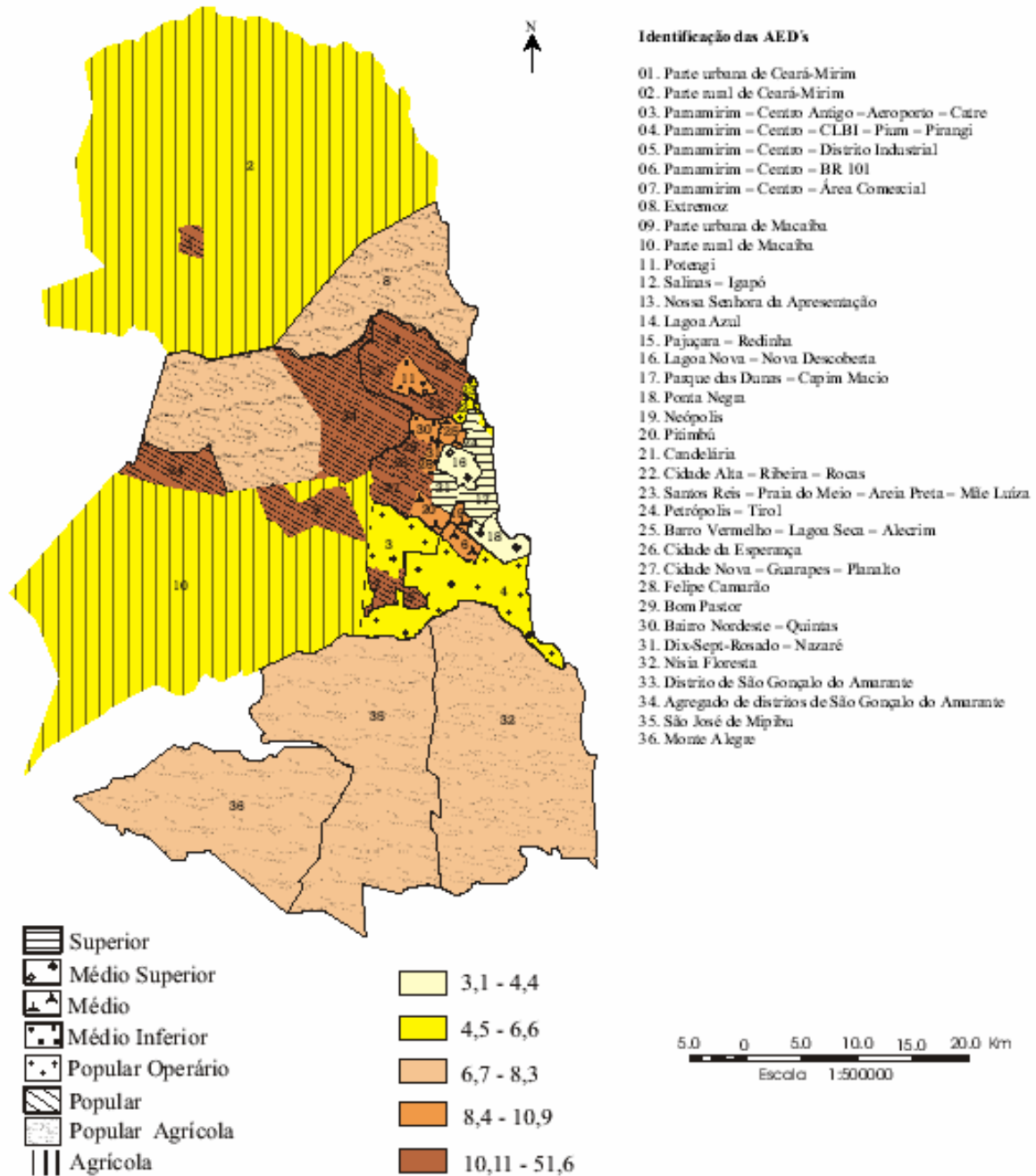
Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	Agrícola	Total
<b>Masculino</b>	<b>5 - 9</b>	58	33	187	148	129	1167	227	195	2144
	<b>10 - 14</b>	53	104	284	179	86	1384	237	163	2490
	<b>15 - 19</b>	151	209	400	296	230	1488	248	175	3197
	<b>20 - 24</b>	98	207	437	335	305	1832	282	149	3645
	<b>25 - 29</b>	22	129	205	178	186	1300	246	144	2410
	<b>30 - 34</b>	95	74	162	140	111	931	188	101	1802
	<b>35 - 39</b>	16	46	141	111	91	671	73	59	1208
	<b>40 - 44</b>	40	10	122	139	28	525	79	79	1022
	<b>45 - 49</b>	54	34	135	40	56	396	108	35	858
	<b>50 - 54</b>	21	80	64	17	43	425	51	70	771
	<b>55 - 59</b>	11	22	26	29	30	266	42	35	461
	<b>60 - 64</b>	13	8	28	38	35	199	21	8	350
	<b>65 - 69</b>	0	0	51	18	0	90	17	11	187
	<b>70 e mais</b>	0	16	62	82	43	409	38	44	694
<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>972</b>	<b>2304</b>	<b>1750</b>	<b>1373</b>	<b>11083</b>	<b>1857</b>	<b>1268</b>	<b>21239</b>	
<b>Feminino</b>	<b>5 - 9</b>	96	69	222	183	114	1332	244	191	2451
	<b>10 - 14</b>	66	55	412	285	202	1436	184	208	2848
	<b>15 - 19</b>	329	440	883	483	294	2390	326	143	5288
	<b>20 - 24</b>	226	347	736	589	279	1974	282	177	4610
	<b>25 - 29</b>	165	166	352	295	180	1351	146	145	2800
	<b>30 - 34</b>	132	124	258	118	104	986	229	92	2043
	<b>35 - 39</b>	58	64	243	168	127	800	108	81	1649
	<b>40 - 44</b>	81	30	116	150	59	507	110	7	1060
	<b>45 - 49</b>	52	72	174	62	31	422	75	58	946
	<b>50 - 54</b>	46	61	55	100	68	419	26	41	816
	<b>55 - 59</b>	0	22	91	71	59	320	49	25	637
	<b>60 - 64</b>	22	25	21	63	21	263	21	11	447
	<b>65 - 69</b>	0	26	22	20	0	182	0	12	262
	<b>70 e mais</b>	49	41	81	80	54	449	78	0	832
<b>Total</b>	<b>1322</b>	<b>1542</b>	<b>3666</b>	<b>2667</b>	<b>1592</b>	<b>12831</b>	<b>1878</b>	<b>1191</b>	<b>26689</b>	

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

## Mapa 29



Percentual de imigrantes de data fixa do sexo masculino oriundos do RN, mas de fora da RM, com idade entre 15 e 44 anos segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

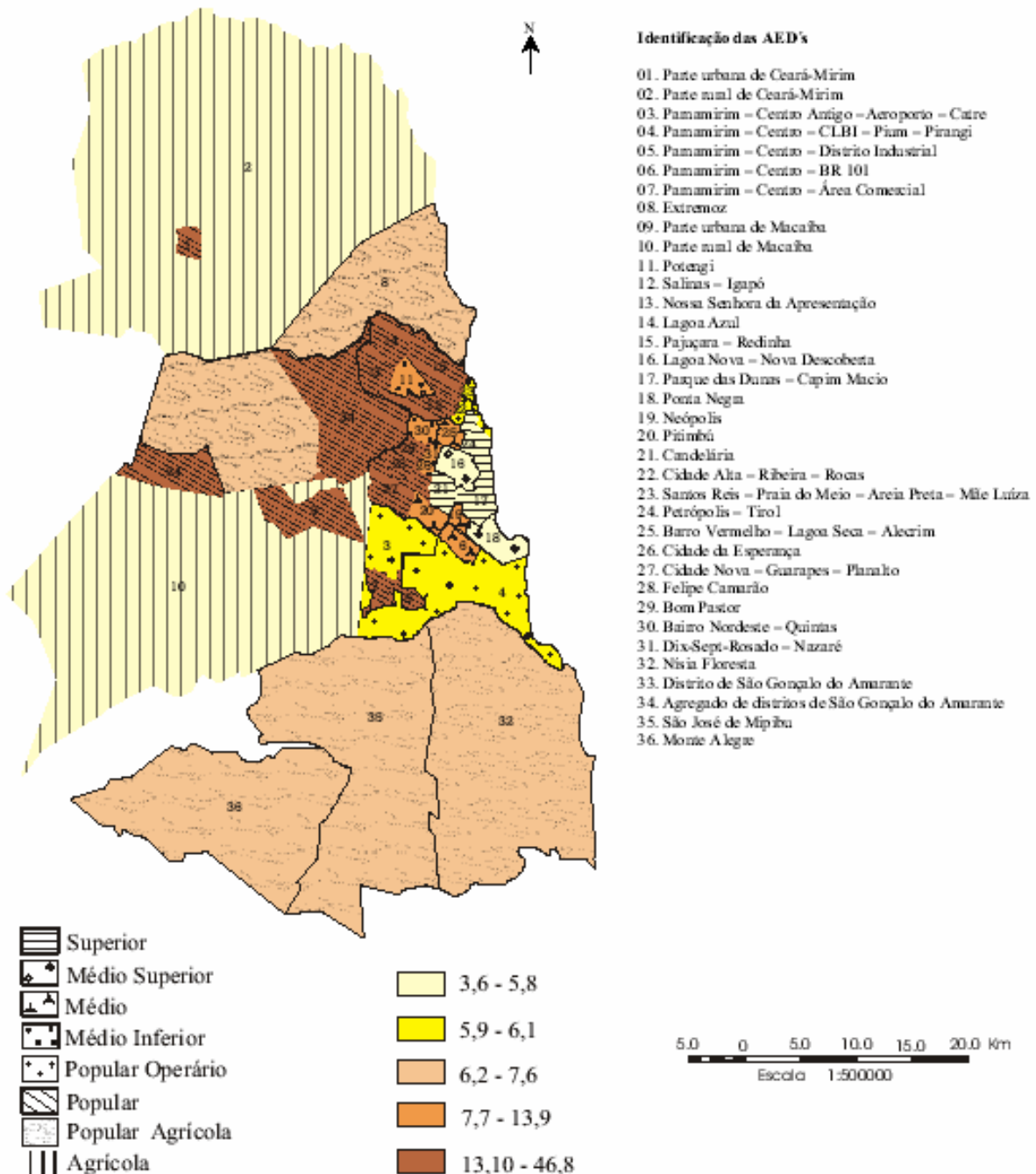


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 30



Percentual de imigrantes de data fixa do sexo feminino, oriundos do RN, mas de fora da RM com idade entre 15 e 44 anos segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Conforme a tabela III.4.9 (abaixo), chama a atenção a concentração predominante, acima de 40%, de imigrantes homens e mulheres (de todas as

faixas etárias) oriundos de outros municípios do Rio Grande do Norte, exceto os da região metropolitana, no tipo *popular*. O segundo maior agrupamento representativo situa-se, de igual forma, mas com ênfase no quadro das mulheres, no tipo *médio*.

**Tabela III.4.9 - Percentual de Imigrantes de Data Fixa, oriundos do Rio Grande do Norte (Fora da Região Metropolitana), por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	Agrícola	Total
Masculino	5 - 9	2,7	1,5	8,7	6,9	6,0	54,4	10,6	9,1	100,0
	10 - 14	2,1	4,2	11,4	7,2	3,5	55,6	9,5	6,5	100,0
	15 - 19	4,7	6,5	12,5	9,3	7,2	46,5	7,8	5,5	100,0
	20 - 24	2,7	5,7	12,0	9,2	8,4	50,3	7,7	4,1	100,0
	25 - 29	0,9	5,4	8,5	7,4	7,7	53,9	10,2	6,0	100,0
	30 - 34	5,3	4,1	9,0	7,8	6,2	51,7	10,4	5,6	100,0
	35 - 39	1,3	3,8	11,7	9,2	7,5	55,5	6,0	4,9	100,0
	40 - 44	3,9	1,0	11,9	13,6	2,7	51,4	7,7	7,7	100,0
	45 - 49	6,3	4,0	15,7	4,7	6,5	46,2	12,6	4,1	100,0
	50 - 54	2,7	10,4	8,3	2,2	5,6	55,1	6,6	9,1	100,0
	55 - 59	2,4	4,8	5,6	6,3	6,5	57,7	9,1	7,6	100,0
	60 - 64	3,7	2,3	8,0	10,9	10,0	56,9	6,0	2,3	100,0
	65 - 69	0,0	0,0	27,3	9,6	0,0	48,1	9,1	5,9	100,0
	70 e mais	0,0	2,3	8,9	11,8	6,2	58,9	5,5	6,3	100,0
<b>Total</b>	<b>3,0</b>	<b>4,6</b>	<b>10,8</b>	<b>8,2</b>	<b>6,5</b>	<b>52,2</b>	<b>8,7</b>	<b>6,0</b>	<b>100,0</b>	
Feminino	5 - 9	3,9	2,8	9,1	7,5	4,7	54,3	10,0	7,8	100,0
	10 - 14	2,3	1,9	14,5	10,0	7,1	50,4	6,5	7,3	100,0
	15 - 19	6,2	8,3	16,7	9,1	5,6	45,2	6,2	2,7	100,0
	20 - 24	4,9	7,5	16,0	12,8	6,1	42,8	6,1	3,8	100,0
	25 - 29	5,9	5,9	12,6	10,5	6,4	48,3	5,2	5,2	100,0
	30 - 34	6,5	6,1	12,6	5,8	5,1	48,3	11,2	4,5	100,0
	35 - 39	3,5	3,9	14,7	10,2	7,7	48,5	6,5	4,9	100,0
	40 - 44	7,6	2,8	10,9	14,2	5,6	47,8	10,4	0,7	100,0
	45 - 49	5,5	7,6	18,4	6,6	3,3	44,6	7,9	6,1	100,0
	50 - 54	5,6	7,5	6,7	12,3	8,3	51,3	3,2	5,0	100,0
	55 - 59	0,0	3,5	14,3	11,1	9,3	50,2	7,7	3,9	100,0
	60 - 64	4,9	5,6	4,7	14,1	4,7	58,8	4,7	2,5	100,0
	65 - 69	0,0	9,9	8,4	7,6	0,0	69,5	0,0	4,6	100,0
	70 e mais	5,9	4,9	9,7	9,6	6,5	54,0	9,4	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>5,0</b>	<b>5,8</b>	<b>13,7</b>	<b>10,0</b>	<b>6,0</b>	<b>48,1</b>	<b>7,0</b>	<b>4,5</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

No que importa aos migrantes nacionais, mas de fora do estado potiguar, as mulheres também aparecem em maior número que os homens. Quanto às faixas etárias, observa-se que a grande maioria dos migrantes possuem entre 15 e 49 anos, sendo que a faixa dos 45 aos 49 anos, desta vez,

também se destaca. E por fim, os tipos *popular* e *médio* também são os que agrupam maior contingente de migrantes do sexo feminino e masculino, nestas mesmas faixas etárias mais significativas.

**Tabela III.4.10 - Imigrantes de Data Fixa, oriundos do Brasil (Fora do Estado), por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	Agrícola	Total
Masculino	5 - 9	186	122	304	169	192	926	229	22	2150
	10 - 14	295	165	551	188	187	637	161	12	2196
	15 - 19	272	317	636	208	162	993	191	20	2799
	20 - 24	243	250	546	258	122	843	109	56	2427
	25 - 29	232	239	356	164	267	908	122	65	2353
	30 - 34	215	199	498	118	166	854	122	43	2215
	35 - 39	206	252	566	141	140	642	147	17	2111
	40 - 44	235	197	447	139	144	587	105	6	1860
	45 - 49	165	196	335	107	162	431	56	0	1452
	50 - 54	147	125	211	56	78	321	43	0	981
	55 - 59	138	76	131	17	71	109	72	0	614
	60 - 64	32	31	67	50	43	167	33	0	423
	65 - 69	27	9	10	18	20	44	31	0	159
	70 e mais	19	18	48	17	31	85	69	0	287
	<b>Total</b>	<b>2412</b>	<b>2196</b>	<b>4706</b>	<b>1650</b>	<b>1785</b>	<b>7547</b>	<b>1490</b>	<b>241</b>	<b>22027</b>
Feminino	5 - 9	191	191	470	204	147	992	219	24	2438
	10 - 14	152	245	570	149	190	860	113	65	2344
	15 - 19	420	287	531	262	191	1015	198	27	2931
	20 - 24	337	294	494	240	229	1044	145	23	2806
	25 - 29	241	337	518	175	283	967	192	23	2736
	30 - 34	225	244	482	194	153	814	86	7	2205
	35 - 39	228	281	450	150	170	614	188	31	2112
	40 - 44	211	259	462	148	112	513	104	7	1816
	45 - 49	224	147	230	61	67	296	27	7	1059
	50 - 54	104	168	168	79	30	272	55	11	887
	55 - 59	18	59	41	37	66	120	24	0	365
	60 - 64	90	22	55	36	45	153	41	0	442
	65 - 69	35	7	47	62	40	82	48	0	321
	70 e mais	57	37	116	21	10	107	28	0	376
	<b>Total</b>	<b>2533</b>	<b>2578</b>	<b>4634</b>	<b>1818</b>	<b>1733</b>	<b>7849</b>	<b>1468</b>	<b>225</b>	<b>22838</b>

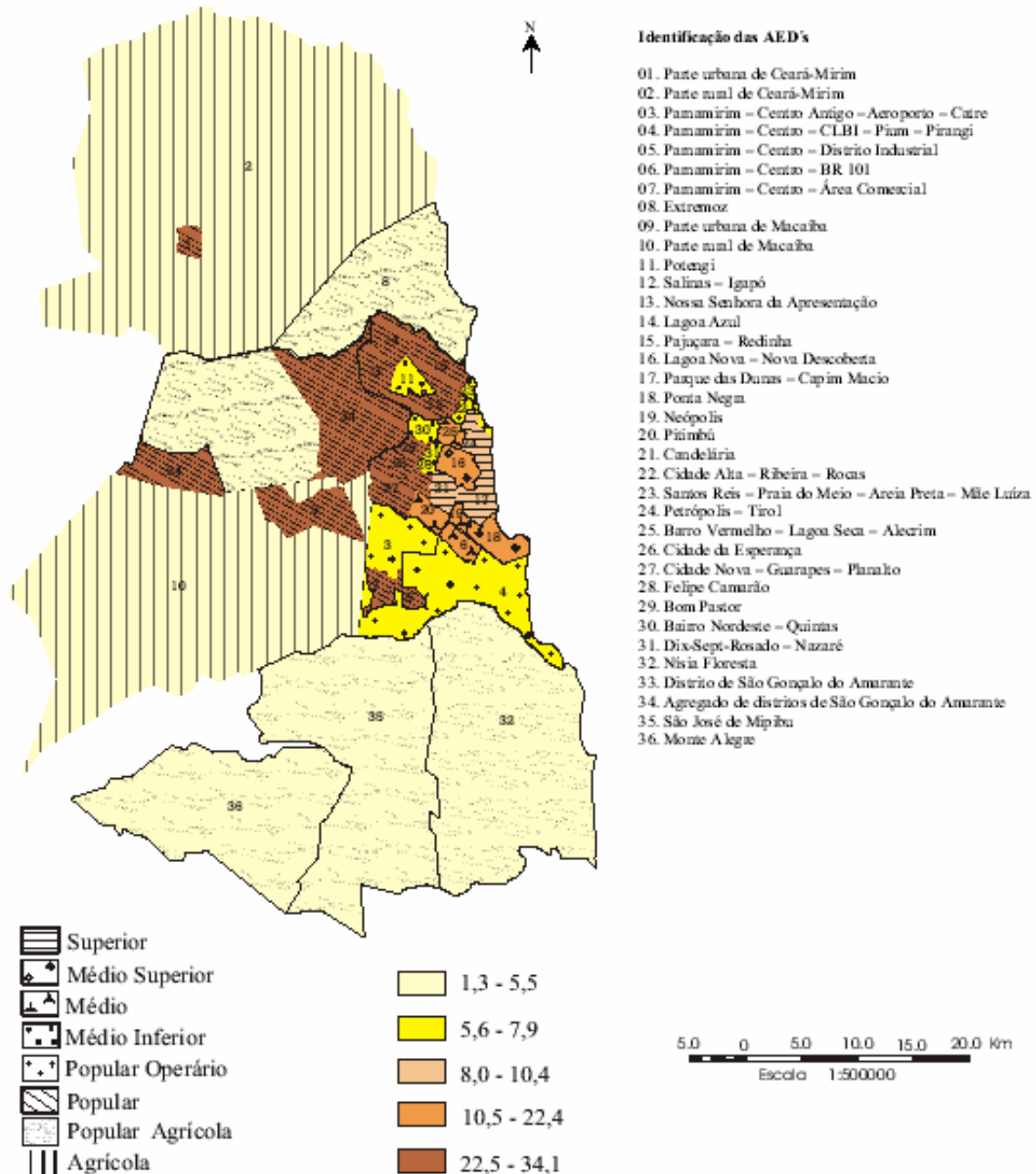
Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).



## Mapa 31



Percentual de imigrantes de data fixa do sexo masculino oriundos do Brasil, mas de fora do RN com idade entre 15 a 49 anos, segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.

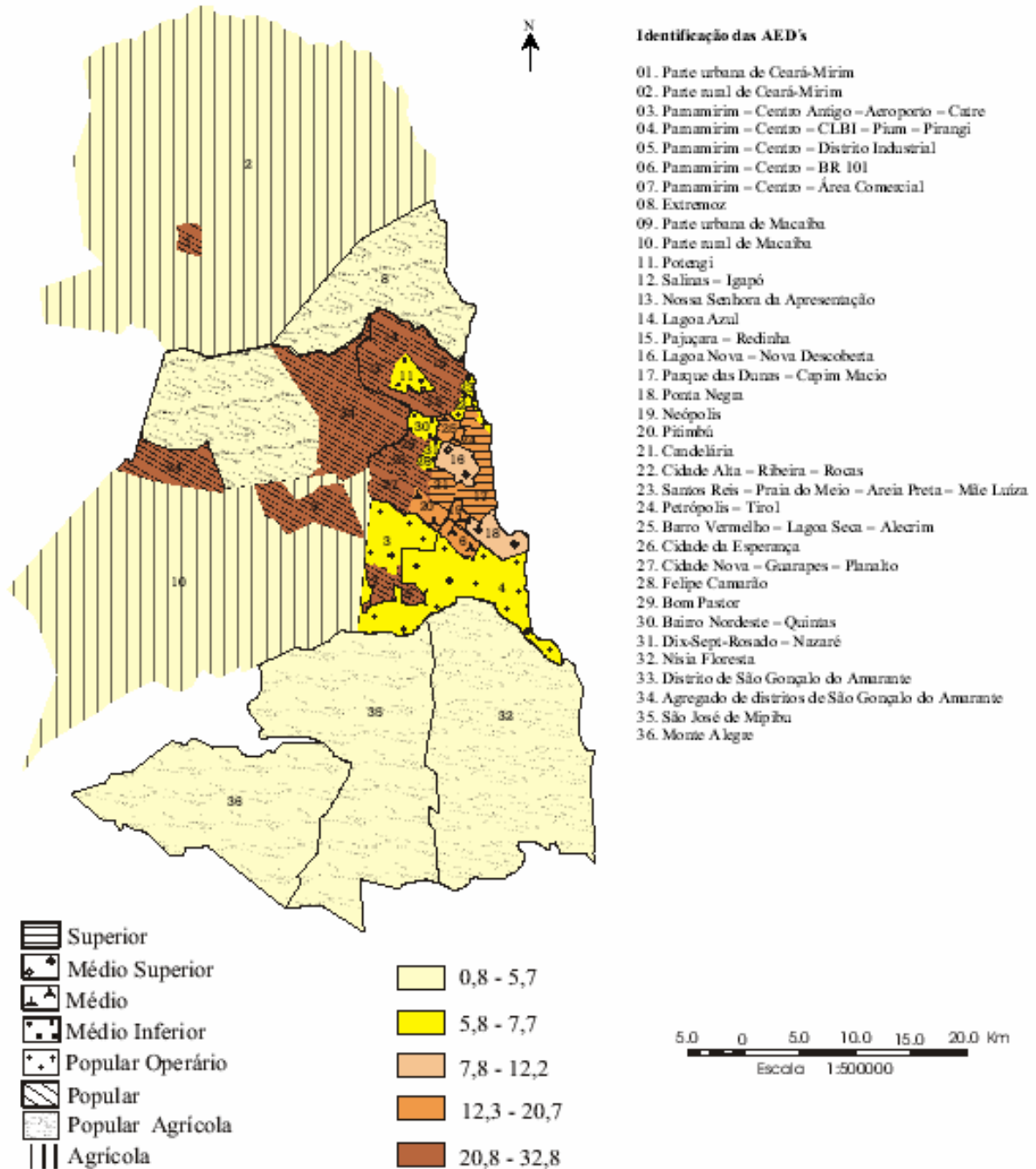


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Mapa 32



Percentual de imigrantes de data fixa do sexo feminino oriundos do Brasil, mas de fora do RN com idade entre 15 a 49 anos, segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Analisando a tabela III.4.11, a concentração no tipo popular de imigrantes homens e mulheres oriundos de fora do Rio Grande do Norte é bem menor que nas duas situações de origem anteriores. Neste caso, são os tipos médio, médio superior e superior os que absorvem em maiores percentuais os imigrantes de quase todas as faixas etárias.

**Tabela III.4.11- Percentual de Imigrantes de Data Fixa, oriundos do Brasil (Fora do Estado), por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	Agrícola	Total
Masculino	5 - 9	8,7	5,7	14,1	7,9	8,9	43,1	10,7	1,0	100,0
	10 - 14	13,4	7,5	25,1	8,6	8,5	29,0	7,3	0,5	100,0
	15 - 19	9,7	11,3	22,7	7,4	5,8	35,5	6,8	0,7	100,0
	20 - 24	10,0	10,3	22,5	10,6	5,0	34,7	4,5	2,3	100,0
	25 - 29	9,9	10,2	15,1	7,0	11,3	38,6	5,2	2,8	100,0
	30 - 34	9,7	9,0	22,5	5,3	7,5	38,6	5,5	1,9	100,0
	35 - 39	9,8	11,9	26,8	6,7	6,6	30,4	7,0	0,8	100,0
	40 - 44	12,6	10,6	24,0	7,5	7,7	31,6	5,6	0,3	100,0
	45 - 49	11,4	13,5	23,1	7,4	11,2	29,7	3,9	0,0	100,0
	50 - 54	15,0	12,7	21,5	5,7	8,0	32,7	4,4	0,0	100,0
	55 - 59	22,5	12,4	21,3	2,8	11,6	17,8	11,7	0,0	100,0
	60 - 64	7,6	7,3	15,8	11,8	10,2	39,5	7,8	0,0	100,0
	65 - 69	17,0	5,7	6,3	11,3	12,6	27,7	19,5	0,0	100,0
	70 e mais	6,6	6,3	16,7	5,9	10,8	29,6	24,0	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>11,0</b>	<b>10,0</b>	<b>21,4</b>	<b>7,5</b>	<b>8,1</b>	<b>34,3</b>	<b>6,8</b>	<b>1,1</b>	<b>100,0</b>	
Feminino	5 - 9	7,8	7,8	19,3	8,4	6,0	40,7	9,0	1,0	100,0
	10 - 14	6,5	10,5	24,3	6,4	8,1	36,7	4,8	2,8	100,0
	15 - 19	14,3	9,8	18,1	8,9	6,5	34,6	6,8	0,9	100,0
	20 - 24	12,0	10,5	17,6	8,6	8,2	37,2	5,2	0,8	100,0
	25 - 29	8,8	12,3	18,9	6,4	10,3	35,3	7,0	0,8	100,0
	30 - 34	10,2	11,1	21,9	8,8	6,9	36,9	3,9	0,3	100,0
	35 - 39	10,8	13,3	21,3	7,1	8,0	29,1	8,9	1,5	100,0
	40 - 44	11,6	14,3	25,4	8,1	6,2	28,2	5,7	0,4	100,0
	45 - 49	21,2	13,9	21,7	5,8	6,3	28,0	2,5	0,7	100,0
	50 - 54	11,7	18,9	18,9	8,9	3,4	30,7	6,2	1,2	100,0
	55 - 59	4,9	16,2	11,2	10,1	18,1	32,9	6,6	0,0	100,0
	60 - 64	20,4	5,0	12,4	8,1	10,2	34,6	9,3	0,0	100,0
	65 - 69	10,9	2,2	14,6	19,3	12,5	25,5	15,0	0,0	100,0
	70 e mais	15,2	9,8	30,9	5,6	2,7	28,5	7,4	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>11,1</b>	<b>11,3</b>	<b>20,3</b>	<b>8,0</b>	<b>7,6</b>	<b>34,4</b>	<b>6,4</b>	<b>1,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

Finalmente, o quadro dos imigrantes internacionais por gênero e faixa etária, conforme podemos observar na tabela III.4.12, nos mostra, no caso dos homens, a maior concentração relativa nos tipos superior, médio superior e médio, e no caso das mulheres, no tipo médio, superior e médio superior.

**Tabela III.4.12 - Percentual de Imigrantes Internacionais de Data Fixa por sexo e faixa etária segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

Sexo	Faixas Etárias	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	Agrícola	Total
Masculino	5 – 9	0	100,0	0	0	0	0	0	0	100,0
	10 – 14	0	0	100	0	0	0	0	0	100,0
	15 – 19	0	0	100	0	0	0	0	0	100,0
	20 – 24	100,0	0	0	0	0	0	0	0	100,0
	25 – 29	38,2	0	29,4	32,4	0	0	0	0	100,0
	30 – 34	26,3	55,3	0	0	0	18,4	0	0	100,0
	35 – 39	35,3	10,3	11,8	13,2	0	29,4	0	0	100,0
	40 – 44	11,5	25,0	15,4	0	0	26,9	21,2	0	100,0
	45 – 49	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
	50 – 54	38,5	0	0	0	0	61,5	0	0	100,0
	55 – 59	0	0	0	0	0	0	100,0	0	100,0
	60 – 64	0	100	0	0	0	0	0	0	100,0
	65 – 69	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
	70 e mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
	<b>Total</b>		<b>30,0</b>	<b>23,1</b>	<b>15,8</b>	<b>6,6</b>	<b>5,3</b>	<b>13,5</b>	<b>5,6</b>	<b>0,0</b>
Feminino	5 – 9	0	0	100,0	0	0	0	0	0	100,0
	10 – 14	22,7	0	77,3	0	0	0	0	0	100,0
	15 – 19	0	0	100,0	0	0	0	0	0	100,0
	20 – 24	25,0	22,5	52,5	0	0	0	0	0	100,0
	25 – 29	65,0	0	0	0	0	35,0	0	0	100,0
	30 – 34	0	100,0	0	0	0	0	0	0	100,0
	35 – 39	0	0	84,6	0	0	0	15,4	0	100,0
	40 – 44	63,2	0	0	0	0	36,8	0	0	100,0
	45 – 49	0	0	100,0	0	0	0	0	0	100,0
	50 – 54	100,0	0	0	0	0	0	0	0	100,0
	55 – 59	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	60 – 64	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	65 – 69	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	70 e mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>		<b>24,1</b>	<b>14,0</b>	<b>53,1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6,1</b>	<b>2,6</b>	<b>0</b>

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

### ✓ **Escolaridade**

Numa leitura possível a respeito da escolaridade dos migrantes, segundo os tipos (tabela III.4.13), temos que a grande maioria, seja qual for a sua origem e o tipo a que pertence, concluiu pelo menos uma série do ensino fundamental e médio. No conjunto daqueles que são oriundos da própria região metropolitana, pertencem aos tipos *popular* e *popular agrícola* o maior contingente de migrantes que cursaram pelo menos um ano do ensino fundamental. Já entre os que cursaram pelo menos uma série do ensino médio, o maior número de migrantes também pertence ao tipo *popular*, mas, desta vez, seguidos pelo outro agrupamento mais numeroso que representa o tipo *médio*. Neste último tipo, podemos observar, ainda, que o grupo de migrantes que cursaram pelo menos um ano do ensino superior aparecem em seguida ao agrupamento mais numeroso de migrantes que fizeram pelo menos um ano do ensino médio.

**Tabela III.4.13 - Percentual de Imigrantes de Data Fixa por curso mais elevado que freqüentou (concluindo pelo menos uma série), segundo as tipologias sócio-espaciais - RM de Natal - 2000**

Imigrantes de Data Fixa	Tipologia Sócio-Espacial	alfabetização de adultos	antigo primário	antigo ginásio	antigo clássico, científico, etc	ensino fundamental ou 1º grau	ensino médio ou 2º grau	superior - graduação	mestrado ou doutorado	nenhum	Total
Região Metropolitana	Superior	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,9	1,7	0,0	0,0	0,6
	Médio	0,0	1,1	0,0	0,0	0,5	1,3	3,3	16,0	0,0	1,1
	Médio	0,0	11,8	11,6	20,7	8,9	28,6	49,7	75,3	3,9	19,7
	Médio	0,0	1,5	0,0	5,2	2,3	1,1	0,8	0,0	2,7	1,7
	Inferior	0,0	1,5	0,0	5,2	2,3	1,1	0,8	0,0	2,7	1,7
	Popular	24,0	9,7	11,5	10,1	9,1	7,2	10,8	8,6	11,4	8,8
	Operário	76,0	49,8	58,9	37,0	55,7	49,8	28,3	0,0	56,0	50,3
	Popular	0,0	18,7	8,7	27,1	18,1	9,3	5,4	0,0	16,9	13,8
	Agrícola	0,0	7,1	9,3	0,0	5,1	1,9	0,0	0,0	9,1	3,9
	Agrícola	0,0	7,1	9,3	0,0	5,1	1,9	0,0	0,0	9,1	3,9
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Outro Município do RN, fora da RMN	Superior	0,0	2,0	4,4	11,6	2,0	4,5	23,2	57,9	1,3	3,8
	Médio	0,0	3,1	7,6	24,0	4,2	5,8	17,7	0,0	1,8	5,2
	Médio	16,3	7,3	22,4	28,9	7,9	19,0	30,9	0,0	4,0	11,8
	Médio	0,0	8,9	15,4	7,6	8,2	12,7	6,7	0,0	9,4	9,4
	Inferior	0,0	8,9	15,4	7,6	8,2	12,7	6,7	0,0	9,4	9,4
	Popular	0,0	6,0	4,8	4,9	7,2	7,6	5,2	42,1	7,1	7,0
	Operário	75,5	60,6	34,1	23,1	55,5	44,4	14,3	0,0	52,2	50,9
	Popular	8,2	6,7	11,2	0,0	8,8	5,2	2,0	0,0	11,9	7,4
	Agrícola	0,0	5,4	0,0	0,0	6,2	0,8	0,0	0,0	12,3	4,5
	Agrícola	0,0	5,4	0,0	0,0	6,2	0,8	0,0	0,0	12,3	4,5
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Fora do RN, oriundos do Brasil	Superior	0,0	4,6	3,8	12,4	3,8	10,2	31,2	38,8	0,0	10,7
	Médio	100,0	4,9	9,3	24,8	6,7	11,2	19,1	27,3	3,3	10,7
	Superior	0,0	14,0	24,8	31,9	11,2	28,3	27,4	9,1	5,2	20,5
	Médio	0,0	10,3	4,9	5,8	7,9	9,8	3,4	4,3	9,9	7,9
	Inferior	0,0	10,3	4,9	5,8	7,9	9,8	3,4	4,3	9,9	7,9
	Popular	0,0	7,2	14,2	5,3	7,2	8,6	8,9	10,0	3,3	8,0
	Operário	0,0	46,9	27,7	13,8	51,9	28,0	7,3	10,5	66,7	34,6
	Popular	0,0	11,0	15,3	5,9	8,8	3,5	2,7	0,0	8,3	6,4
	Agrícola	0,0	1,0	0,0	0,0	2,6	0,4	0,0	0,0	3,3	1,1
	Agrícola	0,0	1,0	0,0	0,0	2,6	0,4	0,0	0,0	3,3	1,1
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Inter nacionais	Superior	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	39,4	29,3	0,0	0,0	32,2

Superior											
Médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2	21,1	29,4	0,0	16,1	
Médio											
Inferior	0,0	0,0	0,0	0,0	56,3	6,1	0,0	0,0	0,0	5,4	
Popular											
Operário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,9	0,0	0,0	0,0	4,3	
Popular	0,0	0,0	0,0	0,0	43,8	15,0	16,5	0,0	0,0	15,0	
Popular											
Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	8,3	17,6	0,0	6,2	
Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Censo Demográfico, 2000. (NAPP).

Observando, ainda na tabela III.4.13, os dados referentes aos migrantes que vieram de municípios situados fora da região metropolitana, mas no Rio Grande do Norte, os que fizeram pelo menos um ano do ensino fundamental também prevalecem numericamente sobre aqueles que fizeram pelo menos uma série do ensino médio. E de igual forma, tanto aqueles que fizeram pelo menos um ano do ensino fundamental quanto os que cursaram ao menos uma série do ensino médio, pertencem na maioria ao tipo *popular*. Considerando o restante daqueles que cursaram pelo menos uma série do ensino fundamental, temos também um número significativo de migrantes que pertencem aos tipos *popular agrícola*, *médio inferior* e *médio*. Já entre aqueles que fizeram pelo menos uma série do ensino médio, temos que o segundo maior contingente de migrantes pertence ao tipo *médio*.

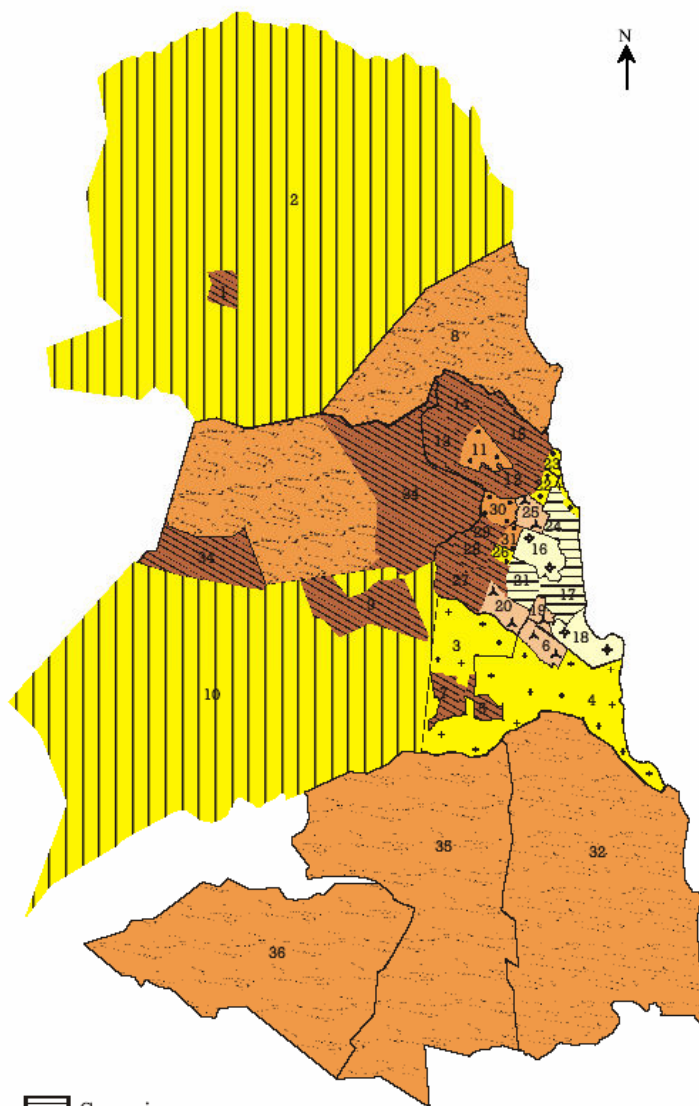
Finalmente, observando, na mesma tabela, os dados sobre os migrantes que são oriundos do Brasil, mas de fora do Rio Grande do Norte, verifica-se que o maior contingente de migrantes que fez ao menos uma série do ensino fundamental se concentra no tipo *popular*. Neste mesmo tipo temos em seguida um maior número de migrantes que fizeram ao menos uma série do ensino médio. Mas dentre estes últimos migrantes que fizeram uma série ao menos do ensino médio eles aparecem em maior número no tipo *médio*. No conjunto dos migrantes que fizeram ao menos um ano do ensino superior, nota-se que eles aparecem em maior número nos tipos *superior*, *médio* e *médio superior*.



## Mapa 33

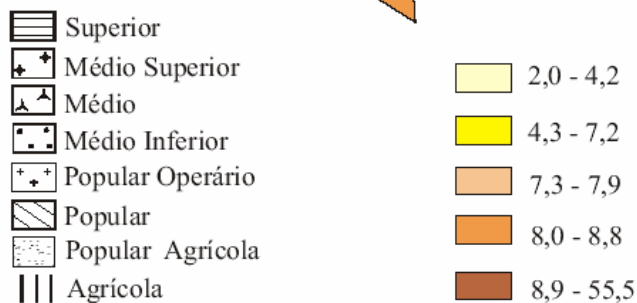


Percentual de imigrantes de data fixa, oriundos do RN, mas fora da RM Natal que cursaram ao menos uma série do ensino fundamental segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



### Identificação das AED's

01. Parte urbana de Ceará-Mirim
02. Parte rural de Ceará-Mirim
03. Parnamirim – Centro Antigo – Aeroporto – Catre
04. Parnamirim – Centro – CLBI – Pium – Pirangi
05. Parnamirim – Centro – Distrito Industrial
06. Parnamirim – Centro – BR 101
07. Parnamirim – Centro – Área Comercial
08. Extremoz
09. Parte urbana de Macaíba
10. Parte rural de Macaíba
11. Potengi
12. Salinas – Igapó
13. Nossa Senhora da Apresentação
14. Lagoa Azul
15. Pajuçara – Redinha
16. Lagoa Nova – Nova Descoberta
17. Parque das Dunas – Capim Macio
18. Ponta Negra
19. Neópolis
20. Pitimbu
21. Candelária
22. Cidade Alta – Ribeira – Rocas
23. Santos Reis – Praia do Meio – Areia Preta – Mãe Luíza
24. Petrópolis – Tirol
25. Barro Vermelho – Lagoa Seca – Alecrim
26. Cidade da Esperança
27. Cidade Nova – Guarapes – Planalto
28. Felipe Camarão
29. Bom Pastor
30. Bairro Nordeste – Quintas
31. Dix-Sept-Rosado – Nazaré
32. Nísia Floresta
33. Distrito de São Gonçalo do Amarante
34. Agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante
35. São José de Mipibu
36. Monte Alegre

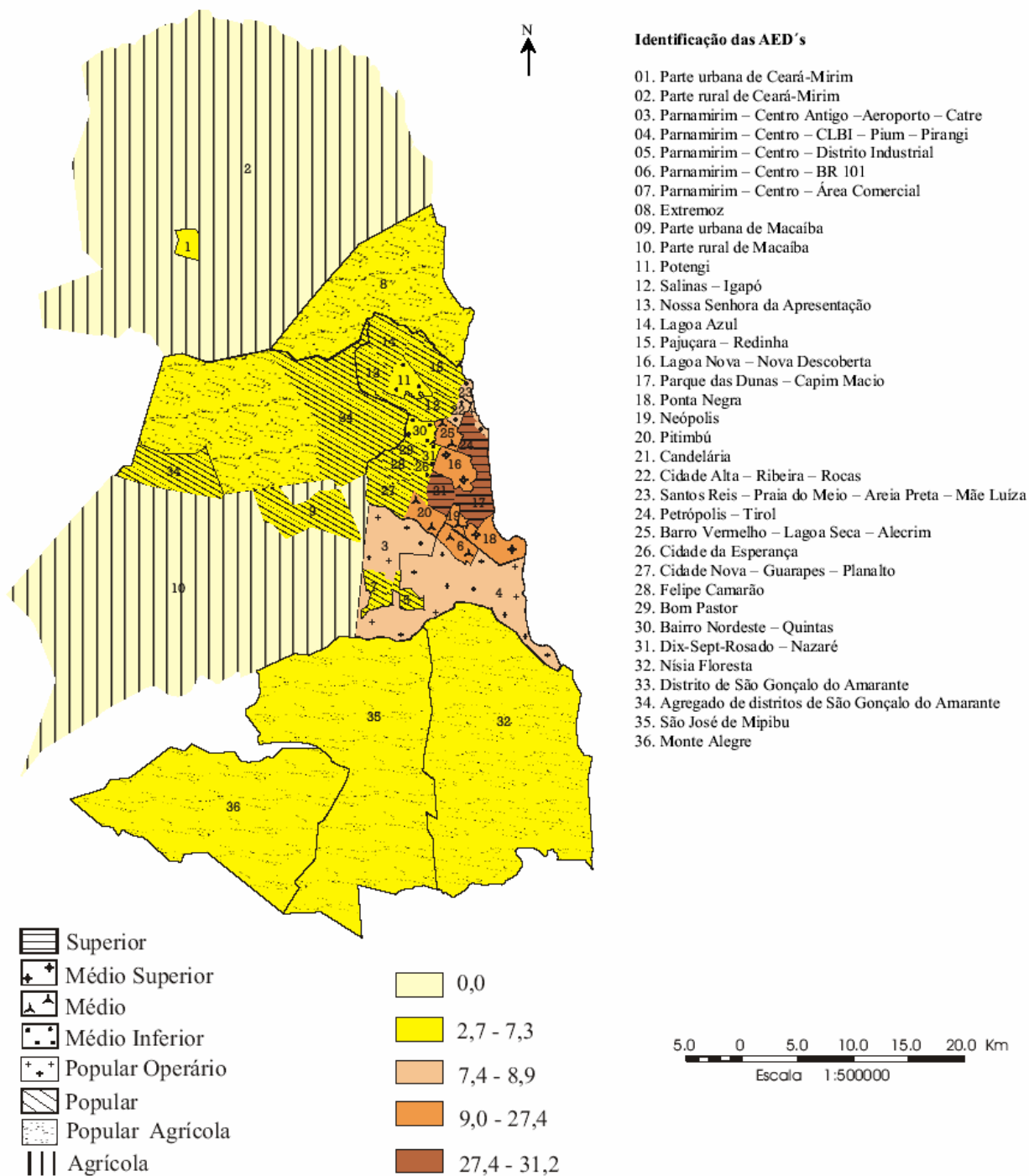


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

## Mapa 34



Percentual de imigrantes de data fixa, oriundos do Brasil, mas de fora do RN, que cursaram ao menos uma série do ensino superior segundo as tipologias socioespaciais da RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Uma outra leitura pode ser extraída da tabela III.4.13. Considerando inicialmente os imigrantes oriundos da região metropolitana, podemos destacar, no total de imigrantes de cada um dos níveis de escolaridade, os mais altos percentuais oscilando entre os três tipos que definem o *popular* e o tipo *médio*.

Entre aqueles imigrantes que vieram de fora da região metropolitana, mas do Rio Grande do Norte, o tipo popular também aparece agrupando percentuais bastante significativos, além de uma relativa distribuição pelos tipos que caracterizam o tipo *médio*. Dentre estes imigrantes ainda, é preciso chamar atenção para a concentração de 57,9% daqueles que fizeram ao menos uma parte dos cursos de mestrado ou doutorado no tipo *superior*.

Observando o quadro referente aos imigrantes que vieram do Brasil, mas de fora do Rio Grande do Norte, nota-se ainda alguma concentração no tipo *popular*, mas uma tendência, igualmente, aos tipos *médio*, *médio superior* e *superior*. Já no que se refere aos imigrantes estrangeiros são os tipos médio e superior os que acolhem os maiores percentuais.

## **6.0. As AED's receptoras de fluxos migratórios**

Analisando a distribuição dos imigrantes de data fixa, segundo as AEDs da região metropolitana de Natal (mapa 35), conforme nos mostra AQUINO (2006), são as cinco AEDs do município de Parnamirim, o Agregado de Distritos de São Gonçalo e a AED Ponta Negra, em Natal, as que apresentaram uma maior proporção destes mesmos imigrantes no total da população da AED em 2000, variando entre os 16,7 aos 56,7%.

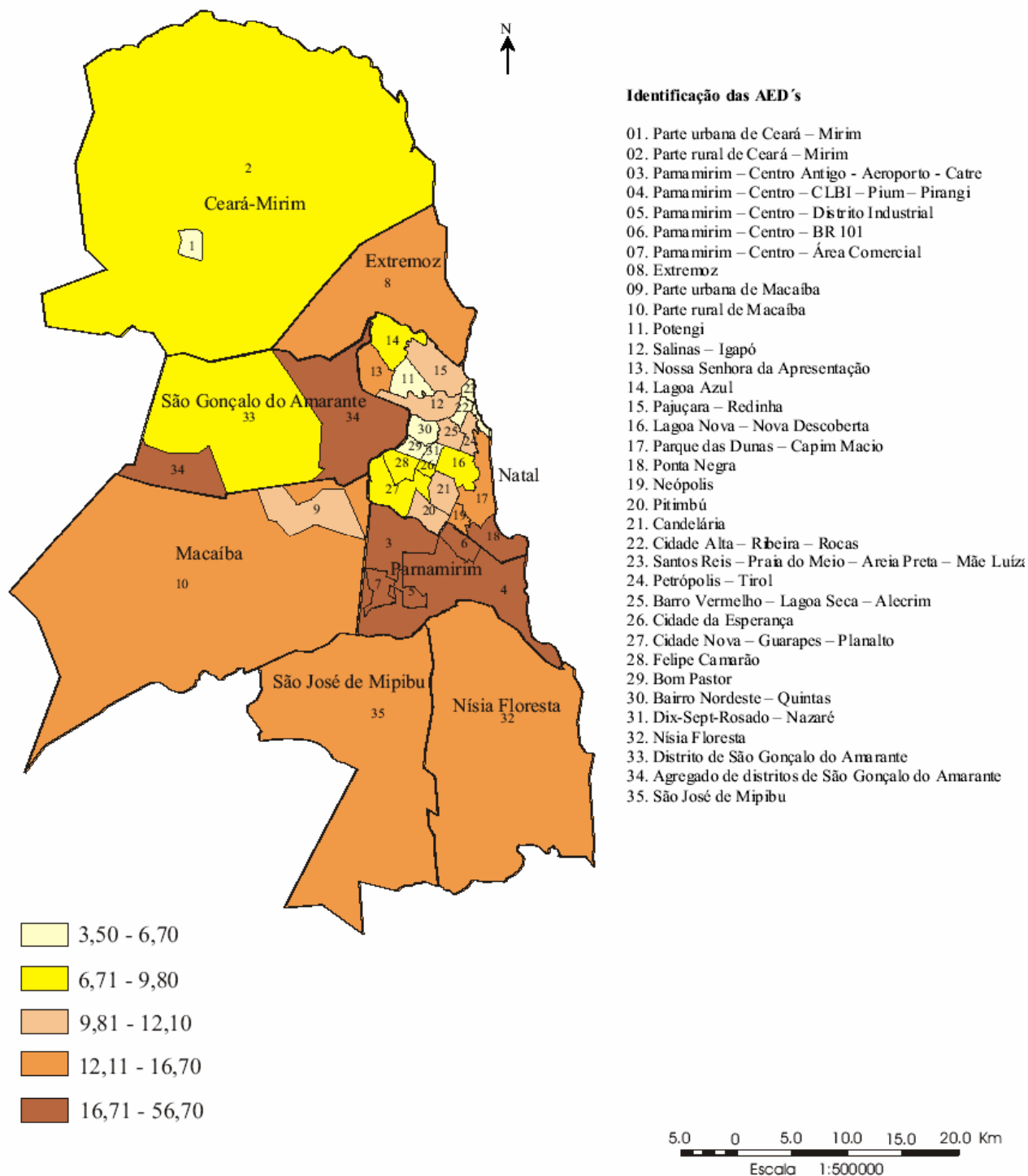
Ainda observando esta proporção de imigrantes, compõem a segunda classe de importância, com percentuais variando entre 12,1 a 16,7 %, as AEDs Nossa Senhora da Apresentação, Parque das Dunas-Capim Macio e Neópolis, no município de Natal, e ainda as AEDs de Extremoz, Parte rural de Macaíba, Nísia Floresta e São José de Mipibu. E em uma terceira classe de percentuais de imigrantes variando dos 9,8 aos 12,1%, aparecem as AEDs

Salinas-Igapó, Pajuçara-Redinha, Pitimbú, Candelária, Petrópolis-Tirol e Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim, em Natal, mais a AED Parte urbana de Macaíba.

## Mapa 35



Proporção de Imigrantes de Data Fixa por AED's - RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

Ainda nessa leitura de dados, podemos observar que os totais de imigrantes mais numerosos correspondem à AED Parnamirim-Centro-BR101, com 12 835 pessoas que aí se fixaram no período de 1995 a 2000; a AED Agregado de Distritos de São Gonçalo, com 10933 imigrantes e a AED Parnamirim-Centro-Distrito Industrial, com 10149 pessoas. Além destas, podemos destacar mais quatro AEDs onde o número de imigrantes é considerável, variando de 5245 a 8314 pessoas, na seguinte ordem decrescente: a AED Parnamirim-Centro-Área Comercial, Nossa Senhora da Apresentação, Pajuçara-Redinha, Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim, sendo estas três últimas componentes do município de Natal.

No total dos imigrantes de data fixa, podemos constatar a distribuição dos imigrantes segundo a sua procedência ou origem, identificando as AEDs mais receptoras de pessoas provenientes de outros estados e países, de outros municípios do Rio Grande do Norte e de outros municípios da região metropolitana. O que nos levará a verificar a vocação diferencial destas unidades espaciais no contexto geral da dinâmica de inter-relações econômicas e sociais da região metropolitana.

Com esta finalidade, podemos chamar atenção, desde logo, para um primeiro grupo de AEDs onde a composição da população imigrante revela a preponderância da origem intra-metropolitana sobre os demais municípios do estado e a origem extra-local dos mesmos. Na AED Parnamirim-Centro-BR101 tem uma situação onde 58,9% dos imigrantes de data fixa provieram de municípios da região metropolitana e mais 21,5% vieram de outros estados e países.

Já nas AEDs Agregado de Distritos de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim-Centro-Distrito Industrial são relativamente maiores as proporções de imigrantes que também vieram de outros municípios da região metropolitana (respectivamente 63,4 e 58,4%), mas, diferentemente, agora, predominando sobre os percentuais daqueles que vieram de outros municípios do Rio Grande do Norte, na ordem correspondente a 22,5 e 23,4%.

A AED Parnamirim-Centro-Área Comercial, que também apresenta um número considerável de imigrantes de data fixa, esta mesma maior importância relativa dos imigrantes que vieram de outros municípios da região

metropolitana se mantém e prepondera sobre o segundo maior contingente que deslocou sua residência vindo de outros municípios do estado.

A propósito ainda das AEDs mais receptoras de fluxos migratórios, em Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, e conforme nos mostra Aquino (2006, p. 20), temos a ressaltar que do total de imigrantes de data fixa encontrados, em 2000, nas AEDs de Parnamirim-Centro-BR101 e Parnamirim-Centro-Distrito Industrial 58,3 e 54,2% representam, sucessivamente, os imigrantes que deslocaram sua residência partindo de Natal e que cerca de 41% (em cada uma destas AEDs) correspondem àqueles que provieram de fora da região metropolitana.

Além disso, Natal constitui a origem dos fluxos migratórios relativamente mais importantes para o Agregado de distritos de S.G. do Amarante (54,7%) e o Distrito de S.G. do Amarante (47,9), enquanto que nas AEDs de Parnamirim-Centro Antigo-Aeroporto-Catre, Parnamirim-Centro-Área Comercial e Parnamirim-Centro-CLBI-Pium-Pirangi os percentuais mais significativos de imigrantes - 61,8%, 56,2% e 51,1% em ordem respectiva -, referem-se àqueles que provieram de fora da região metropolitana, como já sugerido mais acima.

**Tabela III.4.14 - Áreas de Ponderação Amostral (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo Percentual de Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000**

AED	Nome da AED	Natal	RM (Excluído Natal)	Fora da RM	Total
		%	%	%	%
Natal	Ponta Negra		3,98	96,02	100,0
Parnamirim	Parnamirim-Centro Antigo- Aeroporto/CATRE	30,21	7,95	61,85	100,0
Parnamirim	Paranamirim-Centro-CLBI-Pium- Pirangi	40,29	8,59	51,12	100,0
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Distrito Industrial	54,27	4,23	41,49	100,0
Parnamirim	Parnamirim-Centro-BR 101	58,36	0,56	41,08	100,0
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Área Comercial	36,23	7,48	56,29	100,0
São G. do Amarante	Distrito São G. do Amarante	47,90	14,31	37,80	100,0
São G. do Amarante	Agregado de Distritos São G. do Amarante	54,72	8,72	36,56	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Um segundo grupo de AEDs ao qual podemos ainda destinar a nossa observação reúne um contingente de imigrantes cuja procedência mais importante são os outros municípios do estado e outros estados e países. As AEDs Nossa Senhora da Apresentação e Pajuçara-Redinha são duas localidades onde os percentuais de imigrantes provenientes de outros municípios do estado são os mais representativos, seguidos por aqueles que vieram de outros estados ou países. Já nas AEDs de Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim, Lagoa Nova-Nova Descoberta, Ponta Negra e Parque das Dunas-Capim Macio são os imigrantes de origem em outros estados ou países aqueles que se apresentam em maior número e importância relativa no total de imigrantes das AEDs na data considerada.

Os mapas abaixo (36, 37 e 38) possibilitam uma visualização complementar à situação acima descrita.

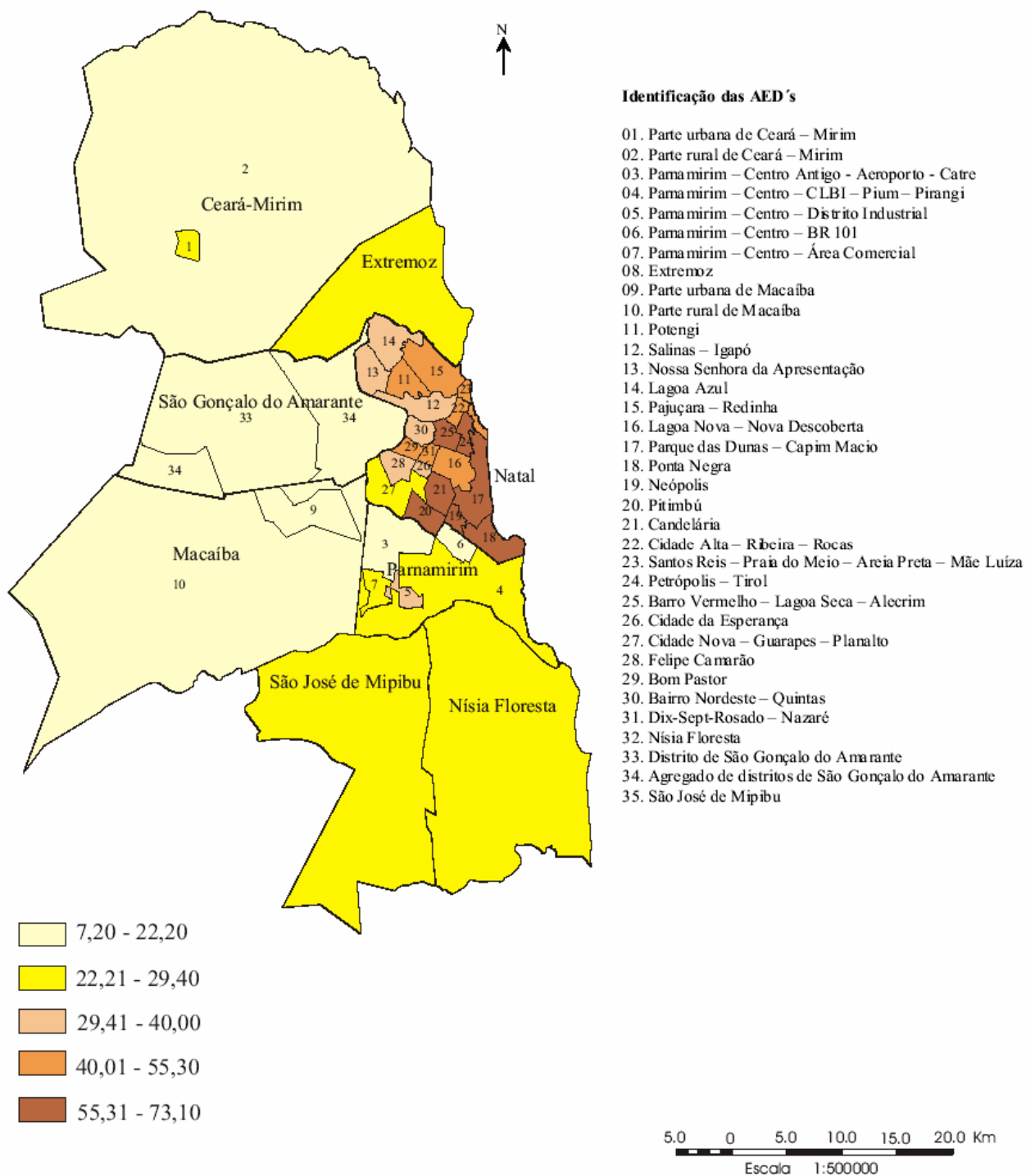
De fato, e além das AEDs já citadas, podemos destacar, inicialmente, conforme o mapa 37, a maior importância relativa dos imigrantes de data fixa que procederam de outros estados ou países também nas AEDs de Neópolis, Pitimbu, Candelária e Petrópolis-Tirol. Ainda neste mapa, importa chamar a atenção para os municípios de Extremoz, Nísia Floresta e São José de Mipibu que também receberam percentuais significativos de imigrantes com a mesma origem extra-local no período em foco.



## Mapa 36



### Proporção de Imigrantes Interestadual/Outros Países de Data Fixa por AED's - RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

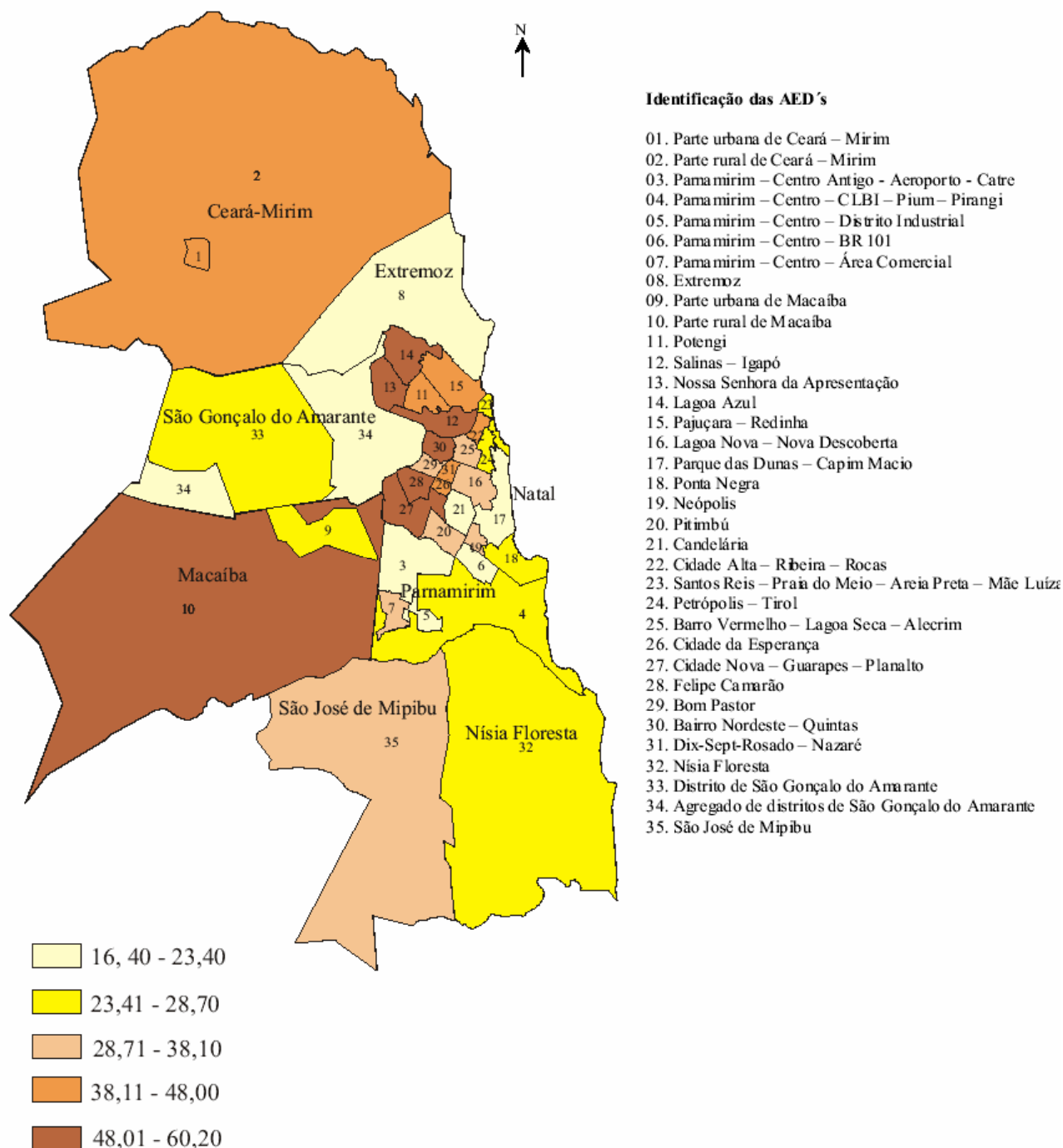
Na leitura do mapa 36, podemos constatar a relativa maior importância dos imigrantes provenientes de diferentes municípios do Rio Grande do Norte, que não sejam os da região metropolitana, nas AEDs de Salinas-Igapó, Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Cidade Nova-Guarapes-Planalto, Felipe Camarão e Bairro Nordeste-Quintas, que compõem a divisão do município de Natal, e na AED correspondente à Parte rural de Macaíba.

Finalmente, podemos verificar, no mapa 38, a maior importância relativa dos imigrantes que provieram de municípios da região metropolitana no total dos imigrantes de data fixa em cada AED, em Parnamirim–CentroAntigo–Aeroporto–Catre, Parnamirim-Centro-CLBI-Pium-Pirangi, Parnamirim-Centro-BR101, Extremoz, Distrito de São Gonçalo do Amarante e Agregado de Distritos de São Gonçalo do Amarante.

## Mapa 37



### Percentual de imigrantes de data fixa de outros municípios por AED'S da RMNATAL - 2000.



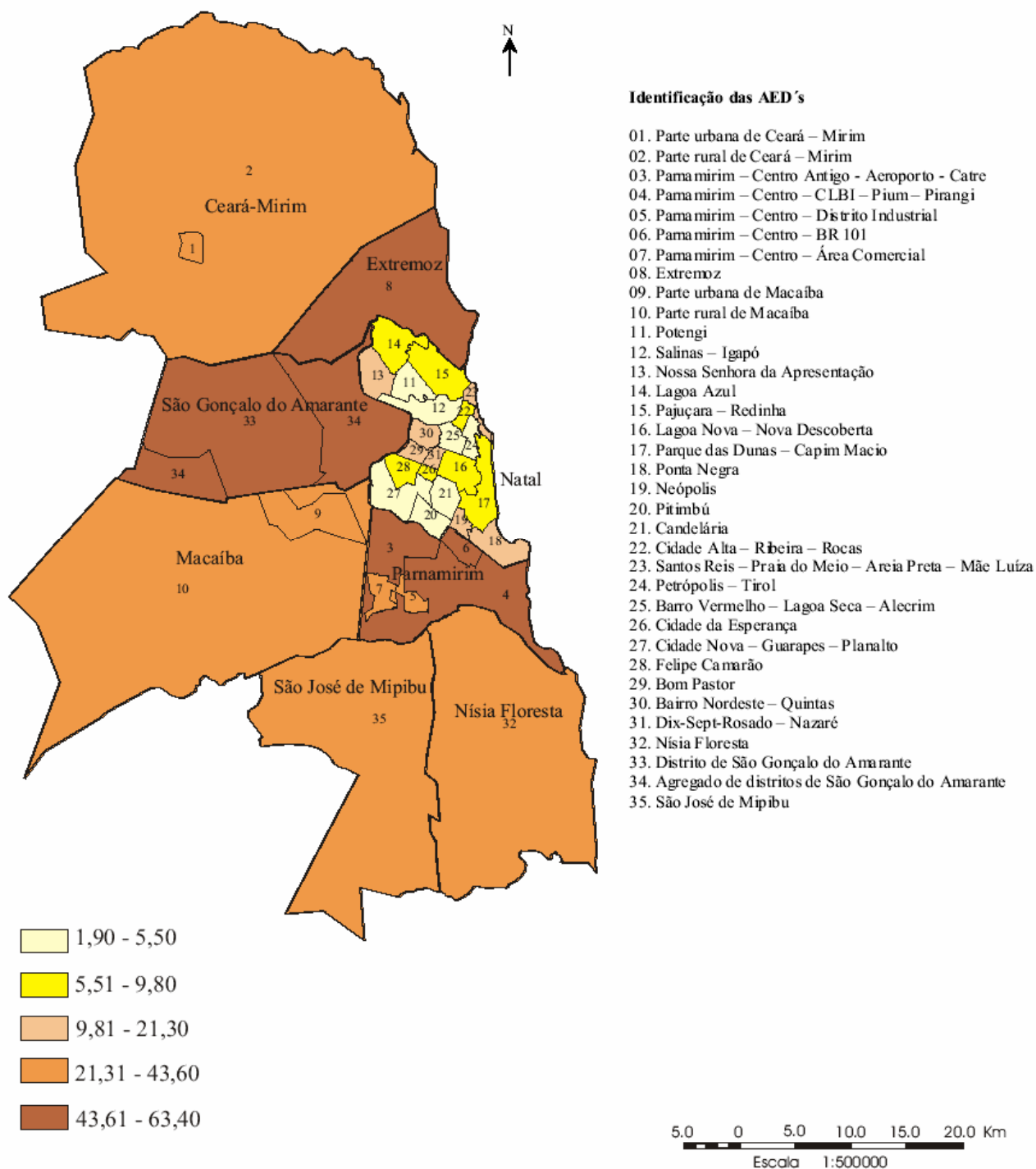
5.0 0 5.0 10.0 15.0 20.0 Km  
Escala 1:500000

Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

## Mapa 38



### Proporção de Imigrantes de Data Fixa Intra-Metropolitano por AED's - RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

✓ ***O movimento pendular, segundo as AEDs e as tipologias sócio-espaciais***

Além disso, podemos avaliar a proporção das pessoas que realizaram movimento pendular e aquelas que trabalham ou estudam fora do município onde residem e que se dirigem ao pólo metropolitano.

Considerando os fluxos das pessoas com 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam fora do município onde residem, eles se originam relativamente mais das AEDs que ficam no entorno do município de Natal, e mais o Agregado de Distritos de São Gonçalo do Amarante. A AED Parnamirim-Centro-BR101 apresenta um total de 10162 pessoas que realizam o movimento pendular, o que corresponde a 75,7% das pessoas que trabalham ou estudam na mesma AED. Provenientes do Agregado de Distritos de São Gonçalo 42,2% das pessoas que aí trabalham ou estudam o fazem fora do município de São Gonçalo. Além destas, são as AEDs Parnamirim-Centro-Distrito Industrial (37,3%), Parte Urbana de Macaíba (26,8%) e Extremoz (26,1%) as que também apresentam percentuais consideráveis de pessoas realizando movimento pendular em 2000.

Em uma outra classe de percentuais, variando dos 4,8 aos 19, 6%, aparecem todas as demais AEDS, exceto as de Natal. Estas últimas constituem as áreas onde os percentuais de pessoas com 15 anos e mais que trabalham ou estudam fora do município variam de 1 a 4,8%, apenas, do total de pessoas que trabalham ou estudam em cada AED.

A respeito do que se observa no município de Natal, nota-se que dentre as AEDs menos expressivas no que respeita ao fenômeno da migração pendular, temos as que se encontram na região oeste da cidade, onde a periferização das classes de mais baixa renda veio se estabelecer historicamente, e a AED (22) que abrange Cidade Alta, Ribeira e Rocas, que, segundo TRIGUEIRO e GOMES (2005), também se caracteriza como uma área periférica, embora o processo que a tornou periférica seja de natureza distinta do ocorrido na região oeste. De outro lado, dentre as AEDs que, em Natal, apresentam maiores proporções de pessoas que realizam o movimento pendular estão aquelas que correspondem às áreas onde as condições de vida

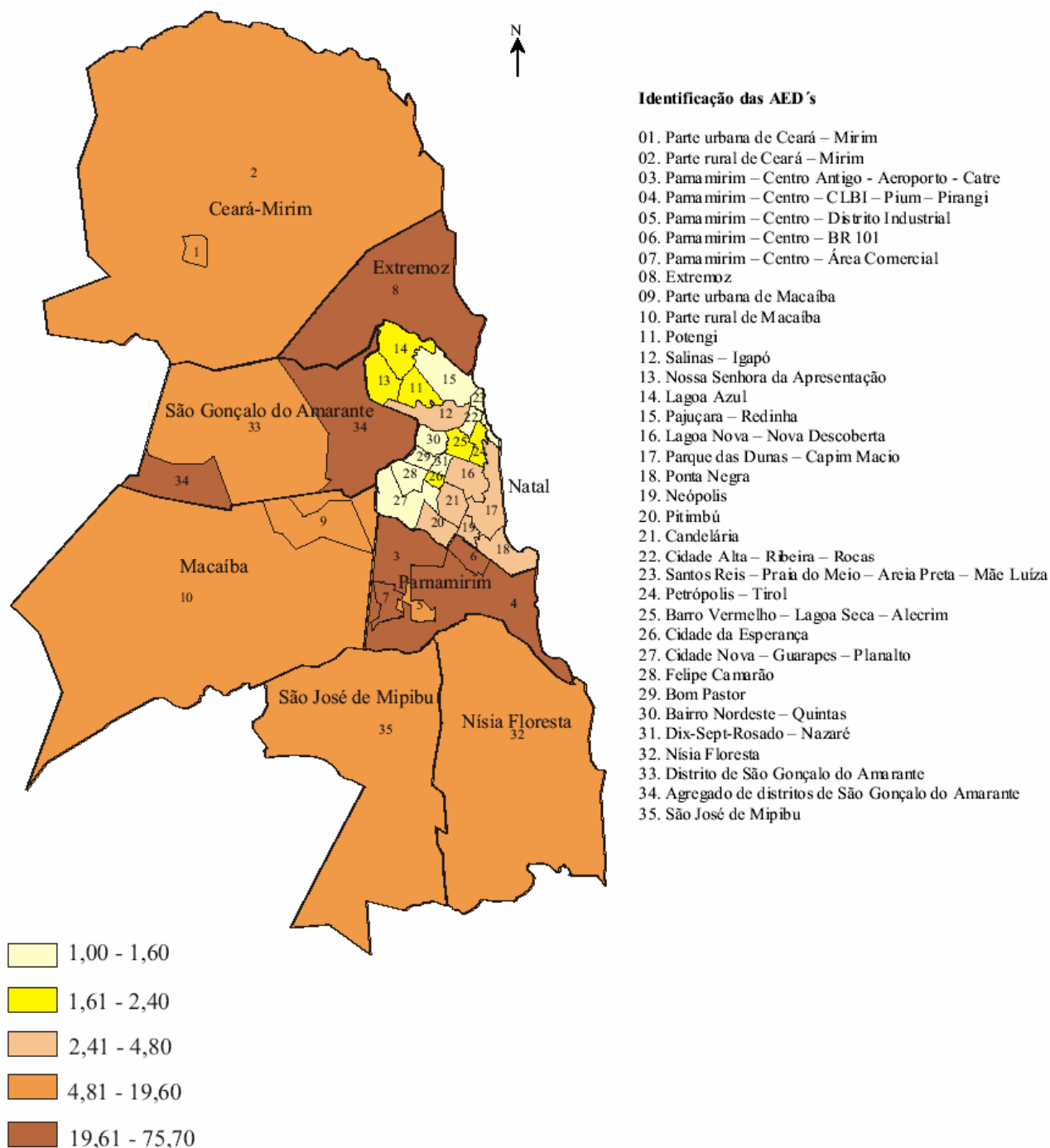
são as melhores da cidade, como Lagoa Nova, Capim Macio, Ponta Negra e Candelária.

No que importa aos movimentos pendulares que se destinam ao pólo metropolitano, é interessante observar a força da centralidade de Natal. As AEDs com os mais altos percentuais (acima de 80%) de pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência e se dirigem ao pólo são todas as que compõem o município de Parnamirim, com destaque para Parnamirim-Centro-BR 101 (95%) e Parnamirim-Centro-Distrito Industrial (93,9%), e mais as AEDs Agregado de Distritos de São Gonçalo (91%) e Extremoz (84%). Essa maior importância relativa dos fluxos que se dirigem ao pólo equivale a 28493 pessoas, proporcionando 78% do total de 36496 pessoas que realizam movimento pendular em direção ao pólo na região metropolitana.

## Mapa 39



### Proporção de Pessoas que Trabalham ou Estudam Fora do Município de Residência com 15 anos e mais por AED's - RMNATAL - 2000

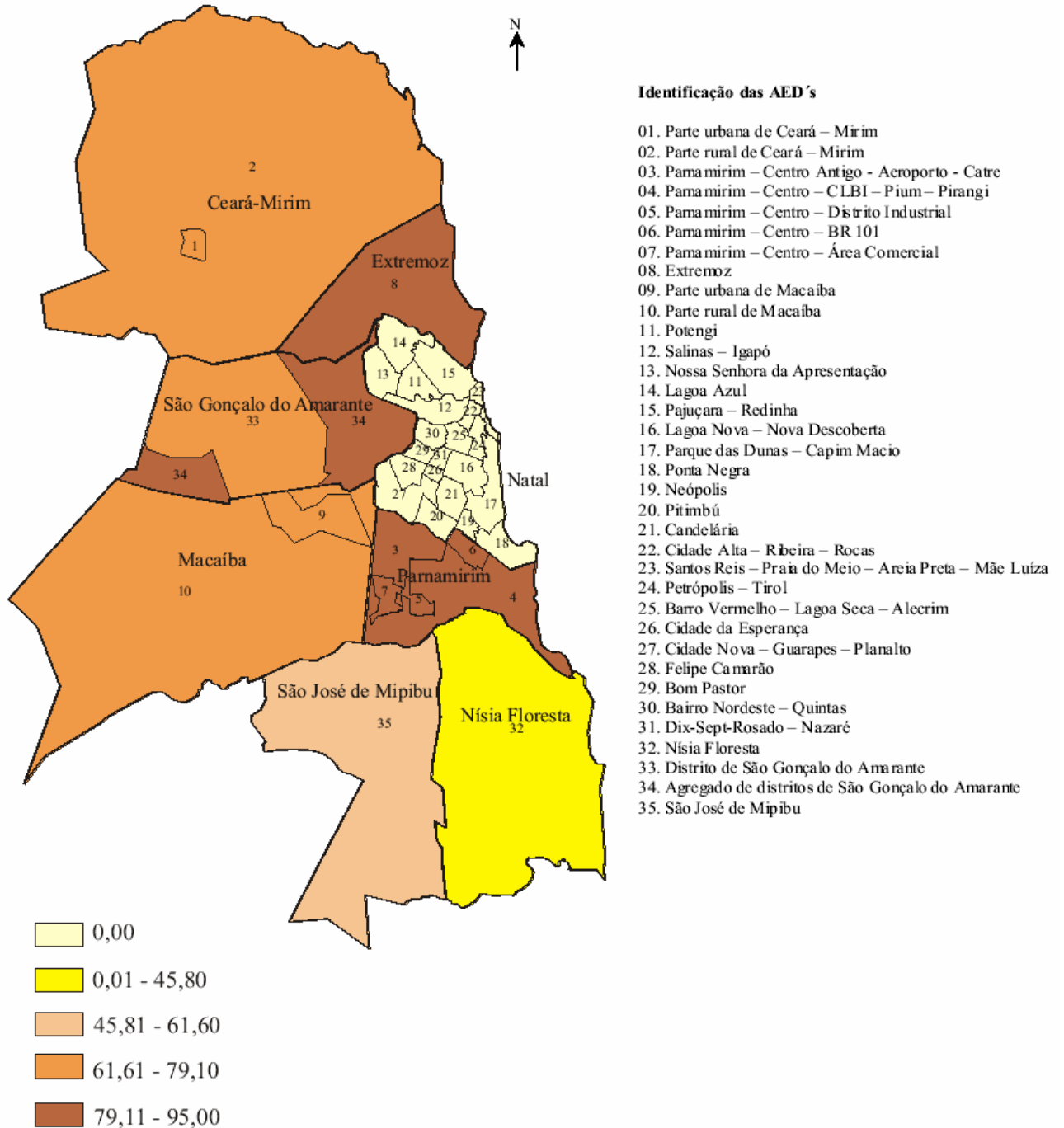


Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

## Mapa 40



Proporção de pessoas que trabalham ou estudam de 15 anos e mais que realizam movimento pendular por AED's - RMNATAL - 2000



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.



✓ **O movimento pendular segundo os tipos**

Levando em conta o total de 481157 pessoas de 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam na região metropolitana de Natal, temos que 39,2% pertencem ao tipo *popular* e mais 27% situam-se nos tipos *médio inferior* e *médio*. Entre as 50124 pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência, 47,4% estão agrupados no tipo *popular* e mais 22,7% no tipo *médio*. Do total destas pessoas que realizam movimento pendular, 72,8% dirigem-se ao pólo metropolitano. Analisando cada um dos tipos, observamos que 18,7% trabalham ou estudam fora do município, no tipo *médio*, e 16,3% no tipo *popular agrícola*. Já no que se refere àqueles que se dirigem ao pólo, o tipo *médio* agrupa o contingente mais representativo, em 84,5%, seguido pelos tipos *popular* (78,9), *popular operário* ( 76,6) e *agrícola* (74,1).

**Tabela III.4.15 - Tipologia sócio-espacial da Região Metropolitana de Natal segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000 \***

Tipologia Sócio – Espacial	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C <sup>2</sup> (em %)
	Total ( A )	Que trabalham ou estudam				
		Total ( B )	fora do município de residência <sup>1</sup> ( C )	dirigindo-se ao pólo metropolitano ( D )		
Superior	47.588	34.760	1.166	0	3,4	0,0
Médio Superior	55.846	39.460	1.163	0	2,9	0,0
Médio	90.131	61.003	11.420	9.655	18,7	84,5
Médio Inferior	110.216	69.362	1.327	0	1,9	0,0
Popular Operário	60.781	36.885	3.529	2.703	9,6	76,6
Popular	310.527	188.672	23.760	18.739	12,6	78,9
Popular Agrícola	58.979	33.540	5.454	3.691	16,3	67,7
Agrícola	31.747	17.475	2.306	1.708	13,2	74,1
Total	765.815	481.157	50.124	36.496	10,4	72,8

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

NOTA: ( <sup>1</sup> ) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

( <sup>2</sup> ) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

\* Dados sem Monte Alegre

## **7.0. Estruturação Urbana, Emprego/Desemprego e Pobreza na Região Metropolitana de Natal**

No presente item da pesquisa, o desemprego, os rendimentos do trabalho e a pobreza são analisadas segundo os tipos sócio-espaciais. Estes tipos foram construídos tomando-se por base as categorias sócio-ocupacionais que, por sua vez, foram elaboradas a partir de três variáveis, quais sejam, o nível de renda, a escolaridade e a posição na ocupação. Os tipos sócio-espaciais expressam a estratificação da sociedade segundo grupos de *status*, por isso, os oito tipos apresentados seguem uma escala que vai do nível inferior ao superior. Então, na estratificação utilizada o *grupo inferior* da estratificação é o tipo *agrícola* por ser aquele em que ocorre a maior incidência de baixos níveis de escolaridade e de renda, bem como de uma situação ocupacional exercida sob o mando de outrem ou com base em propriedade de algum meio de produção de valor irrisório e que proporciona pouco retorno econômico. A estratificação apresenta seis *tipos intermediários* até chegar ao tipo *superior* que é aquele em que ocorre a maior incidência elevados níveis de escolaridade e de renda, bem como de uma situação ocupacional que é exercida com base em grande aporte de riqueza sob a forma de meios de produção e/ou em elevado nível hierárquico que possibilita o exercício do poder e do mando sobre outras pessoas que assumem posições com caráter subalterno.

### **7.1. Desemprego na Região Metropolitana de Natal, 2000.**

O foco do presente item é o tratamento da taxa de desemprego (desocupação) segundo os tipos sócio-espaciais. Antes, porém, serão realizadas referências gerais às populações desocupada e economicamente ativa e sobre suas composições segundo tipos e faixas etárias.

A *população economicamente ativa (PEA)* – *população ocupada* mais a *população à procura de ocupação* – constitui-se na parcela da população disponível em determinado período de tempo para o exercício de ações produtivas ou de prestação de serviços, ou seja, constituiu-se na força efetiva de trabalho.

A população economicamente ativa com idade variando dos 14 aos 65 anos na Região Metropolitana de Natal no ano de 2000 foi composta por 465.739 pessoas. Este universo de pessoas distribuiu-se segundo faixas etárias do seguinte modo: 28% (129 mil pessoas) na faixa dos 14 aos 24 anos, 56% (261 mil pessoas) dos 25 aos 45 anos e 16% (76 mil pessoas) dos 46 aos 65 anos. Do ponto de vista da *distribuição* segundo os *tipos* sócio-espaciais, destaca-se mais pormenorizadamente a participações por determinados tipos em função da grande expressividade ou da ínfima participação. A grande concentração de pessoas economicamente ativas ocorreu no tipo sócio-espacial *popular*, sendo o quantitativo de 191 mil pessoas ou o equivalente a 41% de todo o universo de pessoas economicamente de 14 a 65 anos na Região Metropolitana de Natal. Já os tipos em que ocorreram as menores participações na população economicamente ativa foram o tipo *superior*, com 29,1 mil pessoas ou o equivalente a 6,2%, e o tipo *agrícola*, com 15,7 mil pessoas ou o equivalente a 3,4% das pessoas economicamente ativas. Quanto à distribuição da PEA pelos demais tipos, ocorreu em um intervalo que variou de 34,9 mil pessoas ou aproximadamente 7,5% no tipo *médio superior* até 66,8 mil pessoas ou cerca de 14% da população economicamente ativa, no tipo *médio inferior*.

**Tabela III.5.1 - Região Metropolitana de Natal - População Desocupada, População Economicamente Ativa e Taxa de Desocupação por Grupo de Idade, 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	População Desocupada					População Economicamente Ativa				Taxa de Desocupação			
	Total	%	14 a 24 anos	25 a 45 anos	46 a 65 anos	Total	14 a 24 anos	24 a 45 anos	46 a 65 anos	Total	14 a 24 anos	25 a 45 anos	46 a 65 anos
Superior	2.78		1.41	1.09		29.08							
Médio	1	3,3	1	8	272	0	6.081	16.234	6.765	9,6	23,2	6,8	4,8
Superior	4.51		2.27	1.90		34.89							
Médio	9	5,3	4	3	342	1	8.268	19.306	7.317	13,0	27,5	9,9	4,7
Médio Inferior	7.97		4.05	3.17		55.51							
Popular	9	9,4	0	1	758	1	3	32.403	9.855	14,4	30,6	9,8	7,7
Operário	13.4		7.15	5.25	1.01	66.79	19.28						
Popular	33	15,9	7	7	9	3	1	35.916	11.596	20,1	37,1	6	8,8
Operário	7.12		3.31	3.04		36.24	10.08						
Popular	7	8,4	5	5	767	8	9	20.156	6.003	19,7	32,9	1	8
Operário	40.4		18.8	18.4	3.13	191.3	56.01	109.89					
Popular	86	47,9	75	72	9	34	5	6	25.423	21,2	33,7	8	3
Popular	5.76		2.76	2.57		36.20	10.98						
Agrícola	2	6,8	7	1	424	5	1	19.091	6.133	15,9	25,2	5	6,9
Agrícola	2.49		1.33			15.67							
Agrícola	3	2,9	0	945	218	7	5.110	7.634	2.933	15,9	26,0	4	7,4
Total	84.5	100,	41.1	36.4	6.93	465.7	129.0	260.63					
Total	80	0	79	62	9	39	78	6	76.025	18,2	31,9	0	9,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Passa-se agora a destacar a *população desocupada* ou a parcela “sem emprego”, porém à procura de ocupação. A população desocupada segundo as faixas etárias ocorreu de modo bastante diverso do ocorrido com a população economicamente ativa. Enquanto 56% e 16% foram as participações da PEA segundo, respectivamente, as faixas de 25 a 45 anos e 46 a 65 anos, no que concerne à participação dessas mesmas faixas etárias, na desocupação houve consideráveis reduções. No primeiro caso para 43% e no segundo para apenas 8% da população desocupada. Entretanto, se participou com aproximadamente 28% da população economicamente ativa, no referente à população em situação de desocupação a participação das pessoas na faixa etária dos 14 aos 24 anos elevou para aproximadamente 48%.

Quanto à distribuição da população desocupada segundo os tipos sócio-espaciais, é importante destacar também as mudanças ocorridas nas participações ocorridas comparativamente às verificadas na distribuição da

população economicamente ativa. Para a abordagem ser breve é importante ressaltar que em apenas três tipos a participação da população desocupada foi superior à participação da população economicamente ativa no mesmo respectivo tipo, foram eles: tipo *popular* cuja participação na PEA foi de 41%, no caso da população ocupada foi de 48%; tipo *médio inferior* cujas participações foram 14% e 16% e o tipo *popular-operário* em que as freqüências foram de 7,8% e 8,4%, respectivamente. Nos demais casos, a participação da desocupação por tipo foi inferior à participação ocorrida no caso da população economicamente ativa. Entretanto, a maior diferença de participação ocorreu no caso do tipo *superior* em que a participação na desocupação foi pouco superior à metade da verificada no caso da PEA.

Descritas as populações desocupada e economicamente ativa, enfatiza-se, a seguir, as *taxas de desocupação* segundos os tipos e as já aludidas faixas etárias. As informações com caráter mais geral revelam que a taxa de desocupação das pessoas com idade compreendida de 14 a 65 anos foi 18,2% na Região Metropolitana de Natal, portanto, similar à que se verificou para o conjunto da PEA metropolitana que foi de 18,1%. Ademais, a faixa de idade mais elevada, de 46 a 65 anos de idade, foi aquela em que ocorreu a taxa de desocupação mais baixa, 9,1%. Em seguida, figurou a faixa das pessoas com 25 a 45 anos com taxa de desocupação da ordem de 14%. Por último, destaca-se a faixa das pessoas com 14 a 24 anos que foi aquela em que ocorreu a taxa de desocupação mais elevada: aproximadamente 32%.

A taxa de desocupação total segundo as áreas de dominância dos tipos sócio-espaciais apresentou um campo de variação muito amplo e, além disso, com clara correlação entre os níveis das taxas de desocupação e os tipos sócio-espaciais marcadamente urbanos. Destacadamente, os tipos aos quais associaram-se as mais elevadas taxas de desemprego (desocupação) foram os seguintes: tipo *popular*, taxa de desocupação de 21,2%, *médio inferior*, de 20,1% e *popular operário*, de 19,7%. Em quatro áreas identificadas pela presença de tipos pertencentes a distintos níveis hierárquicos, as taxas de desocupação foram muito próximas. Foram os casos dos seguintes tipos: *popular agrícola e agrícola* (15,9%), *médio* (14,4%) e *médio superior* (13%). O único tipo ao qual correspondeu taxa de desocupação inferior a um dígito foi o *superior*, com taxa de 9,6%. Certamente, o fato de existirem especificidades

inerentes ao mercado de trabalho não urbano fez com que os níveis hierárquicos mais baixos, ou aqueles com forte presença agrícola, não se encontrem entre os tipos que apresentaram as mais elevadas taxas de desocupação.

Quando as taxas de desocupação são focadas segundo as faixas etárias, constata-se que as taxas mais baixas ocorreram na faixa etária que compreende as pessoas de *46 aos 65 anos*. Verificou-se uma relação negativa entre níveis hierárquicos e taxas de desemprego. Assim, de um modo geral, aos mais elevados níveis hierárquicos associaram-se as mais baixas taxas de desemprego. Os três tipos sócio-espaciais mais elevados apresentaram os seguintes níveis de taxas de desocupação: *médio*, 7,7%, *médio superior*, 4,7%, e *superior*, 4,0% - o mais baixo dentre todos os tipos. As taxas de desocupação mais elevadas ocorreram nos tipos seguintes: *popular*, com taxa de 12,3%, e *popular operário*, com taxa de 12,8%. Já os tipos sócio-espaciais considerados mais baixos na escala de status apresentaram as taxas de desocupação que seguem: 6,9% no caso do tipo *popular agrícola* e 7,4% no caso do tipo *agrícola*. Na *faixa* etária que compreende pessoas de *25 a 45 anos* as taxas de desocupação foram em todos os tipos sócio-espaciais sempre mais elevadas que as verificadas na faixa etária apresentada anteriormente. O que existiu de comum foi mais uma vez a associação entre tipos hierárquicos mais elevados e taxas de desemprego mais baixas e vice-versa no caso dos tipos marcadamente urbanos. Também no caso da faixa etária em pauta foram os tipos *médio superior* e *superior* os que apresentaram as taxas de desocupação mais baixas, bem como os tipos *popular operário* e *operário* os que apresentaram as taxas mais de desocupação mais elevadas. Para finalizar a abordagem da desocupação por tipos sócio-espaciais segundo as faixas etárias destaca-se que foi a faixa etária correspondente à juventude, dos 14 aos 24 anos, aquela em que se verificaram as mais elevadas taxas de desocupação. Para se ter idéia da magnitude das taxas de desocupação basta citar que a taxa apresentada pela faixa etária em foco no tipo *superior*, aquele cuja taxa foi a mais baixa, apresentou uma proporção de desocupados da ordem de 23%, enquanto a média global da Região Metropolitana foi de aproximadamente 18%. Os tipos *popular operário* e *popular* continuaram entre

os tipos com as mais elevadas taxas de desocupação: 33% e 34%, respectivamente.

Entretanto, na faixa etária correspondente aos jovens, o tipo com a mais elevada taxa de desocupação foi o médio inferior: aproximadamente 37%, ou mais que o dobro da taxa global da Região Metropolitana de Natal. É necessário fazer uma rápida alusão ao fato de que não se trata de uma particularidade da Região Metropolitana de Natal as elevadas taxas de desocupação entre os jovens. Trata-se, na verdade, de uma marca característica do mercado de trabalho brasileiro no contexto da sua inserção no processo de mundialização financeira e de baixo crescimento econômico. Neste contexto, em decorrência da grande oferta de força de trabalho disposta a atuar com baixos níveis de remuneração certamente é preferível fazer uso daquela parcela da força de trabalho mais experimentada.

## **7.2. Rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de Natal, 2000.**

No presente itens são destacados os *rendimentos do trabalho* por tipos sócio-espaciais segundo diferentes atributos – faixa etária, sexo, cor/raça e escolaridade. O indicador selecionado foi o salário médio proveniente de todos os trabalhos.

As 381 mil pessoas ocupadas encontraram-se distribuídas por faixa etária do modo a seguir: na faixa de 14 a 24 anos, 23%, de 25 a 45 anos, 59%, e de 46 a 65 anos, 18%. O rendimento médio do trabalho foi de 3,8 salários mínimos mensais. O rendimento médio das pessoas ocupadas apresentou-se positivamente relacionado com os tipos sócio-espaciais. Os dois tipos que assumem posição intermediária na estrutura de status, *médio inferior* e *popular*, apresentaram rendimentos médios de 2,9 e 3,3 salários mínimos. Os níveis mais baixos da estrutura, *popular agrícola* e *agrícola*, obtiveram rendimentos médios de 1,7 e 1,1 salários mínimos, enquanto os níveis mais elevados, *médio superior* e *superior*, ostentaram os mais elevados níveis de rendimentos médios: 7,8, no primeiro caso, e 11,2 salários mínimos, no segundo caso. Portanto, pode-se depreender que os tipos sócio-espaciais, no que concerne

aos níveis de rendimentos apropriados, encontram-se fortemente marcados pelo distanciamento. Constata-se, por exemplo, que os “de cima” apropriaram-se de rendimento médios comparativamente aos “de baixo” à razão de aproximadamente 10:1.

**Tabela III.5.2 - Região Metropolitana de Natal - Rendimento Médio da população Ocupada por grupos de idade- 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento médio (salários mínimos)			
	Total	14 a 24 anos	25 a 45 anos	46 a 65 anos
Superior	11,2	3,1	11,7	16,1
Médio Superior	7,8	2,4	7,9	12,3
Médio	5,3	2	5,9	6,6
Médio Inferior	2,9	1,6	2,9	4,1
Popular Operário	3,3	1,4	3,4	5,5
Popular	2,3	1,4	2,6	2,5
Popular Agrícola	1,7	1,1	1,9	1,9
Agrícola	1,1	0,9	1,2	1,1
Total	3,8	1,6	1,4	5,7
<b>População Ocupada</b>	<b>381.157</b>	<b>87.898</b>	<b>224.175</b>	<b>69.084</b>

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000 (Metrodata)

O perfil dos rendimentos médios segundo as faixas etárias por tipos sócio-espaciais foi semelhante ao verificado no caso do total de pessoas. Entretanto, é necessário destacar que quando se compara os rendimentos médios de cada faixa etária, o comportamento geral foi marcado pela presença de rendimentos médios mais elevados na faixa dos 46 aos 65 anos, sendo a média do estrato de 5,7 salários mínimos, de rendimentos intermediários na faixa de 25 a 45 anos, com média de 4,1 salários mínimos, e os rendimentos mais baixos na faixa dos 14 aos 24 anos, com média de 1,6 salários mínimos. Pode-se ainda ressaltar que nas três faixas etárias os rendimentos médios mais elevados foram os referentes ao tipo *superior* e os mais baixos ao tipo *agrícola*. Os rendimentos médios relativos ao tipo *superior* e *agrícola* foram de 0,9 e 3,1 salários mínimos na faixa dos 14 aos 24 anos, de 1,2 e 11,7 na faixa dos 25 aos 45 anos e de 1,1 e 16,1 salários mínimos na faixa dos 46 aos 65 anos. Então, observa-se que apenas na primeira faixa etária, a dos jovens, não houve distância muito acentuada entre os rendimentos médios dos tipos superior e agrícola. O rendimento médio no primeiro tipo foi de 3,4 vezes o do



segundo. Entretanto, nas outras duas faixas etárias as distâncias foram muito grandes. Na faixa dos 25 aos 45 anos o rendimento médio do tipo superior foi aproximadamente 10 vezes o rendimento do tipo agrícola, enquanto na faixa dos 46 aos 65 anos o rendimento do estrato mais elevado foi 14,4 vezes o rendimento do estrato mais baixo. Então, um dos aspectos de diferenciação dos “de cima” em relação aos “de baixo” é o quanto ganham os participantes do distintos estratos sociais.

Coloca-se a seguir em destaque os rendimentos médios segundo o sexo por tipo sócio-espacial. Nesse caso, o quantitativo de pessoas é o conjunto dos ocupados, ou seja, 388, 6 mil pessoas das quais aproximadamente 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

Quando se evidencia os rendimentos segundo o sexo, o primeiro aspecto que sobressai é o fato de que o rendimento médio dos homens foi superior ao das mulheres. O rendimento médio do conjunto dos homens foi 50% superior ao rendimento médio do total das mulheres. Na verdade, diferenças de rendimentos entre homens e mulheres ocorreram em todos os tipos sócio-espaciais, sendo que a menor diferença ocorreu no tipo agrícola, onde o salário médio feminino foi de 1,0 salário mínimo e o masculino de 1,10 salário mínimo, portanto, apenas 10% superior. No estrato popular agrícola, o diferencial foi de 30%, no popular, 60% e no popular operário e médio inferior, 50%. Os maiores diferenciais ocorreram exatamente nos tipos superiores: em cada um deles a diferença foi de 90%. Um outro aspecto que deve também ser ressaltado é o fato de que a diferença salarial entre os homens entre o tipo superior e o que se encontra na base da hierarquia, o agrícola, foi muito superior do caso dos homens do que no das mulheres. No caso dos homens, o salário médio do tipo superior foi 13,4 o salário médio do tipo inferior (agrícola), enquanto no caso das mulheres foi 8,2 vezes. Então, se comparativamente às mulheres, os homens constituem um grupo seletivo no que concerne aos ganhos, entre eles alguns participam de grupos mais seletivos ainda, de modo que os diferenciais os tornam muito mais distantes do que as mulheres entre si. Certamente, essas diferenças de rendimentos são explicadas por fatores que transcendem em muito a lógica puramente econômica, de competência ou de qualificação para o exercício das respectivas atividades.

**Tabela III.5.3- Região Metropolitana de Natal - Rendimento Médio da População Ocupada por Sexo - 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento médio (salários mínimos)		
	Total	Masculino	Feminino
Superior	11,2	14,7	7,9
Médio Superior	7,8	10,1	5,3
Médio	5,3	6,8	3,7
Médio Inferior	2,9	3,4	2,2
Popular Operário	3,3	3,8	2,5
Popular	2,3	2,6	1,6
Popular Agrícola	1,6	1,8	1,4
Agrícola	1,1	1,1	1,0
Total	3,8	4,3	2,9
<b>População Ocupada</b>	<b>388.553</b>	<b>231.295</b>	<b>157.258</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

O destaque a seguir é dado para o rendimento médio segundo a cor/raça declarada pelos integrantes da população ocupada por tipos sócio-espaciais. Neste caso também, o total é de aproximadamente 388,6 mil pessoas, sendo que os que se declararam pardos corresponderam a 50,3%, os brancos a 44,1% e os pretos a 4,7% do total de pessoas. Então, os demais - amarelos, indígenas e os de cor ignorada - corresponderam a apenas 0,9%, porém constituíram um número absoluto distante de ser insignificante: 3.684 pessoas.

**Tabela III.5.4 - Região Metropolitana de Natal - Rendimento Médio da População Ocupada por Cor- 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento Médio (salários mínimos)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
Superior	11,2	12,6	5,7	14,1	8,6	5,3	7,5
Médio Superior	7,8	9,7	4,4	27,2	5,0	1,8	15,2
Médio	5,3	6,1	4,1	16,6	4,3	2,0	3,5
Médio Inferior	2,9	3,2	2,2	4,5	2,6	1,9	4,3
Popular Operário	3,3	4,4	2,4		2,5	1,8	5,9
Popular	2,3	2,7	2,0	1,4	2,0	2,8	2,1
Popular Agrícola	1,6	2,1	1,3	1,2	1,5	1,2	1,2
Agrícola	1,1	1,1	0,8	1,1	1,1	1,0	1,3
Total	3,8	5,1	2,3	7,7	2,7	2,2	3,4
<b>População Ocupada</b>	<b>388.552</b>	<b>171.224</b>	<b>18.380</b>	<b>527</b>	<b>195.264</b>	<b>923</b>	<b>2.234</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Nesse caso serão destacados apenas dois aspectos. O primeiro será a comparação entre o tipo com o maior salário médio e aquele em que o salário médio foi o mais baixo. Em seguida, serão comparados para cada tipo os diferenciais de salários das pessoas que se declararam brancas e as que se declararam pardas, por representarem os segmentos com maior expressão numérica (os dois representaram 94,4% do total de pessoas). Declararam brancas e as que se declararam pardas, por representarem os segmentos com maior expressão numérica (os dois representaram 94,4% do total de pessoas).

Nos casos das pessoas brancas, pretas, pardas e indígenas os maiores salários médios ocorreram no tipo *superior* e os menores no tipo *agrícola*. O número de vezes que o salário do tipo superior representou do inferior (agrícola) foi: 11,2 no caso da cor branca, 6,8 da preta, 8,1 no da parda e 5,3 no da ignorada. Nos casos das cores amarela e ignorada, o rendimento médio mais elevado aconteceu no tipo *médio superior* e o mais baixo continuou no *agrícola*. Foi também nesses casos em que aconteceram as maiores diferenças entre o mais elevado e o mais baixo dos salários médios. No caso da cor amarela o salário do tipo médio superior foi de aproximadamente 27 vezes o do agrícola, enquanto no caso das pessoas que ignoraram a cor, o salário médio foi cerca de 12 vezes.

Quando se destaca o salário médio das pessoas brancas comparativamente ao das pessoas pardas em um mesmo tipo percebe-se que: a maior diferença aconteceu no tipo médio superior (92%); a segunda, no tipo popular operário (75%); a terceira, no tipo superior (46%); em quarto, apareceram três tipos - médio, popular e popular agrícola – com diferença de aproximadamente 40%; em seguida, o médio inferior (22%) e, por último, o tipo agrícola (5%).

Por fim, destaca-se o salário médio segundo os níveis de escolaridade. A princípio deve ser esclarecido que o total é de apenas 311,6 mil pessoas porque estão consideradas apenas as pessoas que concluíram as etapas dos estudos especificadas. Então, é importante esclarecer que as quase 77 mil pessoas restantes da população ocupada são aquelas que ou não freqüentaram a escola ou que ainda estavam freqüentando. O quantitativo de pessoas que haviam concluído fases específicas dos estudos encontrou-se distribuído do modo a seguir: ensino fundamental (36%), ensino médio (32,5%), antigo primário (12,7%), graduação (12,1%), antigo ginásio (2,8%), científico (1,5%), mestrado ou doutorado (0,7%), alfabetização de adultos (0,1%) e nenhum dos anteriores (1,6%).

**Tabela III.5.5- Região Metropolitana de Natal- Rendimento Médio da População Ocupada por Escolaridade - 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento Médio (salários mínimos)									
	Total	Alfabet. de Adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Científico etc	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Mestrado e Doutorado	Nenhum
Superior	12,6		4,9	9,0	9,2	2,9	6,8	17,6	24,1	1,5
Médio Superior	8,6	2,5	2,6	4,8	7,3	3,7	6,6	14,3	22,6	2,7
Médio	5,7	1,9	3,4	4,2	6,1	2,3	4,8	10,4	16,0	2,0
Médio Inferior	3,0	3,0	2,5	2,7	5,8	2,2	3,1	7,8	7,2	1,6
Popular Operário	3,6	1,4	2,0	2,2	8,1	1,7	3,5	11,5	33,4	1,4
Popular	2,4	1,8	2,0	2,7	4,0	2,1	2,7	6,8	8,8	1,3
Popular Agrícola	1,8	1,5	1,4	2,7	4,9	1,4	2,4	7,0	5,1	1,0
Agrícola	1,2	1,5	1,1	1,2	2,7	1,1	1,6	3,8		1,0
Total	4,1	1,8	2,1	3,3	6,2	2,0	3,7	12,8	21,7	1,3
Pop. Ocupada	311.582	382	39.569	8.624	4714	112093	101379	37654	2214	4953

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata).

De um modo geral, os dados indicam a existência de relação direta entre nível de escolaridade e de rendimento médio, ou seja, que os que detentores dos maiores níveis de escolaridade são os que recebem os maiores níveis médios de rendimentos. Além disso, indicam também que os que recebem os maiores salários quando se considera o conjunto dos portadores de cada curso específico são residentes em áreas associadas aos tipos sócio-espaciais com status mais elevados. Na verdade, trata-se de um movimento de caráter muito geral e, portanto, significa que aspectos pontuais podem escapar ao movimento com caráter geral e dominante.

Os 2.214 portadores de cursos de mestrado ou doutorado, que representaram 0,7% das pessoas com cursos concluídos na Região Metropolitana foram os que receberam o maior salário médio: aproximadamente 22 salários mínimos. Com relação a esse nível de escolaridade, vale destacar: 1) o tipo agrícola não registrou a presença de sequer uma pessoa; 2) o tipo popular operário foi aquele em que ocorreu o maior salário médio (aproximadamente 33 salários mínimos); 3) os tipos superior e médio superior apresentaram, também, elevados níveis de salário médio, sendo de aproximadamente 24 e 23, respectivamente. Os detentores de cursos de graduação constituíram o segmento com o segundo maior salário médio – aproximadamente 13 salários mínimos no total. Os portadores de cursos de graduação estiveram presentes nas áreas correspondentes a todos os tipos sócio-espaciais. O menor salário médio foi de 3,8 salários mínimos e correspondeu ao tipo agrícola, o mais elevado foi de 17,6 salários mínimos e ocorreu no tipo superior. Porém, o tipo popular operário apresentou o terceiro maior salário: 11,5 mínimos.

Os 382 detentores de cursos de alfabetização de adultos compreenderam o segmento com os mais baixos rendimentos. Sobre este segmento destaca-se: 1) o rendimento médio foi de cerca de 1,8 salário mínimo; 2) o rendimento médio teve o seguinte espectro de variação: 1,4 salário mínimo, no tipo popular operário, a 3,0 salários mínimos, no tipo médio inferior; 3) não houve presença de portadores do curso em pauta no tipo superior.

Os possuidores do antigo curso primário representaram 12,7% do total de pessoas que concluíram os já referidos cursos. O salário médio total foi

de 2,1 salários mínimos e somente foi superior ao dos que cursaram a alfabetização de adultos. O nível médio de salário por tipo ocorreu no tipo agrícola, 1,1 salário mínimo, e o mais elevado no tipo superior, 4,9 salários mínimos. Os detentores do antigo ginásio auferiram rendimento médio de 3,3 salários mínimos e os possuidores de curso científico ou afim, de 6,2 salários mínimos. Em cada um dos casos, o salário médio mais baixo ocorreu no tipo agrícola e o mais elevado no tipo superior.

Por fim, destacam-se os concluintes do ensino fundamental e os do ensino médio que conjuntamente representaram 68,5% do quantitativo de pessoas. Em primeiro lugar, tem-se uma clara indicação do baixo nível de escolaridade da força de trabalho da Região Metropolitana de Natal, embora a escolaridade não esteja necessariamente associada à qualificação para o exercício de uma dada função. Os dados apontam também a evidência de que os contingentes mais expressivos em termos de escolaridade na Região Metropolitana receberam salários muito baixos e, portanto, indicam uma concentração desfavorável ao contingente detentor dos níveis de escolaridade em foco.

Com relação aos concluintes do ensino fundamental destaca-se: 1) o salário médio total foi de 2,0 salários mínimos; 2) o salário médio mais elevado foi 3,4 vezes o mais baixo; 3) o salário médio mais elevado ocorreu no tipo médio superior, 3,7 salários mínimos, e o mais baixo no tipo agrícola, 1,1 salário mínimo. Com relação aos concluintes do ensino médio destaca-se: 1) o salário médio total foi de 3,7 salários mínimos; 2) o salário médio mais elevado foi 4,2 vezes o mais baixo; 3) o salário médio mais elevado ocorreu no tipo superior, 6,8 salários mínimos, e o mais baixo no tipo agrícola, 1,6 salário mínimo. Quando são comparados os salários médios dos concluintes do curso médio com os salários médios dos que cursaram o ensino fundamental segundo os tipos contata-se a seguinte situação de superioridade do primeiro em relação ao segundo: 1) o salário médio do total de concluintes do ensino médio foi 80% superior ao dos que cursaram o ensino médio; 2) diferenças de 30 a 60% ocorreram nos três tipos sócio-espaciais que participam das posições hierárquicas mais baixas, bem como no tipo médio inferior; 3) no tipo médio superior a diferença foi de 80%, nos tipos popular operário e médio de 110% e, finalmente, no tipo superior, a diferença foi de 130%.

### **7.3. Pobreza na Região Metropolitana de Natal, 2000.**

Os dados constantes da tabela a seguir são reveladores do perfil da distribuição da renda domiciliar, sendo que somente indicam o número de domicílios e de famílias pobres sem expressar o número de pessoas que compõem cada domicílio, logo, sem informar qual o efetivo número de pobres.

Em primeiro lugar, destaca-se que em 2000, 303.314 famílias que residiam em domicílios permanentes constituíram o universo pesquisado na Região Metropolitana no Censo Demográfico. O citado quantitativo de famílias encontrou-se fortemente concentrado em um único tipo sócio-espacial, o tipo *popular*, que concentrou aproximadamente 42% das famílias pesquisadas ou o equivalente a 127 mil pessoas. Além deste tipo, os tipos *médio inferior* e *médio* foram os que apresentaram as maiores parcelas de famílias, sendo 14 %, no caso do primeiro, e de 11%, no do segundo. Quanto à concentração de domicílios segundo os tipos sócio-espaciais foram os tipos *superior* e *agrícola* os que concentraram as menores participações relativas de famílias, sendo 5,8% (17,5 mil famílias) e 4,1% (12,3 mil famílias) nos dois casos, respectivamente. Ao se focar as quantidades de famílias segundo os três estratos de renda familiar per capita em salários mínimos adotados na confecção da tabela, a saber, até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, mais de  $\frac{1}{2}$  a 3 salários mínimos e mais de 3 salários mínimos, constata-se que 33% pertenceram ao estrato inferior, 50% ao estrato intermediário e 17% ao superior. Então, constata-se por essas informações de caráter geral que apenas 1/3 das famílias residentes na Região Metropolitana de Natal eram efetivamente pobres à época de realização do Censo Demográfico de 2000.

**Tabela III.5.6- Tipologia Sócio-Espacial da Região Metropolitana de Natal segundo População por de Renda Familiar per capita- 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento Médio (salários mínimos)							
	Total		Até 1/2		mais de 1/2 a 3		Acima de 3	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Superior	17.543	5,8	954	5,4	4486	25,6	12.103	69,0
Médio Superior	21.499	7,1	2.894	13,5	8500	39,5	10.104	47,0
Médio	34.300	11,3	3.414	10,0	18064	52,7	12.822	37,4
Médio Inferior	42.405	14,0	111.112	26,2	26.699	63,0	4.593	10,8
Popular Operário	24.379	8,0	7.934	32,5	12738	52,2	3.708	15,2
Popular	127.569	42,1	52.543	41,2	68.509	53,7	6.517	5,1
Popular Agrícola	23.314	7,7	11.966	51,3	10265	44,0	1.083	4,6
Agrícola	12.306	4,1	8.113	65,9	4003	32,5	190	1,5
Total	303.314	100,0	98.931	32,6	153.264	50,5	51.119	16,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Entretanto, à medida que é focada a distribuição das famílias pertencentes a cada um dos tipos sócio-espaciais, é possível perceber claramente a presença de pobreza familiar no âmbito das áreas em que residem os pertencentes a cada tipo especificamente. A quarta coluna da tabela expressa fielmente a relação direta existente entre tipo sócio-espacial e predominância de famílias pobres. Nesse caso, é necessário citar cada um dos tipos e a frequência de famílias pobres nas áreas em que dominam cada um dos tipos. Em escala ascendente constata-se: o tipo agrícola ou inferior da estratificação social da Região Metropolitana de Natal concentrou 66% da 12,3 mil famílias residentes na área dominada pelo tipo na condição de pobres (ou que receberam até ½ salário mínimo per capita no mês de referência); o tipo popular agrícola concentrou 51% das 23,3 mil famílias na situação de pobreza; o tipo popular a maior quantidade de pessoas pobres, 52,5 mil famílias, ou o equivalente a 41% do total de famílias residentes nas AED's em que domina este tipo; na área de dominância do tipo popular operário, 33% das famílias eram pobres; 26% representaram a parcela das famílias pobres residentes na área abrangida pelo tipo médio inferior (11,1 mil famílias); na área de abrangência do tipo médio o percentual de famílias pobres foi de 10% do quantitativo de famílias (esta foi a menor frequência de pobreza dentre os oito



tipos); no conjunto das AED's que compreenderam o tipo médio superior residiam 2,9 mil famílias ou equivalente a 13,5% de um total de 21,5 mil famílias e, por fim, nas três AED's que compreendem o tipo superior, apenas 5,4% 17,5 mil famílias ou pouco mais de 950 famílias eram efetivamente pobres. Então, pode-se pressupor que no imaginário de parte dos que efetivamente constituíram o tipo superior que esses 5,4% eram verdadeiros pássaros fora dos respectivos ninhos e que apenas “enfejavam” a paisagem das ditas áreas nobres da cidade, “enodoando” ou turvando um “ambiente” que podia ser “belo” e asséptico.

Embora o foco do presente item seja a pobreza existente segundo os tipos sócio-espaciais vale uma pequena alusão às famílias posicionadas acima da linha demarcatória da pobreza utilizada neste estudo, qual seja, a renda familiar per capita de até meio salário mínimo. A primeira faixa de renda já abordada foi exatamente a que delimita o universo das famílias pobres, porém duas outras faixas foram estabelecidas, uma primeira com nível “intermediário” de renda, de mais de  $\frac{1}{2}$  a 3 salários mínimos, e uma faixa “superior” definida a partir da renda familiar per capita superior a 3 salários mínimos.

Quanto à faixa “intermediária” de renda familiar per capita é importante ressaltar que enquanto nos tipos mais elevados e mais baixos da estratificação social ocorreram as mais baixas incidências de famílias, nos tipos intermediários verificaram-se as maiores participações relativas de famílias vinculadas aos tipos sócio-espaciais médios. As freqüências de famílias situadas na faixa intermediária de renda per capita segundo os tipos sócio-espaciais intermediários foram: no tipo popular-operário, 52%, no tipo médio, 53%, no tipo popular, 54% e no tipo médio-inferior, 63%. As citadas freqüências nos tipos mais elevados foram: 40% e 26% nos tipos médio superior e superior, enquanto nos níveis mais baixos foram de 44% e de 33%, nos tipos popular-agrícola e agrícola, respectivamente.

Para finalizar, observa-se que na faixa superior de rendimento médio per capita a presença de família dos tipos com status mais baixo foi insignificante, enquanto nos tipos com status elevado houve grande participação de famílias. A presença de famílias na aludida faixa de rendimentos segundo os tipos intermediários variaram de 5% no tipo popular

até 37% no tipo médio. Nos níveis com status mais elevado a frequência foi a seguinte: 47% na área de dominância do tipo médio superior e 69% onde prevaleceu o tipo superior. Para reafirmar a incidência de pobreza nos níveis hierárquicos mais baixos basta citar que apenas 4,6% das famílias residiam em área de dominância do tipo popular-agrícola com rendimentos em tal faixa de renda e, apenas 1,5% de famílias com rendimentos em tal faixa de rendimentos residiam na área em que predomina o tipo situado na base da estratificação: o tipo agrícola. Portanto, os dados acima tornam inequívoca a presença dos maiores níveis de pobreza nas áreas marcadas pelos tipos sócio-espaciais considerados mais baixos do ponto de vista do status.

#### **7.4. Estrutura Urbana e Família**

A população brasileira tem passado por transformações, de ordem histórica, econômica, social e demográfica, experimentada ao longo do último século. Nesse contexto, a família desponta como esfera privilegiada de mudanças e vem se modificando praticamente em todos os estratos da população. O declínio no arranjo familiar tradicional, o do casal com filhos, e o incremento na maior diversidade de arranjos familiares apontam para mudanças importantes na família.

Nesse sentido, segundo Sâmara (1998) citado por Nascimento (2006) a família constitui uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições, é o instrumento que permite entender a natureza das sociedades, tanto no presente como no passado. A família desempenha papel decisivo na educação formal e informal. Em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (Ferrari e Kaloustian, 1994).

A família é a melhor dotada para satisfazer as expectativas que correspondem à sua nova função, devido a estar passando pelo processo de perda daquelas funções que alentavam a exploração de filhos e mulheres para fins ulteriores, característicos das relações impessoais. Nessa passagem, acha-se também a emancipação da mulher com sua elevada posição na família, que lhe permite compartilhar com o esposo muitas das decisões

familiares, incluindo a decisão de quantos filhos terem e quando, tornando as relações entre esposo–esposa mais pessoais no interior da família (CARLETON, 1970).

Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo, materiais. Nesse quadro, a família seria o contexto onde o indivíduo tomaria suas decisões, tanto de índole produtiva como reprodutiva (Alter, 1988). Por outro lado, a organização familiar responde aos processos de reprodução geracional e cotidiana baseando-se em negociações, relações de afeto e solidariedade, mas também, tem tensões e conflitos. As formas de convivência, os processos de negociação e de conflito que se originam nas famílias são de fato fatores importantes de transformação de sua dinâmica interna (Ariza, Gonzales e Oliveira, 1991).

Torrado (1983) e Rossettl (1991) argumentam que a família constitui-se, no âmbito da reprodução biológica, o lugar onde se preserva a vida e se desenvolvem todas aquelas práticas, econômicas e não econômicas, indispensáveis para a otimização das condições materiais e não materiais da unidade e de cada um de seus membros. Em função de toda essa argumentação, o conceito de família remete a uma instituição constituída a partir de relações de parentesco; seja por sangue, adoção ou matrimônio, a qual estaria regida por pautas e práticas sociais estabelecidas (Oliveira e Salles, 1989; Torrado, 1983).

Tudo isso faz parte do processo de rápida transformação demográfica e sócio-econômica que tem lugar em todo o mundo, onde as modalidades de formação das famílias e de vida familiar continuam experimentando consideráveis mudanças, as quais têm transformado a composição e a estrutura da família em muitas sociedades. Com frequência, a divisão tradicional das funções produtivas e reprodutivas da família, fundada no sexo, já não reflete a realidade e aspirações atuais, dado que são cada vez mais as mulheres que, em todo o mundo, não somente estão alcançando, entre outros, níveis de educação elevados, mas também estão ocupando empregos remunerados fora de casa (Conferência, 1994)

A falta de evidências de pesquisas referentes ao tema da família e suas singularidades na Região Metropolitana de Natal, nos levou a realizar

uma análise descritiva sobre o tamanho, a composição dos tipos de arranjos familiares, os tipos de família e a tipologia das uniões. A fonte de dados usada provem da base de dados do Censo Demográfico do 2000 correspondente aos municípios da RM-Natal.

#### **7.4.1 Tamanho e Composição dos Arranjos Familiares**

O número médio de pessoas na família por domicílio particular na Região Metropolitana de Natal é 4,1 pessoas, já nos municípios da RMNatal este indicador varia entre 3,9 pessoas em Parnamirim ate 4,7 pessoas em Ceara-Mirim. Por outro lado, quanto à distribuição espacial dos tipos de arranjo familiar a Tabela III.6.1 apresenta os padrões de organização das famílias na Região Metropolitana de Natal, analisadas segundo uma composição de arranjos familiares composta por nove universos distintos: 1) união estável<sup>12</sup> com filhos menores de 14 anos; 2) união estável com filhos maiores de 14 anos; 3) união estável com filhos menores e maiores de 14 anos; 4) união instável<sup>13</sup> com filhos menores de 14 anos; 5) união instável com filhos maiores de 14 anos; 6) união instável com filhos menores e maiores de 14 anos; 7) Chefe mulher sem cônjuge com filhos menores de 14 anos; 8) chefe mulher sem cônjuge com filhos maiores de 14 anos; e 9) chefe mulher sem cônjuge com filhos menores e maiores de 14 anos.

Os resultados que se apresentam nesta Tabela revelam a predominância do tipo de arranjo familiar em todos os municípios da RMNatal corresponde por um lado as uniões estáveis com filhos menores de 14 anos cujas proporções oscilam entre 15,4% em Ceará-Mirim e 23,4% em Parnamirim, e pelo outro as uniões instáveis com filhos menores de 14 anos, aqui as proporções variam entre 15,3% em Natal a 22,6% em Macaíba.

Todavia a estrutura do tipo de arranjo familiar mostra aos municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu com a proporção maior no tipo de arranjo familiar de uniões instáveis com filhos menores de 14 anos em

---

<sup>12</sup> Família completa e estável pela constituição através da união formalizada legal ou religiosamente.

<sup>13</sup> São uniões consentidas, não formalizadas no âmbito do registro civil ou do religioso. A fragilização encontra-se no fato da instabilidade expressar-se na maioria das vezes, nas freqüentes mudanças do parceiro.

relação à proporção do tipo de arranjo familiar das uniões estáveis com filhos menores de 14 anos (Tabela 1).

Com relação ao tipo de arranjo familiar das uniões estáveis com filhos maiores de 14 anos estes oscilam entre um mínimo de 9,4% São Gonçalo do Amarante e um máximo de 11,8% em Ceará-Mirim, muito superiores em relação ao tipo de arranjo familiar de uniões instáveis com filhos maiores de 14 anos, cujas proporções variam entre um mínimo de 1,1% em Ceara-Mirim a um máximo de 3,0% em Extremoz.

Chama atenção o tipo de arranjo familiar das uniões estáveis com filhos maiores e menores de 14 anos, os resultados mostram uma variação que oscila entre 9,9% em Nísia Floresta a 20,5% em Monte Alegre, estes níveis no caso das uniões instáveis com filhos maiores e menores de 14 anos são ainda menores, oscilam entre 7,5% em Extremoz a 8,8% em Nísia Floresta.

**Tabela III.6.1 - Região Metropolitana de Natal 2000: Distribuição % dos tipos de arranjo familiar por municípios**

<b>Tipos de Arranjo Familiar</b>	Ceará- Mirim	Parnamirim	Extremoz	Macaíba	Monte Alegre	Natal	Nísia Floresta	S.G.Amarante	S.J.Mipibu	Total
Outros	15,22	13,63	14,34	14,30	14,05	15,84	16,09	14,82	15,28	15,35
<b>União estável com filhos</b>										
< 14 anos	15,40	23,41	17,59	16,05	17,00	17,93	18,61	17,81	15,38	18,21
> 14 anos	11,77	10,74	10,26	9,98	10,62	14,92	10,74	9,42	10,43	13,32
>e< 14 anos	16,60	13,36	14,66	16,13	20,46	12,03	9,85	12,84	16,84	12,99
<b>União instável com filhos</b>										
< 14 anos	18,43	19,13	21,54	22,56	19,70	15,34	21,72	21,89	19,83	17,13
> 14 anos	1,11	1,94	2,99	1,39	1,83	1,87	1,95	2,01	2,22	1,85
>e< 14 anos	6,56	3,84	7,48	6,09	6,09	4,08	8,76	5,21	5,83	4,59
<b>Chefe mulher sem cônjuge</b>										
com filhos < 14 anos	5,32	5,71	2,97	4,70	2,50	6,12	4,52	6,08	5,26	5,78
com filhos > 14 anos	5,19	5,18	4,23	5,56	5,04	8,46	3,74	5,74	5,12	7,28
com filhos >e< 14 anos	4,41	3,05	3,94	3,24	2,72	3,42	4,02	4,19	3,82	3,49
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Nº Total</b>	62424	124690	19573	54882	19271	712317	19040	69434	34912	1116543

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata).

#### **7.4.2. Tipos de Arranjo Familiar por Composição Sócio-Ocupacional**

Na Tabela III.6.2 se apresentam os padrões de organização das famílias na Região Metropolitana de Natal, analisadas segundo composição de arranjos familiares composta por nove universos distintos e oito condições sócio-ocupacionais: 1) Superior; 2) Médio superior; 3) Médio; 4) Médio inferior; 5) Popular operário; 6) Popular; 7) Popular Agrícola; e 8) Agrícola. Os resultados revelam um padrão heterogêneo na sua configuração. Assim, observa-se que o município de Natal privilegia os arranjos familiares estáveis com predominância nas posições sócio-ocupacionais mais elevadas (médio até superior) uma concentração de dois tipos de arranjo familiar exclusivamente, isto é, uniões formais com filhos menores de 14 anos, cujas proporções variam entre 19,4 e 21,9%, respectivamente; no caso das uniões estáveis com filhos maiores de 14 anos, as proporções são maiores, variam entre 20,0% e 23,8% respectivamente. No entanto, no caso do arranjo familiar de união instável com filhos menores de 14 anos para estas mesmas categorias sócio-ocupacionais a situação se inverte, ou seja, as proporções são bem menores, variam entre 4,8% e 10,4% respectivamente.

Nas posições sociais menos privilegiadas (popular operário e agrícola) deste mesmo município observa-se um panorama contrário, isto é, concentração no arranjo familiar exclusivamente de uniões estáveis com filhos menores de 14 anos com proporções que varia entre 12% e 18,9%, respectivamente. No caso das uniões instáveis com posições sociais menos privilegiadas (popular operário, popular) observa-se maior concentração nos arranjos com filhos menores de 14 anos, isto é, 15,6% e 22,1%, respectivamente.

Esses resultados revelam que a estrutura dos arranjos familiares de Natal é muito diferente ao resto dos municípios da Região Metropolitana, em relação aos municípios de Ceará-Mirim e Macaíba, que tem predominância de posições sócio-ocupacionais menos privilegiadas como a popular que destaca arranjos familiares de uniões instáveis com filhos menores de 14 anos com proporções de 15,5% e 21,3%, respectivamente.

**Tabela III.6.2 - Região Metropolitana de Natal 2000: Distribuição % dos tipos de arranjo familiar por municípios segundo tipos sócio-ocupacionais e município**

Composição sócio-ocupacional	Outros	União estável com filhos			União instável com filhos			Chefe mulher sem cônjuge			Total	
		< 14 anos	> 14 anos	>e< 14 anos	< 14 anos	> 14 anos	>e< 14 anos	< 14 anos	> 14 anos	>e< 14 anos		
<b>Ceará-Mirim</b>												
Agrícola	14,67	14,01	11,09	198,53	21,28	1,32	6,10	5,23	3,46	3,29	100,00	
Popular	15,78	16,81	12,46	13,61	15,52	0,88	7,03	5,41	6,96	5,55	100,00	
<b>Parnamirim</b>												
Médio	18,01	30,54	13,42	9,61	12,28	0,84	1,32	4,4	6,4	3,18	100,00	
Popular Operário	12,98	21,83	10,85	14,37	17,32	2,45	5,12	6,1	5,44	3,55	100,00	
Popular	12,27	21,51	9,61	14,25	22,96	2,08	4,09	6	4,53	2,69	100,00	
<b>Extremoz</b>												
Popular Agrícola	14,34	17,59	10,26	14,66	21,54	2,99	7,48	2,97	4,23	3,94	100,00	
<b>Macaíba</b>												
Agrícola	13,64	15,81	7,61	21,10	25,05	1,10	6,08	2,55	4,44	2,61	100,00	
Popular	14,64	16,17	11,22	13,54	21,26	1,53	6,10	5,81	6,14	3,57	100,00	
<b>Monte Alegre</b>												
Popular Agrícola	14,05	17,00	10,62	20,46	19,70	1,83	6,09	2,5	5,04	2,72	100,00	
<b>Natal</b>												
Superior	18,51	21,86	23,77	11,99	4,76	1,69	1,39	3,88	9,65	2,51	100,00	
Médio Superior	17,47	16,64	20,92	11,43	10,39	1,83	2,00	6,51	10,34	2,45	100,00	
Médio	17,48	19,43	20,02	12,20	7,45	1,69	2,65	5,64	10,52	2,93	100,00	
Médio Inferior	16,22	16,22	17,58	11,70	13,56	1,81	3,06	6,57	9,18	4,09	100,00	
Popular Operário	19,00	12,02	12,02	8,72	15,56	2,35	6,24	7,29	11,98	4,82	100,00	
Popular	13,65	18,85	9,14	12,85	22,08	1,91	5,75	6,2	6,14	3,42	100,00	
<b>Nísia Floresta</b>												
Popular Agrícola	16,09	18,61	10,74	9,85	21,72	1,95	8,76	4,52	3,74	4,02	100,00	
<b>São G. do Amarante</b>												
Popular Agrícola	13,35	20,70	7,10	17,89	17,41	1,93	6,38	5,6	6,33	3,3	100,00	
Popular	15,32	16,82	10,21	11,11	23,42	2,04	4,81	6,25	5,54	4,49	100,00	
<b>São José de Mipibu</b>												
Popular Agrícola	15,28	15,38	10,43	16,84	19,83	2,22	5,83	5,26	5,12	3,82	100,00	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)



No caso da condição Agrícola estas percentagens registram 21,3% e 25,1% respectivamente. Com relação aos municípios de Extremoz, Monte Alegre, Nísia Floresta e São Jose de Mipibu, que também registram predominância do tipo popular agrícola (uma das menos privilegiada na posição sócio-ocupacional) com proporções de 21,5%, 19,7%, 21,7% e 19,8%, respectivamente.

Por outra parte é importante destacar na estrutura de arranjos familiares no contexto dos municípios da RMNatal o tipo de arranjo familiar de chefe mulher sem cônjuge com filhos maiores de 14 anos segundo a condição sócio-ocupacional, neste tipo de arranjo familiar pelas características sociais, econômicas, culturais e políticas destaca-se Natal que dos 8 tipos sócio-ocupacionais este município congrega a 6 os quais revelam proporções que variam entre 6,1% a 12,0% e são as mais elevadas em relação a este mesmo tipo de arranjo familiar segundo sua condição sócio-ocupacional dos municípios restantes.

Nesse quadro, Medeiros e Osório (2000), argumentam que o tipo de arranjo familiar que mais cresceu no Brasil, no período de 1978 a 1998, foi o arranjo de núcleo simples feminino, caracterizado por domicílios chefiados por mulher sem cônjuge, seja com ou sem filho. Essa tendência que se configura nos arranjos familiares brasileiros reflete as mudanças sociais e culturais experimentadas pela sociedade brasileira, tendo impacto direto na dinâmica entre os estados conjugais da população. Certamente, o Nordeste está inserido nesse processo de transição.

### **7.4.3. Tipologia de Composição Familiar**

A Tabela III.6.3 apresenta os principais padrões de organização das famílias nos municípios da Região Metropolitana de Natal, analisadas segundo quatro universos distintos de tipo de família: unipessoal<sup>14</sup>, nuclear<sup>15</sup>, estendida<sup>16</sup> e composta<sup>17</sup> distribuídas em oito tipos socio-ocupacionais. A Tabela revela a grande predominância to tipo de família nuclear em todos os

---

<sup>14</sup> Composta por uma só pessoa.

<sup>15</sup> Composta pelo chefe e cônjuge, ou somente o chefe sozinho ou com filhos.

<sup>16</sup> Composta pelo chefe e cônjuge, ou somente o chefe com filhos e mais outros parentes.

<sup>17</sup> Estrutura similar a anterior, mais pessoas que não são parentes.

municípios da RMN independente da condição sócio-ocupacional, seguida da extensa, composta e unipessoal.

Embora na estrutura do tipo de família dos municípios da RMNatal se observe grande concentração do tipo de família nuclear, pode se destacar algumas importantes singularidades dentre os tipos de família segundo a condição sócio-ocupacional, essencialmente aquele relacionado com o tipo de família unipessoal. Este tipo de família no município de Natal destaca três tipos de condição sócio-ocupacional (superior, médio superior, popular operário) as quais apresentam uma proporção que oscila entre 2,5% a 2,3%, respectivamente; O município de Parnamirim destaca neste tipo de família a que tem predominância na condição média com 2,2% e o município de Macaíba destaca a família unipessoal com predominância de condição agrícola com 2,3%. O resto dos municípios de famílias unipessoais segundo sua condição sócio-ocupacional apresentam proporções abaixo de 2% (Tabela III.6.3).

**Tabela III.6.3 - Região Metropolitana de Natal 2000: Distribuição % dos tipos de familiar por municípios segundo tipos sócio-ocupacionais**

Município segundo tipos sócio-ocupacional	Tipos de Família				
	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	Total
<b>Ceará-Mirim</b>					
Agrícola	1,74	75,63	21,04	1,59	100
Popular	1,64	72,74	22,48	3,14	100
<b>Parnamirim</b>					
Médio	2,17	72,84	18,68	6,31	100
Popular Operário	1,57	75,56	19,82	3,06	100
Popular	1,51	78,36	17,03	3,10	100
<b>Extremoz</b>					
Popular Agrícola	1,93	68,44	25,98	3,65	100
<b>Macaíba</b>					
Agrícola	2,29	78,38	17,67	1,66	100
Popular	1,54	78,67	18,21	1,57	100
<b>Monte alegre</b>					
Popular Agrícola	1,26	74,93	21,28	2,53	100
<b>Natal</b>					
Superior	2,47	65,99	17,30	14,24	100
Médio Superior	2,25	71,37	17,68	8,70	100
Médio	1,84	66,73	22,83	8,60	100
Médio Inferior	1,63	70,24	24,37	3,76	100
Popular Operário	2,26	68,72	25,64	3,38	100
Popular	1,42	76,78	19,48	2,32	100
<b>Nísia Floresta</b>					

Popular Agrícola	1,51	79,95	16,72	1,82	100
<b>S. G. do Amarante</b>					
Popular Agrícola	1,32	77,28	19,81	1,59	100
Popular	1,39	76,59	19,72	2,31	100
<b>S. J. de Mipimbu</b>					
Popular Agrícola	1,69	76,55	19,66	2,09	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

A singularidade que apresentam as famílias unipessoais dos municípios de Natal, Parnamirim e Macaíba, estaria levando a acreditar no futuro a um processo de expansão ao resto dos municípios da RMN como resultado segundo Saboia e Caillaux (2003) citado por Nascimento (2006), de um conjunto de fatores entre os quais pode-se destacar: o aumento da esperança de vida, principalmente para as mulheres; o crescimento das separações conjugais; e o intenso processo de urbanização, que proporciona alternativas mais propícias a este tipo de família.

#### **7.4.4. Tipologia das Uniões**

Em princípio se faz necessário uma breve alusão a nupcialidade dado que ela se transformou em uma das componentes demográficas de maior importância na atualidade, pela sua associação direta com os padrões de formação e dissolução de famílias. Nesse sentido esta parte do trabalho contextualiza o panorama da nupcialidade no Nordeste a partir de seis estados nupciais: solteira(o), casada(o), separada(o) judicialmente, divorciada(o) e viúva(o).

Possivelmente, a dinâmica dos estados da nupcialidade no Brasil, mais especificamente da região Nordeste, até os anos 60 do século passado, em geral, estava regida por normas e valores de uma sociedade ainda tradicional, onde a transição do estado de solteiro para casado era produto de arranjos familiares, ao passo que as uniões consensuais e o trânsito para o estado de divórcio quase não existiam, o re-casamento apenas era permitido em situação de viuvez.

Dados oficiais provenientes do IBGE, relativos à distribuição percentual da população nordestina de 15 anos e mais por sexo, segundo estado conjugal, mostram que a proporção de pessoas casadas foi diminuindo de forma considerável nas últimas quatro décadas, ao passo que, a proporção

de pessoas solteiras, divorciadas, viúvas e em união consensual foi aumentando. Exemplo desse fenômeno é o experimentado pelas uniões consensuais, que em 1980 registravam 8,5% dos homens e 7,8% das mulheres se encontravam nesse estado conjugal, vinte anos mais tarde em 2000, estes valores aumentam para 18,6% nos homens e 17,3% nas mulheres, apesar disso, ainda pode observar-se a grande preferência pelo casamento formal.

O motor dessas transformações se alude à mulher, e às exigências que a sociedade de hoje impõe via geração de novos valores e hábitos, veiculados pelos meios de comunicação de massa. Assim, as mulheres foram alcançando avanços importantes, não só na conquista de seus direitos de cidadã, mas também, na conquista de espaços na esfera pública, prova disso, é sua inserção cada vez crescente no mercado de trabalho e no sistema da educação formal, fatos que permitiram avançar na transformação da sociedade para que comportamentos antes não permitidos sejam agora aceitos pelo consenso social, como a união consensual, o divórcio e o re-casamento entre divorciados, os quais deram maior dinamismo a nupcialidade.

Nesse sentido Rader (1967), citado por Davis e Blake (1956), a partir de uma visão demográfica, argumentam que a nupcialidade está fortemente associada com a reprodução, eles dizem que a idade de ingresso ao casamento era regulador do tamanho de família, isto é, quando as mulheres em grande proporção casavam a idades jovens presumia-se uma fecundidade elevada, já quando a proporção de casamento era menor em idades mais maduras a fecundidade tendia a ser menor. Na visão socioeconômica, as idéias sobre o tamanho da descendência foram mudando, segundo Notestein (1945) citado por Coale (1979) argumenta, é impossível ser preciso, quanto aos vários fatores causais que levaram ao novo ideal da família pequena. A vida urbana privou a família de muitas funções na produção, consumo, recreação e educação. Além disso, as mulheres obtiveram maior independência das obrigações domésticas e passaram a desempenhar novos papéis econômicos menos compatíveis com a procriação. Sobre múltiplas pressões, inclusive através de difusão dos novos padrões culturais de configuração familiar por meio da televisão, rádio e deslocamentos populacionais inter-regionais, idéias e crenças antigas começaram a enfraquecer-se, para dar lugar a uma nova idéia de família com número

reduzido de filhos e onde a dinâmica da nupcialidade tem desempenhado papel importante.

Conseqüentemente, segundo Srinivasan (1998) citado por FREIRE, ARAÚJO e AGUIRRE (2007), a dinâmica da nupcialidade vai estar atrelada às transformações de ordem social e econômico como conseqüência de uma intensa modernização da sociedade ocidental, fato que estaria levando, particularmente às mulheres a se inserir cada vez com maior intensidade no mercado de trabalho e aumentar seu nível de educação formal, dando lugar à formação de um novo paradigma, onde a fecundidade passa a ser prioridade de segunda ordem e as aspirações de realização pessoal são incorporadas como prioritárias. Argumentação que pode ser sustentada por Beltrão (1973) quando diz que as mudanças sociais ocorridas no matrimônio e na família de hoje seria o resultado do confronto entre dois tipos de família que refletem em seus traços característicos a família tradicional e a família moderna de hoje. (QUADRO 1).

## QUADRO 2: Singularidades da família tradicional vs. família moderna

<b>Família tradicional</b>	<b>Família moderna</b>
1. Extensa	1. Restringida
2. Numerosa	2. Reduzida
3. Patrimônio familiar	3. Renda de trabalho
4. Que dispensa luxos	4. Conforto
5. Predominância parental	5. Predominância conjugal
6. Longa duração, subordinação dos filhos.	6. Precoce emancipação dos filhos

Fonte: Beltrão, P.C. (1973).

Nesse sentido, dois aspectos são relevantes na dinâmica dos estados nupciais: i) o novo comportamento registrado, em particular, das mulheres que se reflete na priorização de suas aspirações individuais de ordem profissional e de cidadania, deixando a preocupação da reprodução a um segundo plano, fato que estaria contribuindo com a transição da família tradicional para a família de hoje (moderna); e ii) o diferencial da mortalidade adulta por sexo, destaca aos homens em idade adulta com taxas de mortalidade muito mais elevadas do que as mulheres, principalmente devido à causas externas, este fato seria responsável, por um lado, pelo aumento no número de viúvas, e pelo outro, deixando livre o caminho para o re-casamento. Todavia, Galloway (1988) citado por Moreira (2001) argumenta que o aumento da mortalidade adulta poderia ter um efeito contrário, ou seja, diminuir as expectativas de novas núpcias seja adiando os casamentos temporariamente, ou mesmo definitivamente. Contudo, estes dois aspectos, estariam sendo as singularidades responsáveis pela mudança da dinâmica dos estados conjugais e gerando novas estruturas familiares, assim, hoje não existe somente a família tradicional de pais e filhos, existem também as famílias compostas de mulheres sem marido com filhos, casais sem filhos e pessoas vivendo sozinhas.

A região nordeste do Brasil não ficou de fora destas transformações ocorrida no padrão do tamanho da família, de 7,5 filhos por mulher em 1970 caiu para 2,6 filhos por mulher no ano 2000. Esta transição vertiginosa experimentada pelo comportamento reprodutivo das mulheres nordestinas, certamente tem relação com o padrão de formação familiar na região e com a dinâmica dos estados da nupcialidade.

#### 7.4.4.1. Panorama da Tendência do Estado Nupcial do Nordeste

Uma aproximação preliminar à dinâmica da nupcialidade se expõe na Tabela III.6.4, onde se observa a distribuição percentual da população de 15 anos e mais por sexo, segundo o estado conjugal desde 1980 até 2000. Os resultados mostram que neste período, a população no estado de solteiros tem aumentado em ambos os sexos e a de casados tanto em homens como em mulheres tem ido diminuindo. Este fato pode ser explicado devido a mudanças na estrutura etária da população e no ingresso ao estado do matrimônio cada vez a idades mais maduras e também pelo aumento significativo das uniões consensuais.

**Tabela III.6.4 - Nordeste: Distribuição percentual da população de 15 a mais, por sexo segundo o estado conjugal**

Estado conjugal	1981		1991		2000	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Solteiros	37,0	32,4	37,3	31,0	39,7	35,8
Casados	49,9	46,1	45,3	41,7	37,6	35,0
União Consensual	8,5	7,8	12,5	11,5	18,6	17,3
Sep. Não judicial	1,3	3,7	2,1	5,7		
Divor/Sep. Judicial	0,1	0,2	0,4	0,9	1,1	2,3
Viúvos	1,8	7,8	1,6	7,7	1,4	6,4

Fonte: Censos Demográficos: 1980, 1991 e 2000, IBGE.

Na mesma Tabela pode se apreciar que às mudanças nas proporções do estado do divórcio e separação são mais marcantes nas mulheres (de 0,2% em 1980 passa a 2,8% em 2000), do que nos homens (que varia entre 0,1% e 2,0% no mesmo período). O estado da viuvez tem comportamento sem grandes oscilações no período considerado, seja nas mulheres, seja nos homens. Contudo, chama a atenção o grande diferencial no percentual do estado da viuvez segundo o sexo. Enquanto o percentual de mulheres no estado de viuvez gira em torno de 7%, os homens no estado de viuvez não atingiram 2% ao longo do período estudado. Uma hipótese que estaria explicando este diferencial, como se argumenta acima, pode ser

imputada à sobre-mortalidade masculina, principalmente devido às mortes por causas externas que afetam os homens adultos jovens. Desta forma, se além do homem ter uma probabilidade de morte maior do que a mulher, ele ainda em geral é o mais velho do casal, conseqüentemente a chance dele ser viúvo será tanto mais baixa quanto menor for a mortalidade feminina com relação à masculina. Embora tenha ocorrido estas mudanças na dinâmica nupcial, o casamento formal ainda continua sendo a forma de união que tanto homens como mulheres privilegiam.

#### 7.4.4.2. Tipos de União na Região Metropolitana de Natal

À luz das reflexões acima citadas é possível ingressar na análise dos tipos de uniões na região metropolitana de Natal. Assim a Tabela 4 apresenta os resultados da tipologia das uniões categorizadas como uniões estáveis e uniões instáveis.

<b>Tabela III.6.5 - Região Metropolitana de Natal 2000: Distribuição % dos tipos de uniões por municípios</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Tipo de Uniões</b>	
	Estáveis	Instáveis
Ceará-Mirim	43,77	26,10
Parnamirim	47,51	24,92
Extremoz	42,50	32,01
Macaíba	42,17	30,04
Monte Alegre	48,08	27,61
Natal	44,87	21,28
Nísia Floresta	39,20	32,44
São Gonçalo do Amarante	40,06	29,11
São José de Mipibu	42,65	30,04

Fonte: Elaborado com base Micro Dados do Censo Demográfico, 2000.

Os dados revelam em geral que o tipo de união estável em todos os municípios da RMNatal é predominante, as proporções variam desde um mínimo de 39,2% em Nísia Floresta até um máximo de 48,1% em Monte Alegre. Concomitantemente, com relação ao tipo de uniões instáveis aqui destacam aos municípios de São José de Mipibu, Macaíba, Extremoz, e Nísia Floresta cujas proporções se acham entre 30% e 32,4%, respectivamente. A



heterogeneidade destas proporções faz hipotetizar que nos próximos anos tendência de incremento nas uniões instáveis.

## **8.0. Estrutura Urbana, Condições Sócio-Habitacionais e Mercado Imobiliário**

Os dados da Tabela III.7.1 indicam a relação entre a Tipologia Sócio-espacial e as condições de moradia, de modo a caracterizar a propriedade do domicílio e a situação de aluguel na RMN. Estes dados são importantes para entender a estruturação do mercado imobiliário da RMN, assim como complementar as análises do Déficit Habitacional.

Em primeiro lugar é importante destacar a forte existência de domicílios próprios já pagos (64,2%) em toda a RMN assim como dos domicílios próprios ainda em pagamento (12,45%) que juntos perfazem um total de 76,65% dos domicílios da RMN. Considerando apenas os próprios já pagos, destacam-se os Tipos Popular Agrícola e Agrícola com quase 80% de seus domicílios nessa categoria; os Tipos Popular e Popular Operário apresentam respectivamente 66,79% e 69,46% de seus domicílios nessa categoria. *Tais números são menores quanto maior é a hierarquia sócio-espacial:* Tipo Médio Inferior com 57,49%, Médio com 48,74%, Médio Superior com 58,31% e Superior com 60,10% dos seus domicílios próprios já pagos.

Ao considerar os Domicílios Alugados há uma inversão no comportamento dos das Tipologias: nesse caso, *quanto maior está-se na hierarquia sócio-espacial maior é a presença de domicílios alugados.* Os Tipos Superior e Médio Superior apresentam respectivamente 19,84% e 23,54% de seus domicílios como alugados; o Tipo Médio (22,04%) e Médio Inferior (19,39%) em uma posição intermediárias, seguidos dos Tipos Popular Operário (18,10%) e Popular (14,53%). Entretanto, é nos Tipos Popular agrícola (7,13%) Agrícola (1,8%) que o mercado rentista de moradia é quase inexistente. Estes números só podem melhor revelar o comportamento do mercado imobiliário metropolitano, ao observarmos os dados da coluna dos domicílios Próprios ainda em pagamento: os Tipos com maiores percentuais de domicílios nesta categoria são os melhores colocados na hierarquia sócio-espacial, indicando

que ocorrerá um aumento no número de domicílios Próprios já quitados em curto e médio prazo.

No Tipo Médio, por exemplo, 23% dos domicílios próprios ainda não foram quitados. Se observarmos o Mapa de distribuição das Tipologias na RMN, veremos que três das quatro áreas com este Tipo predominante, são áreas de ocupação recente (10 a 15 anos), com forte presença do mercado imobiliário em lançamentos de pequenos conjuntos e condomínios fechados voltados para classe média e média alta; há, nessas áreas do Tipo Médio, uma característica do fenômeno de *conurbação* com municípios vizinhos, delineando uma extrapolação das atividades imobiliárias intra-metropolitanas, sendo uma área de atuação imobiliária de padrão médio (apartamentos de até quatro pavimentos e casas em lotes de até 250m<sup>2</sup>). Como hipótese, há uma tendência explícita de que nos próximos anos ocorra uma forte presença de domicílios próprios já pagos devido o encerramento das datas de financiamento (em média 12 anos) dessas habitações.

**Tabela III.7.1. Condições de Domicílio – RMN 2000**

Tipologia Socio-Espacial	Condição do domicílio												Total
	Próprio, já pago		Próprio, ainda pagando		Alugado		Cedido por empregador		Cedido de outra forma		Outra condição		
	abs.	%	abs.	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	
Superior	9673	60,1	2413	15	3193	19,84	291	1,81	483	3	41	0,25	16094
Médio Superior	10999	58,31	2291	12,15	4441	23,54	152	0,81	879	4,66	101	0,54	18863
Médio	15122	48,74	7134	23	6837	22,04	465	1,5	1258	4,06	207	0,67	31023
Médio Inferior	21025	57,94	6494	17,9	7037	19,39	163	0,45	1368	3,77	200	0,55	36287
Popular													
Operário	14634	69,46	1005	4,77	3814	18,1	515	2,44	969	4,6	132	0,63	21069
Popular	76344	66,79	14046	12,29	16607	14,53	1055	0,92	4914	4,3	1336	1,17	114302
Popular													
Agrícola	19559	77,37	708	2,8	1802	7,13	1550	6,13	1438	5,69	224	0,89	25281
Agrícola	8386	77,48	12	0,11	195	1,8	1330	12,29	831	7,68	70	0,65	10824
Total	175742	64,2	34103	12,46	43926	16,05	5521	2,02	12140	4,43	2311	0,84	273743

Fonte: Censo Demográfico 2000, Núcleo da RMN 2006

Por outro lado, não ocorre o mesmo com os tipos Agrícola e Popular Agrícola, com baixos percentuais de domicílios próprios ainda pagando o que indica uma fraca atuação do mercado imobiliário e do crédito habitacional. Os percentuais mais significativos dos tipos Popular Agrícola e Agrícola, além das categorias já analisadas, correspondem aos domicílios Cedidos por

Empregador e Cedidos de Outra Forma. Enquanto no Popular Operário apenas 2,44% dos domicílios foi Cedido pelo Empregador, no Agrícola e Popular Agrícola destacam-se com 12,29% e 6,13% respectivamente. Este fato relaciona-se com a forma de inserção de trabalho nas áreas rurais, fundamentada em uma produção de monocultura que emprega mão de obra migrante, assentada em pequenas vilas rurais (próximas das Usinas de açúcar, por exemplo). Nesse sentido, algumas análises preliminares sobre as condições de moradia na RMN apontam para as seguintes hipóteses:

1. O baixo poder de comprometimento da renda mensal, não permite a existência de um mercado de moradia rentista para os Tipos Populares;

2. Estes preferem investir, por um determinado tempo, boa parte de seus recursos mensais em adquirir terra barata na periferia da cidade, investir em material de construção e produzir sua moradia, sendo uma explicação para os altos números de domicílios próprios já pagos no Tipo Popular;

3. A Política Habitacional ocorrida no período de 1975 e 1986 (BNH) ofertou moradia na periferia de Natal, ocupada predominantemente pelo Tipo Popular;

4. Nas AEDs com predominância do Tipo Superior e Médio Superior, ocorre forte presença de profissionais como militares e de subsidiárias que, devido a temporalidade de sua permanência, preferem o aluguel à moradia permanente.

A partir dessas considerações, faz-se necessária a compreensão do Mercado Imobiliário na Região Metropolitana que ajudará na compreensão dos dados acima descritos. Os altos percentuais de Domicílios Próprios nas categorias populares da hierarquia sócio-ocupacional, são melhor explicitados ao serem observados os dados da configuração urbana de Natal e de sua periferia mais direta. A oferta de moradia para as áreas com predominância Popular deram-se nos últimos 30 anos de duas formas básicas: a) construção de aproximadamente 22 mil unidades habitacionais no período de 1975 a 1986 pela Política Nacional de Habitação – Cooperativas Habitacionais – principalmente na periferia norte de Natal (com 45% do número total de unidades em todo o município de Natal); b) pelos loteamentos irregulares e clandestinos que ocuparam áreas fragmentadas pelos conjuntos habitacionais

no período de 1980 e 2000. O primeiro tipo de oferta de moradia conformou grandes conjuntos habitacionais, cujos domicílios foram financiados inicialmente pelo BNH e mais recentemente pela Caixa Econômica Federal; o segundo tipo de oferta foi marcado pela compra do lote semi-urbanizado, autoconstrução de moradia, informalidade da construção. Nesse sentido, para as categorias populares as moradias se relacionam com um curto (mais intenso) período de produção estatal da moradia e por um período continuado de fragmentação do solo urbano por meio de pequenos loteadores e autoconstrução da moradia.

É, no entanto, que nos estratos superiores da hierarquia – Superior, Médio Superior – e Médio que a atuação do Mercado Imobiliário formal é mais intensa. Nas AEDs com Tipologia Superior – todas restritas a Natal – está localizado o chamado “eixo de preferência imobiliária” da Cidade do Natal: bairros tradicionais e bairros recentes, integrados por uma forte atuação do mercado imobiliário: Capim Macio, Candelária, Petrópolis-Tirol e Ponta Negra.

No período de 1998-2003, N. S. Bastos (2004, p.104-106) demonstra o registro de 19.131 transmissões imobiliárias formais em Natal (isto é, com pagamento do Imposto de Transmissão Inter-Vivos). Em relação ao período, 1998 apresentou 7,4% das transações; em 1999 esse volume passou para 17%, ficando estável nesse patamar até 2002, quando passa para 21%. Do total de transações imobiliárias (1998-2003) 85,39% são do tipo habitacional (43,07% apartamentos e 42,32% casas) o que indica forte concentração da Construção Civil na construção de moradias para faixas de renda média e média alta em Natal.

Os negócios cujo objeto da transmissão são apartamentos se situam na segunda posição do ranking de vendas no mercado de imóveis. Esses imóveis são responsáveis por aproximadamente a terça parte das transmissões ocorridas no período de estudo. Esse tipo de imóvel apresenta-se no mercado em um ritmo crescente, apesar da ocorrência de leve queda no volume de negócios, em 2001. (Bastos, 2004, p.112)

Os maiores níveis de Intensidade de Fluxos Imobiliários<sup>18</sup> dá-se às margens da avenidas Hermes da Fonseca e Salgado Filho, em um eixo centro-

---

<sup>18</sup> Intensidade: indicador que mede o consumo de bens imobiliários. Mede a quantidade de transações imobiliárias através do ITIV – Imposto de Transmissão Inter-vivos.

sul de Natal. Desde o tradicional e consolidado bairro de Tirol (terceira área ocupada por moradia em Natal, a partir de 1930, correspondendo as AEDs Petrópolis-Tirol), até Capim-Macio e Ponta Negra, bairros ocupados nos anos de 1980.

*Ocorre uma relação direta entre as AEDs com maior renda e posição na hierarquia sócio-espacial, e os altos preços imobiliários, onde se percebe que o eixo centro-sul condiciona os preços altos desde o bairro de Tirol e Petrópolis até Ponta Negra (de R\$ 600,00 m<sup>2</sup> a R\$ 1.200,00 m<sup>2</sup>). A partir do afastamento desse eixo imobiliário, os preços dos terrenos e imóveis caem em direção à periferia da cidade (de R\$ 50,00 m<sup>2</sup> a R\$ 140,00 m<sup>2</sup>). A verticalização se faz cada vez mais presente no eixo centro-sul em bairros como Candelária, Lagoa Nova e Ponta Negra. Nos anos de 1990, Costa (2000, p.214) registra um total de 67% de todas as construções verticais realizadas em Natal, sendo a grande maioria prédios residenciais.*

Dados do Censo 2000 registram que 81% de todos os apartamentos da RMN estão concentrados em Natal; destes, 76,43% corresponde a apenas cinco AEDS: Barro Vermelho (8,19%), Lagoa Nova-Nova Descoberta (20,14%), Pq. Das Dunas-Capim Macio (18,16%), Candelária (9,23%), e Petrópolis-Tirol (20,69%), sendo as três últimas AEDS com predominância do Tipo Superior na RMN e as duas primeiras com Tipo Médio e Médio Superior, respectivamente.

Em Parnamirim, a AED Parnamirim-Centro-BR 101 concentra sozinha 95,98% de todos os apartamentos produzidos no município de Parnamirim que tem 16,45% dos apartamentos da RMN. Nesse sentido, a produção imobiliária de apartamentos está concentrada em um eixo centro-sul de Natal e na área de *conurbação* com o município de Parnamirim, apresentando Tipos Superiores, Médio-Superiores e Médio, demonstrando uma clara relação entre os três primeiros grupos da hierarquia sócio-espacial e a produção imobiliária formal da RMN.

Antes de considerar as tipologias restantes, cabe uma nota sobre os dados de lançamentos imobiliários utilizados. A inexistência de dados secundários sobre a produção imobiliária fora do eixo Natal-Parnamirim, somado com pouca modernização das Prefeituras municipais da RMN, levou-se a busca de fontes alternativas de informações, baseadas em contato direto com imobiliárias e utilização de órgãos licenciadores estaduais. Estas

dificuldades na coleta de dados em arquivos públicos, também decorre do fato de que a expansão imobiliária, para os demais municípios da RMN, ser um fenômeno recente (aparentemente desde 2001).

Portanto, para a análise dos lançamentos imobiliários para os demais municípios da RMN serão utilizados dados do IDEMA e de análises exploratórias do Grupo de Estudos sobre Processos Urbanos Contemporâneos – GEPUC/UFRN.

Os dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente –IDEMA/RN, com a inscrição de projetos licenciados, para todo o estado do RN, do ano 2000 a julho de 2006<sup>19</sup>, revelam ao todo 108 empreendimentos – condomínios fechados, conjuntos residenciais, flats, etc.- revelam 63 empreendimentos localizados na RMN (aproximadamente 58,33% do total): 31 em Parnamirim (50%), Nísia Floresta (31%), Ceará-Mirim (4,76%) e Extremoz( 4,46%)<sup>20</sup>. Estes municípios apresentam em comum o fato de possuírem orla marítima o que ratifica as análises exploratórias de Silva e Ferreira (2005), sobre o papel do “Turismo Imobiliário” na produção imobiliária da RMN<sup>21</sup>; são, em sua maioria, condomínios fechados, resorts, flats, edifícios verticalizados, empreendidos por capital estrangeiro.

A área de implantação desses empreendimentos é preferencialmente a orla marítima, margeando os principais acessos viários; estes empreendimentos possuem pouca (ou nenhuma) integração com a sede municipal, sendo suas funções dependentes de Natal (Bancos, Hospitais, Educação, etc.).

Portanto, retomando a discussão sobre o quadro geral das condições de moradia e mercado imobiliário, podem-se apontar as seguintes hipóteses explicativas:

---

<sup>19</sup> Importante considerar que se trata de uma fonte de dados não completa, no sentido de que nem todos os empreendimentos localizados na Região Metropolitana estão obrigados a submeter seus projetos ao IDEMA. Entretanto, como a maioria dos empreendimentos ocorre em área de praia ou dunas (portanto exigindo licenças ambientais) acreditamos que a fonte IDEMA seja um focalizador para o processo de produção imobiliária da RMN.

<sup>20</sup> O restantes dos empreendimentos estão concentrados em Natal, mas não foram inseridos na análise devido ao fato de que o município de Natal licencia ambientalmente seus empreendimentos, não sendo necessário (na maioria das vezes) submeter ao IDEMA. O município de São José do Mipibú não aparece na listagem do IDEMA.

<sup>21</sup> O tema da produção imobiliária, articulada pela dinâmica turística, será explorado em profundidade pela sub-linha II do Instituto do Milênio (Sub-Linha II (4.2.1.) – Descrição, análise da dinâmica e evolução da organização social do território das metrópoles – 1980-2000 . Projeto – “Estudo comparativo sobre o Papel das atividades imobiliárias-turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas:, Salvador, Recife, Natal e Fortaleza.”

1. Os tipos superiores da hierarquia sócio-espacial (Superior e Superior Médio) concentram o maior número de empreendimentos imobiliários do tipo vertical (apartamentos), maiores valores de solo urbano e transmissão de imóveis da RMN;

2. Este fato relaciona-se com a concentração nas AEDs de Natal dos principais serviços como Bancos, Escolas, Rede Hospitalar, equipamentos de lazer, etc.

3. Esses empreendimentos imobiliários, nos últimos anos, apresentaram um comportamento de desconcentração, com os constantes lançamentos (principalmente condomínios fechados horizontais, mas também apartamentos) nas AEDs com Tipo Médio em Natal e Parnamirim;

4. Esta desconcentração deu-se como estratégia do mercado em procurar áreas com solo urbano mais barato, mas ainda mantendo uma relação de status social e proximidade imediata com as áreas de Tipo Superior;

5. Um terceiro “movimento” do mercado imobiliário da RMN é bastante recente e relaciona-se com os investimentos de Turismo: AEDs com tipos Popular, Popular Agrário, Agrícola e Popular Operário se tornam preferenciais para instalação de grandes condomínios fechados, resorts, campos de golf, edifícios verticais e hotéis. Este fator, como hipótese, não significa uma definitiva desconcentração do mercado imobiliário de Natal, mas sim a necessidade de contato direto com a orla marítima para a comercialização dos empreendimentos, voltados para um público estrangeiro de segunda residência.

6. A dinâmica imobiliária nos Tipos Superior e Médio Superior também pode ser compreendida pelos investimentos em infra-estrutura e legislação urbanística, ocorridos na década de 1990 e início dos anos de 2000. Também é sintomático a construção de grandes Shoppings Centers e Supermercados no eixo centro sul de Natal, substituindo fábricas, relocadas para outros municípios da RMN).

7. Nesse sentido, a estruturação urbana da RMN, relacionada com os lançamentos imobiliários, é atualmente marcada por três fenômenos principais: a) ratificação do comportamento concentrador de lançamentos em AEDs de Tipo Superior e Superior Médio; b) ao mesmo tempo de uma desconcentração em busca de novas áreas em Tipos Médios, com mediano valor do solo urbano; c) e a extensão da orla marítima da RMN ocupada por novos empreendimentos de grande porte (em área e unidades) e/ou equipamentos de lazer e hotelaria, dinamizados pelo capital turístico.

Em relação ao mercado imobiliário informal (irregular e clandestino), não há dados oficiais para toda a RMN. Entretanto, dados secundários (como

apontados por SILVA, 2003) indicam a forte presença dos loteamentos irregulares e autoprodução da moradia nas AEDs do Tipo Popular (áreas ocupadas nos últimos 25 anos de urbanização).



## 9.0. Referências Bibliográficas

ALTER, G. Family and the female life course. The women of Verviers, Belgium 1849–1880, University of Wisconsin Press, Madison, 1988.

AQUINO, Maria Cecília C. **Imigração na região metropolitana de Natal**. Trabalho final apresentado ao Curso de Especialização em Demografia, Departamento de Estatística, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

BASTOS, Nelma Sueli Marinho de. Território em Movimento: dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana do município do Natal (1998-2003). **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Natal: UFRN, PPGAU, 2004.

BELTRÃO P. **Ciência da População Análise e Teoria**. Nupcialidade, 1973, p.85-95.

CARLETON, O. R. **Aspectos metodológicos y sociológicos de la fecundidad humana**. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografía, 1970. Cap.5: Los determinantes de la fecundidad, p.119-207.

COSTA, Ademir Araújo da. A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN. **Tese** (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGG, 2000.

COALE, A. J. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, L., KATUMASA, K. (Eds.) **Fertility transition of East-Asian populations**. Honolulu: University Press of Haway, 1979. Cap.2, p.9-23.

CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE LA POBLACION Y EL DESARROLLO, 1994, El Cairo (Egipto). **Documento final de la conferencia**. México: Naciones Unidas, 1994. p.41-47 ( Proyecto de programa de acción de la Conferencia. A/CONF. 171/PC/5)

DAVIS, K.; Blake, J. **Fatores Sociologicos de la Fecundidad**. 1 ed. México: Gráfica Panamericana, 1956. 154 p

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S.M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 2. ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 11-15.

FREIRE, Flávio H. M. A., ARAÚJO, Kátia L. S., AGUIRRE, Moisés A. C. **Dinâmica da Nupcialidade**: casamento, divórcio, viuvez e re-casamento no Nordeste. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/FreireAraujoAguirre.pdf>> Acessado em 15 dez. 2007 às 18:25h.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP, 1999. 153 p. Coleção Pesquisa, n. 1.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**.

MEDEIROS, M. OSÓRIO, R. G. **Mudanças na Composição dos Arranjos Domiciliares no Brasil: 1978 a 1998**. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 17, n. 1/2, jan/dez 2000.

MINGOTI, Sueli A. **Análise de dados através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MOREIRA, M. R. Aspectos Teóricos dos Efeitos das Flutuações Econômicas sobre as Variáveis Demográficas. **Revista Univ. Rural**, Ser. Ciências Humanas, Vol.23(2): 161-168 julho./dez.2001, UFRRJ. HILL, K. and Palloni, A., Demographic responses to economic shocks: The case of Latin America. IUSSP, The Peopling of the Americas, Vera Cruz, México, v.3, 1992, p.411-438.

NASCIMENTO A.M. **População e família brasileira: ontem e hoje**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

NOTESTEIN, F. Population - the long view. In: SCHULTZ, T. W. (Ed.). **Food for the world**. Chicago: University of Chicago, 1945. p.36-57.

OLIVEIRA, O., SALLES, V. **Acerca del estudio de los grupos domésticos: un enfoque sociodemográfico**. In: OLIVEIRA, O., LEHALLEUR, M. P., SALLES, V. (Comps.) *Grupos domésticos y reproducción cotidiana*. Mexico: El Colegio de México, 1989. p.39-79.

PASTERNAK, Suzana. **Mudanças produtivas e estrutura socioespacial das metrópoles**. In: *Debate - a pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e métodos*. São Paulo: Revista Espaço e debates. Vol. 24, No. 54, p. 87-109, 2004.

RIBEIRO, L.C de Queiroz; LAGO, Luciana. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v.3, p.111-130, nov. 2000.

RIBEIRO, L.C de Queiroz. Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. Disponível em <[http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/Segregacao\\_residencial\\_e\\_politicas\\_publicas.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf)> Acessado em 05 dez. 2007 às 18:05h.

ROSSETTI, J. **Hacia un perfil de la familia actual en Latinoamerica y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 1991. 50 p. (Taller de Trabajo sobre Família, Desarrollo y Dinámica de Población en América Latina y el Caribe. Santiago, 27-29 noviembre 1991).

SABOIA, A.L.; CAILLAUX, E.L. **Comentários dos resultados de Famílias e Domicílios**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000: famílias e domicílios (resultados da amostra). Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003. p. 45-68.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Além das Fronteiras: os espaços de pobreza na periferia Norte de Natal. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Natal: UFRN, PPGAU, 2003.

TORRADO, S. **La familia como unidad de análisis en censos y encuestas de hogares: metodología actual y prospectiva en América Latina**. Buenos Aires: Ed. CEUR, 1983. p.199-257: La familia como unidad de análisis en censos de población y vivienda.

TRIGUEIRO, E. B. e GOMES, C. **Implicações gerais da expansão urbana de Natal na Cidade Alta**. Natal: UFRN, 2005, (inédito).

### 3. MUDANÇAS NA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL NO PERÍODO 1991-2000<sup>22</sup>

#### 1.0. Introdução

Este relatório de pesquisa trata das mudanças ocorridas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal no período de 1991 e 2000, observadas por sua estrutura sócio-ocupacional. Assim, convém iniciar por uma breve exposição sobre como o processo de crescimento vem se manifestando na economia urbana e metropolitana.

O crescimento econômico normalmente é acompanhado por mudanças na **estrutura produtiva**, compreendida *strictu sensu* como alterações na composição do produto gerado. Assim, ao longo do tempo, algumas atividades ganham importância em relação a outras devido ao aprofundamento do desenvolvimento econômico, alterações na organização da produção, introdução de inovações e de novos produtos, diversificando a produção pré-existente, entre outros motivos. No geral, o aprofundamento do desenvolvimento econômico, por exemplo, implica na redução da importância das atividades rurais na formação do produto e na geração da renda e resulta em modificações significativas na estrutura do mercado de trabalho e na estrutura das ocupações. O surgimento ou ampliação de uma atividade econômica geralmente induz o crescimento de atividades associadas a ela como, por exemplo, a expansão da fronteira agrícola e o beneficiamento e industrialização da produção, seu financiamento, assim por diante. A mudança na organização da produção, com a desverticalização da produção industrial, altera a composição da produção industrial; a terceirização aumenta a participação de atividades relacionadas no setor serviços e a economia vai se tornando cada vez mais “flexível”.

---

<sup>22</sup> Baseado no Relatório de Pesquisa: **Mudanças na estrutura sócio-ocupacional da Região Metropolitana de Natal no período 1991-2000**, do Projeto de Pesquisa: “Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática”, (Instituto Milênio-CNPq/UFRJ-IPPUR/UFRN-NAPP-RMNATAL) elaborado e redigido em setembro de 2007 por: **Coordenadora** : Prof. Dr.ª Maria do Livramento M. Clementino – PPGCS/UFRN; **Pesquisadores**: Prof. Dr. Flavio Henrique Miranda de Araújo Freire – Depto. Estatística/UFRN, Prof. Ms. Marconi Gomes da Silva – Depto. Economia/UFRN (Doutorando), Prof. William Eufrásio Nunes Pereira - Depto Economia/UFRN (Doutorando), Prof. Ms. Zoraide Souza Pessoa – Depto. Gestão Ambiental UERN; **Bolsistas**: Rosiana Clélia Barbosa de Andrade Cime – AT/CNPq/FAPERN- Estatística, Janaina Maria da Conceição Silveira – Apoio a Pesquisa – Geógrafa.

Neste relatório serão identificadas e analisadas as mudanças na estrutura socioocupacional da Região Metropolitana de Natal tendo por base os dados censitários do IBGE da população ocupada de 1991 e 2000. Faremos primeiro uma síntese das tendências recentes da socioeconomia e do mercado de trabalho da RMN com base em outros trabalhos, para em seguida apresentar os apontamentos e notas das primeiras leituras dos dados para identificação e análise das mudanças na estrutura sócio ocupacional (CAT's) da RMNatal entre 1991 e 2000. Quanto a identificação e análise das mudanças e permanências na estrutura socioespacial do mesmo período, a não disponibilização dos dados microdados espacializados para 1991 nos impossibilitou da realização dessa importante parte do trabalho.

## **2.0. Socioeconomia da Região Metropolitana de Natal: tendências econômicas recentes**

**Dinamismo econômico.** Nos anos recentes a economia da Região Metropolitana de Natal vem registrando intenso dinamismo (notadamente a partir de 2000), baseado na expansão ocorrida nos anos de 1980 e 1990 de alguns segmentos produtivos de grande influência na sua estrutura produtiva. Entre eles cabe destaque para as atividades de turismo e lazer, para o comércio (varejo moderno e comércio exterior), para os serviços de educação e saúde, para a indústria de construção civil e atividades imobiliárias, além das atividades industriais de produção de alimentos e bebidas e da têxtil e confecções.

As atividades anteriormente assinaladas: (i) turismo e lazer, (ii) construção civil e atividades imobiliárias, (hoje fortemente integradas ao turismo), (iii) o comércio, em especial o vinculado ao varejo moderno e às exportações, (iv) além das atividades industriais produtoras de alimentos e bebidas e de produtos têxteis e confecções vem modificando o perfil sócio ocupacional da RM.

Este maior crescimento da economia metropolitana, pode ser atribuído em parte influenciado pela flexibilização da política monetária e fiscal do País, pelas condições favoráveis do comércio mundial e pela atenuação dos

estrangulamentos na infra-estrutura econômica da capital. No que se refere à economia estadual, além dos estímulos provenientes dos segmentos produtivos localizados na Região Metropolitana de Natal, é importante considerar o fortalecimento da sua economia desde os anos de 1970 e 1980. A economia e a urbanização recente do Rio Grande do Norte, fortemente concentrada em Natal, surpreendentemente apresentaram elevadas taxas de crescimento do PIB durante a crise dos anos oitenta e noventa, bem acima daquelas conseguidas pelo Brasil e pelo Nordeste. Essa dinâmica econômica recente não contribuiu, entretanto, para melhoria da esgarçada rede urbana do RN e, muito ao contrário, reforçou uma urbanização fortemente concentrada e polarizada em Natal e seu entorno.

**Modesta descentralização espacial.** Até 2000, não havia indícios, na economia estadual de reversão dessa espécie de “macrocefalia urbana”. Atualmente observa-se os indícios de um duplo movimento (ainda muito lento) de descentralização espacial de interesse para os estudos da Região Metropolitana de Natal. De um lado, uma menor participação da economia metropolitana no contexto da economia estadual, tendo em vista o maior dinamismo ocorrido nas áreas interioranas, nas quais o impacto da exploração do petróleo e as repercussões da moderna agricultura irrigada tiveram influência marcante nesse processo nos anos de 1980 e 1990. A Região Metropolitana tinha, em 1999, uma participação no valor adicionado do Estado de 49,3% passando, em 2003, para 46,5%. De outro lado, as informações relativas à referida variável mostram uma pequena redução do Município de Natal, relativamente ao total da Região Metropolitana. No que se refere ao valor adicionado deve-se registrar que Natal de uma participação de 70% no total da Região Metropolitana em 1999 chega a 68,7% em 2003.

Dada a grande concentração de investimentos previstos para a Região Metropolitana de Natal e o próprio dinamismo de importantes segmentos produtivos já assinalados, é de se esperar que seja revertida essa tendência de descentralização da economia estadual. Não obstante, no que se refere ao Município de Natal, os investimentos previstos e em realização nos demais municípios metropolitanos, apontam na direção da continuidade do processo de descentralização espacial da economia, favorecendo os demais municípios,

mas, não necessariamente com a redução da importância econômica da capital no contexto metropolitano.

Entre outras palavras, a tendência espacial futura, comporta uma maior concentração na metrópole, revertendo a evolução ocorrida recentemente, e, no interior da economia metropolitana, uma menor concentração espacial dessa economia em Natal.

**Articulação entre atividades imobiliária e o turismo.** Uma tendência muito clara, constatada nos últimos anos, diz respeito não somente ao crescimento da construção civil (expansão do emprego formal de 5,2% entre 2000 e 2005) e da atividade imobiliária (expansão do emprego formal de 11,2%), mas à articulação crescente dessas atividades com o desenvolvimento do turismo, cuja atividade de alojamento e alimentação também registrou crescimento significativo do emprego formal (8,2% entre 2000 e 2005). Essa integração ocorre com a presença importante dos investimentos estrangeiros que vêm constituindo os grandes financiadores das atividades imobiliárias na Região Metropolitana de Natal e nos municípios litorâneos fora dos limites da metrópole.

**Comando das atividades terciárias na organização da metrópole** – essa marca que é nítida no município de Natal (pólo de administração pública, pólo de prestação de serviços e pólo turístico).

**Dinamismo do turismo e aumento da importância crescente do turismo internacional** depois de 1995 e, mais acentuadamente, depois de 2004. As informações disponíveis sobre a evolução do turismo mostram uma expansão significativa dessa atividade, não somente em relação ao turista nacional como o turista de origem estrangeira. A expansão da infra-estrutura de hospedagem e dos serviços correlatos reforça esta assertiva.

**Crescimento do setor industrial, em particular da indústria de construção civil e de segmentos relevantes da indústria de transformação.** Associado ao processo de urbanização da Região Metropolitana e, mais recentemente, ao desenvolvimento do turismo e lazer,

inclusive o internacional, as atividades da indústria da construção civil registra uma tendência de intenso crescimento. O emprego formal, entre 2000 e 2005, da indústria de construção registrou uma expansão de 6,3% ao ano enquanto as atividades imobiliárias e de aluguéis apresentaram uma expansão de 11,2% ao ano. Alguns segmentos da indústria de transformação apresentam, também, uma tendência ao crescimento, como é o caso do conjunto de atividades constituídas pela indústria têxtil e de confecções, cujo emprego formal nos referidos anos expandiu-se a uma taxa anual de 8,9% no caso da indústria têxtil e 16,6% no que diz respeito à indústria de confecções.

### **3.0. Mercado de Trabalho Segundo os Setores Produtivos**

Um traço marcante do tecido econômico da Região Metropolitana de Natal reside na presença – no interior da economia e disseminados em, praticamente, todos os segmentos produtivos – de dois subconjuntos muito diferenciados de atividades, seja da perspectiva dos processos produtivos, seja das relações de trabalho: o subconjunto (ou setor) formal e o subconjunto ou (setor) informal. No primeiro prevalecem relações de trabalho institucionalizadas, caracterizadas por cobertura no que se refere à legislação do trabalho e previdenciária, e no segundo pela ausência de cobertura trabalhista e previdenciária nas relações de trabalho, como pela predominância de atividades que adotam processos produtivos de reduzido nível de produtividade na elaboração de bens e serviços. Não se trata de duas economias separadas com circuitos produtivos distintos, mas de atividades diferenciadas pelas características antes apresentadas e que estão presentes, na maioria dos casos, no interior das mesmas cadeias e arranjos produtivos. Isto é patente na cadeia produtiva de turismo e lazer, na do comércio varejista, na construção civil, na indústria de transformação, entre outras.

O que se pode assinalar a respeito do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal? As informações referem-se, ao **emprego** total (formal e informal), ao ano de 2000. Naquela data, a economia metropolitana **ocupava** cerca de 388,6 mil pessoas, em sua maior parte nas atividades terciárias (comércio e serviços) que alcançava 73,8% do total dos ocupados. Em



segundo lugar aparece como maior absorvedor de mão de obra o conjunto de atividades industriais, constituído pela indústria extrativa mineral, indústria de transformação, pela construção civil e pelos serviços industriais de utilidade pública, com cerca de 19,7% do total.

Não obstante os avanços ocorridos na economia norte-rio-grandense e na RMNatal, os dados mostram que as atividades produtivas metropolitanas deixaram fora do mercado de trabalho aproximadamente de 86 mil pessoas, o que equivalia, na época, a 18,1% do total da população economicamente ativa (PEA), o que representa uma taxa de desocupação significativa (Ver **Tabela 1**).

**Tabela 1: Região Metropolitana de Natal - 2000**

**Mercado de Trabalho**

Variáveis	Pessoas	(%)
População Economicamente Ativa (PEA)	474.541	
População Ocupada (POC)	388.556	100,0
Agropecuária	22.212	5,7
Indústria	76.374	19,7
Serviços	286.769	73,8
Atividades mal definidas	3.201	0,8
Pessoas Desocupadas (PEA-POC)	85.985	
Taxas de Desocupação (Desocup/PEA)		18,1

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censo de 2000

Como era de se esperar, parcela importante das pessoas que estão no mercado de trabalho na Região Metropolitana reside no município de Natal. Em 2000 estavam concentradas em Natal cerca de 68% do total dessa população, 18,4% na agropecuária, 61,5% na indústria e cerca de 72,6% dos que trabalhavam nos serviços (comércio e serviços propriamente ditos).

**Informalidade do mercado de Trabalho.** Observa-se uma presença marcante da informalidade entre 1991 e 2000, apesar da tendência recente de ampliação do emprego no setor formal. As últimas informações censitárias mostram que a RMN registrou no início da presente década um percentual de mais de 40% da população ocupada em condição de informalidade e que na comparação entre 1991 (40,6%) e 2000 (42,9%) verificou-se uma tendência de aumento da percentual de pessoas nessa situação no mercado de trabalho. Não obstante esse fato, os dados referentes ao setor formal a partir de 2000 mostram um crescimento significativo do emprego formal metropolitano que sugere uma reversão da tendência que vinha sendo apontada anteriormente. De fato, entre 2000 e 2005, o emprego formal estimado pela RAIS registrou uma expansão de 6,2% ao ano, com destaque para os serviços formais que apresentaram uma expansão anual de 6,8% e para as atividades formais agropecuárias com aproximadamente 8,7% ao ano. Para estabelecer uma comparação é importante ressaltar que o emprego total (formal e informal) metropolitano, estimado com base nos dados dos censos demográficos, expandiu-se, entre 1991 e 2000, a uma taxa de apenas 2,8%.

Outro aspecto importante que as informações sobre o mercado de trabalho mostram para a Região Metropolitana de Natal é o grande percentual de pessoas que, embora exerçam alguma atividade produtiva, trabalham sem cobertura da legislação trabalhista ou previdenciária, isto é, informalmente. Para que se tenha uma idéia do nível de informalidade das relações de trabalho na metrópole são apresentadas, a seguir, informações sobre a distribuição das atividades informais segundo os setores produtivos. Na **Tabela 2** é apresentada a distribuição da informalidade das pessoas ocupadas, segundo os setores e segmentos produtivos.

**Tabela 2: Região Metropolitana: Pessoas Ocupadas Informalmente – 2000**

Setores Produtivos	Absolutos	Relativos (%)	Grau de informalidade
Total	<b>166.763</b>	<b>100,0</b>	<b>42,9</b>
Agropecuária	17.914	10,7	80,7
Indústria	32.251	19,3	42,2
Extrativa	665	0,4	38,7
Transformação	14.676	8,8	33,2
Serv. Ind.			
Utilidade Pública	348	0,2	17,7
Construção Civil	16.562	9,9	58,0
Terciário	115.226	69,1	40,2
Comércio e reparação	41.746	25,0	53,0
Serviços	73.480	44,1	48,8

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Observação: O grau de informalidade mede a relação entre a população ocupada informal e a total, em percentuais.

Das 388,6 mil pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Natal em 2000, cerca de 166,8 mil, ou seja, 42,9% do total, exerciam atividades produtivas informalmente. Desse total de pessoas ocupadas informalmente, aproximadamente, 69,1% estavam concentrados nas atividades terciárias, constituídas por comércio e serviços, que alcançava, em termos absolutos, cerca de 115,2 mil pessoas. O comércio, de uma parte e os serviços, sobretudo as pessoas e os constituídos por serviços domésticos, de outra parte, abrigavam a parte da relevante da informalidade na metrópole norte-rio-grandense. Nas atividades industriais, vale o destaque para a informalidade captada na indústria de transformação e na construção civil, juntas, registravam, em termos absolutos, em 2000, cerca de 31,2 mil pessoas, ou 18,7%.

Observando os setores e segmentos produtivos da perspectiva do grau de informalidade – e na da sua participação no total do informal – o que se percebe, como era de se esperar, que a informalidade mais intensa ocorre nas atividades agropecuárias. De fato, de cada 10 pessoas ocupadas nessas atividades, cerca de 8 possui relações informais. Em segundo lugar, em termos de grau de informalidade se destacam, na Região Metropolitana, as atividades da indústria de construção civil. Cerca de 58% dos ocupados na construção não possuíam cobertura trabalhista nem previdenciária. Parcela importante dos que trabalhavam no comércio e reparação (53%) tinham relações informações de trabalho.

Se, do ponto de vista do número absoluto de pessoas ocupadas informalmente, a maior parcela estava concentradas nas atividades terciárias, da perspectiva do nível de informalidade (% da ocupação informal em relação ao total de emprego), a maior intensidade ou grau desse tipo de relação de trabalho era encontrada na agropecuária, na construção civil e, no interior do terciário, nas atividades comerciais.

O que os dados sugerem é que os avanços ocorridos e a consolidação de importantes cadeias ou arranjos produtivos não foram, até 2000, suficientes para absorver parcela importante da força de trabalho metropolitano e para formalizar, substancialmente, as relações de trabalho da população ocupada.

Relativamente ao **comércio** é importante ressaltar que do total de 68,8 mil empregos formais, em 2005, cerca de 48,1 mil estavam localizados na Região Metropolitana. Concentrando a atenção no *varejo moderno*, o que se destaca é que 91% dos empregos formais nos hipermercados, 70,8% nos supermercados, 77,7% nas lojas de conveniência e 86,3% nas lojas especializadas estavam centralizadas na metrópole norte-rio-grandense. Vale lembrar ainda que no que se refere à dinâmica do *comércio exportador* potiguar, a maior parte das firmas exportadoras estão na Região Metropolitana: em 2004 cerca de 71% das exportações foram realizadas por empresas metropolitanas.

#### **4.0. Considerações Preliminares Sobre a Estrutura Sócio-Ocupacional da Região Metropolitana e sua Transformação na Década de Noventa**

Inicialmente, destaca-se que durante a década de noventa, a população ocupada – contingente constitutivo categorias sócio-ocupacionais – da Região Metropolitana de Natal apresentou crescimento superior ao verificado no Rio Grande do Norte. Desse modo, a principal aglomeração urbana potiguar não apenas manteve, mas ampliou a concentração de pessoas envolvidas diretamente com o mercado de trabalho em âmbito estadual. Embora se tenha tomado esta informação de caráter geral como ponto de partida, é necessário esclarecer que a exposição que segue apresentará as ocupações principalmente segundo a perspectiva das tipologias (ou grandes conjuntos hierárquicos da estrutura) sócio-ocupacionais e, secundariamente, segundo as suas partes constitutivas – as categorias sócio-ocupacionais (CAT's). A idéia é que se constitui um dado a concentração sócio-ocupacional na Região Metropolitana de Natal, é importante focar a estrutura e o movimento sócio-ocupacional ocorrido no interior desta aglomeração urbana ao longo a década de noventa.

Destaca-se a princípio a estrutura sócio-ocupacional existente na Região Metropolitana de Natal no início da década de noventa. Dentre as oito tipologias socioocupacionais, foi a das *Ocupações médias* a que apresentou a maior participação no conjunto das ocupações – aproximadamente 26% de um total composto por 290.343 pessoas. Do total das *ocupações médias*, 75.669 pessoas, a ampla maioria encontrava-se no pólo metropolitano, em decorrência deste ser concentrador das categorias sócio ocupacionais envolvidas com ocupações de escritórios, atividades técnicas, saúde e educação, segurança pública, justiça e correios, dentre outras. Vale ressaltar que a nomenclatura das *ocupações médias* é aglutinadora de parcela importante de ocupações pertencentes ao setor público, ente com presença marcante na Região Metropolitana de Natal (Tabela 3).

**Tabela 3: Distribuição das categorias socio-ocupacionais da Região Metropolitana de Natal - 1991**

TIPO	CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS 1991	REGIÃO METROPOLITANA		NÚCLEO METROPOLITANO		RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA	
		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
	<b>Dirigentes</b>	<b>2607</b>	<b>0,90</b>	<b>2315</b>	<b>1,09</b>	<b>292</b>	<b>0,38</b>
C21	Grandes Empregadores	2023	0,70	1835	0,86	188	0,24
C22	Dirigentes do Setor Público	352	0,12	248	0,12	104	0,13
C23	Dirigentes do Setor Privado	232	0,08	232	0,11	0	0,00
	<b>Intelectuais</b>	<b>17730</b>	<b>6,11</b>	<b>16111</b>	<b>7,57</b>	<b>1619</b>	<b>2,09</b>
C41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	1162	0,40	1016	0,48	146	0,19
C42	Profissionais Empregados de Nível Superior	1637	0,56	1599	0,75	38	0,05
C43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	8003	2,76	7463	3,51	540	0,70
C44	Professores de Nível Superior	6928	2,39	6033	2,84	895	1,15
	<b>Pequenos Empregadores</b>	<b>6404</b>	<b>2,21</b>	<b>5554</b>	<b>2,61</b>	<b>850</b>	<b>1,10</b>
C31	Pequenos Empregadores	6404	2,21	5554	2,61	850	1,10
	<b>Ocupações Médias</b>	<b>75669</b>	<b>26,06</b>	<b>62631</b>	<b>29,44</b>	<b>13038</b>	<b>16,80</b>
C51	Ocupações de Escritório	29766	10,25	26015	12,23	3751	4,83
C52	Ocupações de Supervisão	10244	3,53	8421	3,96	1823	2,35
C53	Ocupações Técnicas	11156	3,84	9574	4,50	1582	2,04
C54	Ocupações Médias da Saúde e Educação	13196	4,54	9749	4,58	3447	4,44
C55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	8877	3,06	6836	3,21	2041	2,63
C32	Ocupações Artísticas e Similares	2430	0,84	2036	0,96	394	0,51
	<b>Trabalhadores do Terciário Especializado</b>	<b>48970</b>	<b>16,87</b>	<b>39047</b>	<b>18,35</b>	<b>9923</b>	<b>12,79</b>
C61	Trabalhadores do Comércio	29088	10,02	22989	10,81	6099	7,86
C62	Prestadores de Serviços Especializados	19882	6,85	16058	7,55	3824	4,93
	<b>Trabalhadores do Secundário</b>	<b>65885</b>	<b>22,69</b>	<b>44356</b>	<b>20,85</b>	<b>21529</b>	<b>27,74</b>
C71	Trabalhadores da Indústria Moderna	11329	3,90	8548	4,02	2781	3,58
C72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	26863	9,25	18148	8,53	8715	11,23
C73	Operários dos Serviços Auxiliares	7320	2,52	5342	2,51	1978	2,55
C74	Operários da Construção Civil	20373	7,02	12318	5,79	8055	10,38
	<b>Trabalhadores do Terciário Não Especializado</b>	<b>53496</b>	<b>18,43</b>	<b>40087</b>	<b>18,84</b>	<b>13409</b>	<b>17,28</b>
C63	Prestadores de Serviços Não Especializados	17400	5,99	12205	5,74	5195	6,69
C81	Trabalhadores Domésticos	25817	8,89	19985	9,39	5832	7,52
C82	Ambulantes e Biscateiros	10279	3,54	7897	3,71	2382	3,07
	<b>Agricultores</b>	<b>19582</b>	<b>6,74</b>	<b>2641</b>	<b>1,24</b>	<b>16941</b>	<b>21,83</b>
C10	Agricultores	19582	6,74	2641	1,24	16941	21,83
	<b>TOTAL</b>	<b>290343</b>	<b>100,00</b>	<b>212742</b>	<b>100,00</b>	<b>77601</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 elaborado pelo RMNatal, 2007.

A tipologia sócio-ocupacional com a segunda maior participação nas ocupações na Região Metropolitana foi a dos *Trabalhadores do secundário*, com aproximadamente 23% do total de pessoas. Desse total, as categorias com os maiores pesos para o conjunto foram as dos trabalhadores vinculados à indústria tradicional e os operários da construção civil. A tipologia em pauta é uma das duas em que a periferia metropolitana superou o total residente no núcleo metropolitano. Tal situação é decorrente fato dos distritos industriais e de parte expressiva das unidades do setor da construção civil encontrarem-se sediados em municípios próximos ao pólo metropolitano.

Os *trabalhadores do terciário não especializado*, também identificados como “trabalhadores da sobrevivência” representaram o efetivo com a terceira maior parcela das ocupações metropolitanas – aproximadamente 18%. As categorias integrantes desta tipologia são os prestadores de serviços não especializados, os trabalhadores domésticos e biscateiros e ambulantes também conhecidos popularmente como “faz tudo” ou “pau para toda obra”. Mais de 2/3 do contingente dos integrantes do *terciário não especializado* concentraram-se no núcleo metropolitano em 1991.

Os *agricultores* aglutinaram um quantitativo de pessoas que perfizeram aproximadamente 7% das pessoas ocupadas da Região Metropolitana. Deve ser destacado que se trata de um agrupamento eminentemente extra-metropolitano, pois cerca de 87% dos seus integrantes eram residentes em municípios da periferia metropolitana.

A tipologia dos *intelectuais*, profissionais detentores de cursos de nível superior, representou parcela pouco superior a 6% das ocupações da Região Metropolitana. Integram esta tipologia os profissionais autônomos, empregados, estatutários e professores de nível superior. Este é um contingente em que o pólo metropolitano deteve a maior parcela dentre todas as tipologias – uma proporção superior a 90% do total de ocupados do agrupamento. Expressa também uma vinculação entre as atividades intelectuais e presença do Estado na Região Metropolitana, haja vista a expressiva parcela dos estatutários e dos professores de nível superior que compõem a tipologia – nesse caso, certamente uma parcela encontrava-se ocupada em empreendimentos privados.

A penúltima participação na ocupação da Região Metropolitana foi detida pelo contingente dos *Pequenos empregadores*. O contingente dos integrantes desta tipologia sócio-ocupacional representou mais de 2% do total dos ocupados da Região

Metropolitana e se encontravam em ampla maioria – 87% – residindo no núcleo metropolitano.

Por fim, destaca-se a tipologia dos *Dirigentes*. É importante por em evidência que este agrupamento representou parcela inferior a 1% do total das pessoas ocupadas na Região Metropolitana, sendo que uma parcela de aproximadamente 89% do agrupamento residia no núcleo metropolitano.

A estrutura acima descrita passou por mudanças significativas ao longo da década de noventa. Em primeiro lugar, deve ser destacado que o quantitativo de pessoas ocupadas em 1991 passou de 290.343 para 376.018 pessoas em 2000, implicando em um incremento de aproximadamente 30% ao longo de um período de quase uma década. Entretanto, enquanto a periferia metropolitana cresceu aproximadamente 55%, o núcleo metropolitano cresceu apenas em torno de 20% no mesmo período. O resultado foi que embora tenha ocorrido elevação da concentração do conjunto das pessoas ocupadas na Região Metropolitana comparativamente ao Rio Grande do Norte, internamente a esta ocorreu um processo de desconcentração no sentido centro-periferia.

Como elo de ligação entre a estrutura devem ser destacados os incrementos dos contingentes integrantes das categorias e das tipologias sócio-ocupacionais. A princípio deve ser ressaltado que apenas na tipologia *Agricultores*, o núcleo apresentou incremento no período superior ao restante da Região Metropolitana. Enquanto aquele apresentou incremento de 6,1%, no caso deste ocorreu decréscimo de 13,3% no período. Nos demais casos, a taxa de incremento dos efetivos das diversas tipologias foi superior na periferia comparativamente ao núcleo metropolitano.

A tipologia dos *Dirigentes* foi a que apresentou o maior incremento no período: aproximadamente 75%, sendo em torno de 60% no núcleo e de 191% na periferia. Trata-se do menor contingente de pessoas, logo este crescimento mais elevado relaciona-se a uma base de pequena magnitude. De qualquer modo, vale destacar que os dirigentes do setor privado tiveram o seu contingente elevado em 413% no período na Região Metropolitana.

Os *Trabalhadores do terciário especializado* tiveram o seu quantitativo acrescido em 55%, sendo de aproximadamente 39% e 120%, respectivamente, no pólo e no restante da Região Metropolitana. Vale destacar que enquanto a quantidade dos trabalhadores do comércio foi acrescida em 27%, a dos prestadores de serviços especializados foi em 96%. Em ambas as categorias sócio-ocupacionais houve grande distância entre os acréscimos no pólo e no restante da Região Metropolitana.



O agrupamento dos *Intelectuais* teve um incremento de 50% na Região Metropolitana, 37% no núcleo e 178% no restante da Região Metropolitana. Destaca-se que a categoria dos profissionais estatutários de nível superior apresentou decréscimo no núcleo e no conjunto da Região Metropolitana, enquanto os empregados de nível superior experimentaram o maior crescimento dentre todas as categorias sócio-ocupacionais. Os *Pequenos empregadores* tiveram acréscimo de 45% na Região Metropolitana, 40% no núcleo e 183% na periferia.

Desconsiderando-se os *Agricultores*, já mencionados, foram as tipologias com as maiores participações relativas na composição do total de ocupados que experimentaram as mais baixas taxas de crescimento no período, tendo estas oscilado de 21% a 26%. Foram os casos dos *Trabalhadores do Terciário não especializado*, dos *Trabalhadores do secundário* e dos que exerceram as *Ocupações médias*.

O resultado foi uma nova estrutura sócio-ocupacional em 2000, conforme apresenta-se a seguir. Sinteticamente destacam-se as tipologias sócio-ocupacionais que mantiveram, em 2000, as mesmas posições apresentadas em 1991. Nessa condição deve ser destacado que: as *Ocupações médias* continuaram com a maior posição, embora com participação um pouco menor; os *Trabalhadores do secundário* continuaram com a segunda posição, sendo que em situação semelhante à tipologia anterior; Os *Pequenos* e os *Grandes empregadores* mantiveram a sétima e a oitava posições, mas com crescimentos consideráveis de participação comparativamente a 1991. Seguem-se os casos de mudanças de posições: O agrupamento dos *Trabalhadores do terciário não especializado* passou da terceira para a quarta participação e o dos *Agricultores* da quinta para a sexta; já o contingente dos *Intelectuais* passou da sexta para a quinta posição, enquanto o dos *Trabalhadores do terciário especializado* passou da quarta para a quinta posição.

Tabela 4: Distribuição das categorias socio-ocupacionais da Região Metropolitana de Natal - 2000

TIPO	CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS 2000	REGIÃO METROPOLITANA		NÚCLEO METROPOLITANO		RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA	
		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
	<b>Dirigentes</b>	<b>4557</b>	<b>1,21</b>	<b>3708</b>	<b>1,45</b>	<b>849</b>	<b>0,71</b>
C21	Grandes Empregadores	2028	0,54	1830	0,71	198	0,17
C22	Dirigentes do Setor Público	1339	0,36	1123	0,44	216	0,18
C23	Dirigentes do Setor Privado	1190	0,32	755	0,29	435	0,36
	<b>Intelectuais</b>	<b>26609</b>	<b>7,08</b>	<b>22117</b>	<b>8,64</b>	<b>4492</b>	<b>3,75</b>
C41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	4653	1,24	3890	1,52	763	0,64
C42	Profissionais Empregados de Nível Superior	9604	2,55	8083	3,16	1521	1,27
C43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	4215	1,12	3558	1,39	657	0,55
C44	Professores de Nível Superior	8137	2,16	6586	2,57	1551	1,29
	<b>Pequenos Empregadores</b>	<b>9306</b>	<b>2,47</b>	<b>7754</b>	<b>3,03</b>	<b>1552</b>	<b>1,29</b>
C31	Pequenos Empregadores	9306	2,47	7754	3,03	1552	1,29
	<b>Ocupações Médias</b>	<b>95477</b>	<b>25,39</b>	<b>71328</b>	<b>27,85</b>	<b>24149</b>	<b>20,13</b>
C51	Ocupações de Escritório	31740	8,44	25134	9,82	6606	5,51
C52	Ocupações de Supervisão	13842	3,68	9967	3,89	3875	3,23
C53	Ocupações Técnicas	17017	4,53	13179	5,15	3838	3,20
C54	Ocupações Médias da Saúde e Educação	19288	5,13	12794	5,00	6494	5,41
C55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	9615	2,56	7286	2,85	2329	1,94
C32	Ocupações Artísticas e Similares	3975	1,06	2968	1,16	1007	0,84
	<b>Trabalhadores do Terciário Especializado</b>	<b>76087</b>	<b>20,23</b>	<b>54250</b>	<b>21,19</b>	<b>21837</b>	<b>18,21</b>
C61	Trabalhadores do Comércio	37050	9,85	26505	10,35	10545	8,79
C62	Prestadores de Serviços Especializados	39037	10,38	27745	10,83	11292	9,41
	<b>Trabalhadores do Secundário</b>	<b>81584</b>	<b>21,70</b>	<b>50467</b>	<b>19,71</b>	<b>31117</b>	<b>25,94</b>
C71	Trabalhadores da Indústria Moderna	14240	3,79	8868	3,46	5372	4,48
C72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	21429	5,70	13056	5,10	8373	6,98
C73	Operários dos Serviços Auxiliares	19739	5,25	13126	5,13	6613	5,51
C74	Operários da Construção Civil	26176	6,96	15417	6,02	10759	8,97
	<b>Trabalhadores do Terciário Não Especializado</b>	<b>64917</b>	<b>17,26</b>	<b>43652</b>	<b>17,05</b>	<b>21265</b>	<b>17,73</b>
C63	Prestadores de Serviços Não Especializados	17369	4,62	11999	4,69	5370	4,48
C81	Trabalhadores Domésticos	30172	8,02	19477	7,61	10695	8,92
C82	Ambulantes e Biscateiros	17376	4,62	12176	4,75	5200	4,34
	<b>Agricultores</b>	<b>17481</b>	<b>4,65</b>	<b>2801</b>	<b>1,09</b>	<b>14680</b>	<b>12,24</b>
C10	Agricultores	17481	4,65	2801	1,09	14680	12,24
	<b>TOTAL</b>	<b>376018</b>	<b>100,00</b>	<b>256077</b>	<b>100,00</b>	<b>119941</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Partindo-se do que consta dos parágrafos precedentes, uma das constatações a que se chega é que embora a Região Metropolitana tenha ampliado sua participação no conjunto da sócio-ocupação no Rio Grande do Norte, tal processo ocorreu com desconcentração no interior da própria Região Metropolitana no sentido pólo-periferia. Como evidência para esta afirmação cita-se que em apenas duas categorias sócio-ocupacionais o núcleo apresentou maior participação em 2000 comparativamente a 1991: na categoria dos dirigentes do setor público e dos agricultores.

Entretanto, apesar da evidência apresentada, não se pode deixar de destacar que a desconcentração referida não anulou a concentração existente no núcleo, pois se em 1991, este concentrara em torno de 73%, em 2000 concentrou ainda pouco mais de 68% do total das ocupações dos residentes na Região Metropolitana, o que representa um grau muito elevado de concentração de ocupações. Ou seja, houve uma desconcentração relativa. E para finalizar é importante ressaltar que a desconcentração efetivada foi capturada, sobretudo, pelos dois municípios que apresentaram durante a década os maiores níveis de integração ao pólo metropolitano: o município de São Gonçalo do Amarante com alto grau de integração e, principalmente, Parnamirim com grau muito alto de integração ao pólo metropolitano.

#### **5.0. Apontamentos sobre a Demografia, Migração, Moradia, com base na Distribuição Percentual de Indicadores Sintéticos segundo as Categorias Sócio-ocupacionais da RMNatal em 1991 e 2000.**

##### **DEMOGRAFIA**

Os indicadores de demografia usados na identificação e análise das mudanças na estrutura socioocupacional entre 1991 e 2000 foram o percentual de homens, o percentual de velhos (população com 65 anos ou mais), o percentual de brancos e a idade média da população.

Em relação ao percentual de homens, verifica-se que tanto em 1991 quanto em 2000, a categoria dos agricultores é a que concentra o maior

contingente de homens (94,43% em 1991 e 89,92% em 2000), havendo, entretanto, um decréscimo de 4,78% da população masculina de um ano para outro. Na maioria das categorias existe uma predominância de homens (1991 e 2000). As categorias dos profissionais de nível superior e dos trabalhadores do terciário não especializado são àquelas em que a situação se inverte, ou seja, são compostas predominantemente por mulheres. De uma maneira geral, em todas as categorias socioocupacionais houve uma diminuição da população masculina entre os dois anos estudados. A exceção foi a categoria dos trabalhadores do secundário, uma vez que aconteceu um aumento da população masculina (78,82% em 1991 e 83,36% em 2000).

Quanto à população com 65 anos e mais, nota-se que a categoria dos agricultores é a que apresenta o maior percentual de velhos (nos dois anos de estudo). No geral, entretanto, o contingente de velhos nas categorias socioocupacionais é bastante pequeno. Destaca-se a mudança ocorrida na categoria dos dirigentes, uma vez que entre 1991 e 2000 houve um decréscimo de 64% na população com 65 anos e mais.

Quando a análise é em relação à cor/raça da população, percebe-se que a categoria dos dirigentes, dos profissionais de nível superior, dos pequenos empregadores e das ocupações médias são formadas predominantemente por brancos. Nas demais categorias a maioria da população não é branca, podendo ser preta, parda, amarela ou indígena. Comparando-se os anos de 1991 e 2000 percebe-se que o percentual de brancos aumentou em quase todas as categorias. A exceção foi a categoria dos dirigentes onde se observou um decréscimo de 0,5% no período estudado. Embora a categoria dos agricultores apresente, nos dois anos em questão, os menores percentuais de brancos, é ela que apresenta o maior aumento relativo de brancos no período de 1991 e 2000 (aumento de 53%).

Em relação à idade da população estudada, percebe-se que, tanto em 1991 quanto em 2000, a categoria dos dirigentes é a que apresenta a maior idade média (40 anos em 1991 e 42 anos em 2000) e a categoria dos trabalhadores do terciário não especializado é a que possui idade média mais baixa (31 anos em 1991 e 33 anos em 2000). Comparando-se a evolução deste indicador no período estudado constata-se um aumento da idade média da população de todas as categorias socioocupacionais.

## **MIGRAÇÃO**

Os indicadores utilizados para caracterizar as categorias sócio-ocupacionais quanto à migração populacional, de forma comparativa entre os anos de 1991 e 2000, centram a análise no movimento de atração da população, ou seja, a imigração. Estes indicadores são: percentual de não nascidos no município onde mora; percentual de nascidos no estrangeiro; percentual de migrantes há menos de 5 anos no município; percentual de migrantes há menos de 5 anos no Estado; percentual de não naturais moradores há mais de 10 anos no Estado; tempo médio dos migrantes no município (em anos); e finalmente, o tempo médio dos migrantes no Estado (em anos).

Os dados de não naturais para o nível municipal da Região Metropolitana de Natal revelam um alto nível de mobilidade municipal realizada alguma vez na vida pelos seus habitantes. Com exceção dos agricultores, em todas as demais categorias sócio-ocupacionais pelo menos 50% da população era composta de não naturais dos municípios de residência em 2000, embora, numa perspectiva temporal, estes valores tenham diminuído comparando-se os dados de 1991 com os dados do censo de 2000. A categoria sócio-ocupacional com maior número de não naturais na sua população era a categoria dos pequenos empregadores (67% em 1991 e 67,4% em 2000). Por outro lado, os agricultores compõem a categoria com o menor percentual de não naturais (43,65% em 1991 e 45,11% em 2000).

No que se referem aos não naturais do Estado segundo o tempo de moradia no Rio Grande do Norte, o indicador d revela que em 1991 este percentual era significativamente maior do que em 2000, para todas as categorias sócio-ocupacionais.

Com relação aos nascidos fora do Brasil, os resultados demonstram que, tomando-se a Região Metropolitana de Natal como um todo, este indicador revela uma baixa representatividade de estrangeiros na população residente desta região, independente da categoria sócio-ocupacional. Ressalte-se, apenas, um leve acréscimo no percentual de estrangeiros nas categorias

Dirigentes e Pequenos Empregadores, que em 1991 era de 0,00% e 0,17% e, em 2000 passou à 0,61% e 0,63% respectivamente. Contudo, estes valores não são expressivos, pois não somam 1% da população total em cada uma das categorias sócio-ocupacionais.

No que tange ao percentual de migrantes há menos de 5 anos no município atual de residência, o que chama a atenção é a variação deste indicador, entre 1991 e 2000, nas categorias, Trabalhadores do Secundário, Trabalhadores do Terciário, Trabalhadores do Terciário não Especializado e, Agricultores. Para todas estas categorias sócio-ocupacionais, o percentual de migrantes há menos de 5 anos no município diminuiu consideravelmente em 2000 quando comparado com os números de 1991: Trabalhadores do Secundário (37,0% em 1991 contra 23,14% em 2000), Trabalhadores do Terciário (33,9% em 1991 contra 24,38% em 2000), Trabalhadores do Terciário não Especializado (48,64% em 1991 contra 28,11% em 2000) e, Agricultores (51,78% em 1991 contra 31,27% em 2000).

Quanto ao percentual de migrantes há menos de 5 anos no Estado, chama a atenção para o alto valor deste indicador na categoria Profissionais de Nível Superior. Em 1991, 15,32% da população desta categoria era composta por imigrantes que vieram de fora do Rio Grande do Norte. Em 2000, esse valor caiu para 13,03%. Outro ponto que merece ser ressaltado neste indicador refere-se ao declínio acentual ocorrido entre 1991 e 2000 na Categoria Dirigentes (12,57% em 1991 e 6,79% em 2000).

No que confere ao tempo médio de residência dos migrantes, o tempo médio de residência do migrante no município diminuiu de 1991 para 2000. Para citar como exemplo, na categoria sócio-ocupacional dos Dirigentes, os migrantes em 1991 tinham, em média, 4,7 anos de residência no município. Em 2000 este número era de 3,9 anos. Da mesma forma, para a categoria Agricultores, o tempo média de residência dos migrantes em 1991 era de 4 anos, caindo para 3,42 anos, em média, em 2000.

Contudo, quando o enfoque é o tempo médio de residência no Estado, dentre aqueles que não moravam no município atual há 5 anos atrás (migrantes), verifica-se que, em algumas categorias sócio-ocupacional, o tempo médio de moradia no Estado como um todo aumenta, quando cotejamos os dados de 1991 com relação à 2000. Novamente citando os Dirigentes,

observa-se que em 1991 o tempo médio de moradia no Estado dos migrantes desta categoria era de 10,2 anos. Em 2000 este valor passou para 17,8 anos. Da mesma forma, os profissionais de nível superior: 14,3 anos em 1991, e 16,09 anos em 2000. Por outro lado, para os agricultores, o tempo médio de moradia dos migrantes no Estado, ainda que de forma não significativa, diminuiu entre 1991 e 2000: 27,9 anos em 1991, e 27,4 anos em 2000.

## **MORADIA**

Os indicadores de moradia contemplaram as questões do saneamento (percentual de casas com saneamento escoado, percentual de casas com sanitário individual e média de banheiros), das condições de ocupação (percentual de domicílios alugados, percentual de domicílios só com construção própria e percentual de domicílios do tipo apartamento) e do congestionamento domiciliar (percentual de domicílios com mais de 1,5 pessoas por cômodo e percentual de domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório).

As condições de saneamento dos domicílios em 1991 se apresentam de forma bastante precária. Em 1991, por exemplo, apenas 1,81% dos domicílios apresentavam condições adequadas de saneamento, ou seja, possuíam abastecimento de água feito em rede geral com canalização interna e possuíam instalação sanitária com rede geral ou fossa séptica ligada à rede pluvial. Os domicílios dos dirigentes eram os que apresentavam as melhores condições de saneamento em 1991 (33,6% com saneamento adequado). Em 2000, os domicílios de todas as categorias socioocupacionais tiveram seu saneamento melhorado. Percentualmente, o maior aumento deste indicador aconteceu na categoria dos agricultores.

Em relação à existência de sanitário individual no domicílio, verificou-se que nos dois anos de estudo a categoria dos agricultores foi a que apresentou os menores percentuais. Em 2000, a categoria dos dirigentes destaca-se por apresentar sanitário individual em todos os domicílios. De um modo geral o número de domicílios com sanitário individual aumentou entre 1991 e 2000, e o maior aumento relativo foi verificado na categoria dos agricultores (aumento de 27%).

O número médio de banheiros é maior nos domicílios da população pertencente à categoria dos dirigentes (3 banheiros em 1991 e 2000). Na maior parte das categorias socioocupacionais, entretanto, os domicílios possuem em média um banheiro.

Em 1991, o maior percentual de domicílios alugados pertencia à categoria dos trabalhadores do terciário e em 2000 à categoria do terciário não especializado. Em ambos os anos, a categoria dos agricultores apresentou os menores percentuais deste indicador, embora quando compara-se a evolução entre 1991 e 2000 percebe-se que foi a categoria com o maior aumento relativo (19%). Outra categoria que apresentou aumento na quantidade de domicílios alugados foi a de pequenos empregadores (aumento de 9%). Nas demais categorias houve uma diminuição de domicílios alugados.

Em relação aos domicílios com construção própria, percebe-se baixos percentuais em todas as categorias socioocupacionais e nos dois anos de estudo. Tanto em 1991 quanto em 2000, os agricultores foram os que apresentaram os maiores percentuais deste indicador. Analisando a evolução no período (1991 – 2000), entretanto, verifica-se que esta mesma categoria apresenta o segundo maior decréscimo de domicílios com esta condição (decréscimo de 45%). O maior decréscimo foi observado na categoria dos pequenos empregadores (diminuição de 78% do número de domicílios com construção própria).

Quando é analisada a relação entre o número de moradores e o número de cômodos dos domicílios, verifica-se que nos dois anos estudados os maiores percentuais de domicílios com mais de 1,5 pessoas por cômodo estão presentes nas categorias dos agricultores e dos trabalhadores do terciário não especializado. Em todas as categorias, porém, observa-se um decréscimo deste indicador, principalmente nas categorias dos dirigentes (todos os domicílios passaram a ter menos de 1,5 pessoas por cômodo) e dos profissionais de nível superior (decréscimo de 74%).

Em relação ao número de moradores e o número de cômodos servindo como dormitório no domicílio, verifica-se que tanto em 1991 quanto em 2000 o maior percentual de domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório pertencia à categoria dos trabalhadores do secundário. Os menores percentuais são da



categoria de dirigentes, seguidos pela categoria dos profissionais de nível superior. De um modo geral houve um decréscimo em todas as categorias socioocupacionais, destacando-se a diminuição deste indicador na categoria dos pequenos empregadores.

## **6.0. Apontamentos sobre a Renda, Trabalho e Educação com Base na Distribuição Percentual de Indicadores Sintéticos segundo as Categorias Sócio-ocupacionais da RMNatal em 1991 e 2000.**

### **6.1. Notas sobre os Indicadores Sintéticos – 1991**

#### **RENDA**

- A) Na RMNatal o múltiplo entre os que ganham menos (Agricultores) em média da renda familiar em salário mínimo frente aos que ganham mais (Dirigentes) é de 11,37. Esse múltiplo cai para 10,56 quando se compara a media de renda familiar per capita em S.M. dessas categorias e cresce para 13,99 quando se compara a média da renda pessoal no trabalho principal. Esse fato revela a importância do trabalho principal na composição da renda familiar, revelada pela diferença entre a média da renda familiar per capita e a media da renda pessoal no trabalho principal.
- B) Nessa relação entre a média per capita familiar em salários mínimo e o a média de renda do trabalho principal, os dirigentes apresentam o maior hiato (3,24) enquanto os trabalhadores do terciário não especializado apresentam o menor hiato (1,31). Em todas as categorias a renda pessoal no trabalho principal é a principal componente na formação da renda da família.

## **TRABALHO**

- A) Observando-se as categorias sócio-ocupacionais em sua relação com a previdência, focando-se os ocupados por conta própria, constata-se que em todas as categorias, é grande o percentual de ocupados sem previdência, principalmente entre as categorias inferiores, tendo entre os agricultores o maior percentual dos sem previdência (91,06%) e entre os profissionais de nível superior o menor percentual (55,01%)
- B) Dentre as categorias ocupacionais, os profissionais de Nível Superior apresentam a maior participação no que se refere a contribuição com a previdência, pois nessa categoria 84,7% são contribuintes. Enquanto entre os agricultores a participação é muito baixa, apenas 16,33%.
- C) No item ocupados com carteira de trabalho as categorias médias apresentam o maior percentual (68,15%) enquanto os pequenos empregadores apresentam percentual nulo (0,0%).
- D) Considerando que para os empregados a carteira assinada é muito importante, muito mais do que para os que trabalham por conta própria, ou que são empregadores ou dirigentes, os percentuais apresentados, a exceção dos agricultores (37,17%) e dos trabalhadores do terciário não especializados, todos apresentam percentuais acima de 55%, tendo entre os trabalhadores do secundário o maior percentual (72,6%) e o menor entre os dirigentes (56,85%).

## **EDUCAÇÃO**

- A) Na RMNatal as categorias sócio-ocupacionais superiores mostram em média um percentual de analfabetos e analfabetos funcionais relativamente baixos, frente a uma elevada média de anos de estudos. As categorias inferiores mostraram percentuais significativamente mais elevados. Entre as categorias, os agricultores apresentaram o maior percentual (64,08% e 77,61% respectivamente) enquanto os profissionais de nível superior apresentaram o menor (0,38% e 0,48% respectivamente).

## **6.2 Notas sobre os Indicadores Sintéticos – 2000**

### **RENDA**

- A) Na RMNatal o múltiplo entre os que ganham menos (Agricultores) em média da renda familiar em salário mínimo frente aos que ganham mais (Dirigentes) é de 2,07. Esse múltiplo cresce para 10,56 quando se compara a media de renda familiar per capita em S.M. dessas categorias e cresce para 16,04 quando se compara a média da renda pessoal no trabalho principal. Esse fato revela a importância do trabalho principal na composição da renda familiar, revelada pela diferença entre a média da renda familiar per capita e a media da renda pessoal no trabalho principal.
- B) Nessa relação entre a média per capita familiar em salários mínimo e o a média de renda do trabalho principal, os dirigentes apresentam o maior hiato (2,56) enquanto os trabalhadores do terciário não especializado apresentam o menor hiato (0,87). Para esses últimos o hiato é inferior a 1 revelando um contexto de precariedade econômica, no qual a renda pessoal no trabalho principal declina frente a demais rendas, pois apresenta-se inferior a média da renda familiar per capita. Em outras palavras, sua contribuição para a renda da familiar é inferior as das demais rendas.

### **TRABALHO**

- A) Observando-se as categorias sócio-ocupacionais em sua relação com a previdência, focando-se os ocupados por conta própria, constata-se que em todas as categorias, é grande o percentual de ocupados sem previdência, principalmente entre as categorias inferiores, tendo entre os agricultores o maior percentual dos sem previdência (92,79%) e entre os profissionais de nível superior o menor percentual (62,77%).
- B) Dentre as categorias ocupacionais, os dirigentes apresentam a maior participação no que se refere a contribuição com a previdência, pois

nessa categoria 61,11% são contribuintes. Enquanto entre os trabalhadores do secundário a participação é muito baixa, apenas 28,27%. No item ocupados com carteira de trabalho as categorias médias apresentam o maior percentual (55,13%) enquanto os pequenos empregadores apresentam percentual nulo (0,0%).

C) Considerando que para os empregados a carteira assinada é muito importante, muito mais do que para os que trabalham por conta própria, ou que são empregadores ou dirigentes, os percentuais apresentados, a exceção dos agricultores (26,15%) e dos trabalhadores do terciário não especializados (44,93%), todos apresentam percentuais acima de 53%, tendo entre os trabalhadores do secundário o maior percentual (63,8%) e o menor entre os dirigentes (53,78%).

## **EDUCAÇÃO**

A) Na RMNatal as categorias sócio-ocupacionais superiores mostram em média um percentual de analfabetos e analfabetos funcionais relativamente baixos, frente a uma elevada média de anos de estudos. As categorias inferiores mostraram percentuais significativamente mais elevados. Entre as categorias, os agricultores apresentaram o maior percentual (48,59% e 65,25% respectivamente) enquanto os profissionais de nível superior apresentaram o menor (0,45% e 1,8% respectivamente).

### **6.3. Comparativo da Renda Trabalho e Educação 1991-2000**

#### **COMPARATIVO DA RENDA 1991-2000**

➤ Observando os anos 1991 e 2000 é possível observar que ocorreu uma redução no hiato entre a renda pessoal no trabalho principal e as demais rendas da família em todas as categorias socio-ocupacionais. O caso mais chamativo se dá com os trabalhadores do Terciário não especializado, que apresenta uma média da renda pessoal no trabalho principal inferior a média da renda familiar per capita em S. M.. Esse fato

é possível em razão dos salários dos demais membros da família superar em valor os da renda pessoal no trabalho principal.

- Um mudança importante se dá entre as categorias sócio-ocupacionais mais elevadas. As categorias; Dirigentes, Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores, apresentam uma inversão nos valores médios apresentados pela renda familiar e pela renda pessoal no trabalho principal. Em 1991 os números mostram que a média da renda familiar em salários mínimos é maior do que a média da renda pessoal no trabalho principal, se permitido deduzir que as rendas obtidas fora do trabalho principal são, em salários mínimos, superiores as da do trabalho principal. No entanto, em 2000, essa relação modifica-se, ou seja, a média da renda pessoal o trabalho principal apresenta-se, em salários mínimos, superior a media da renda familiar. Inferindo-se dessa mudança, que o trabalho principal assumiu de fato, uma maior preponderância na formação da renda familiar frente as demais rendas. Contexto plenamente diferente do vigente no ano de 1991.
- Em geral, a média da renda familiar em salários mínimos caiu para os segmentos médio e superior, enquanto cresceram para os demais. A média da renda familiar per capital, porém, cresceu, para todas as categorias, possibilitada pelo crescimento da média da renda pessoal no trabalho principal.
- Comparando-se a média da renda pessoal no trabalho principal entre os agricultores, por ser essa a categoria de menor média pessoa no trabalho principal, e as demais médias das outras categorias, constata-se que os dirigentes e os pequenos empregadores ampliaram a razão entre sua média de renda pessoal e as dos agricultores de 13,99 para 16,05 e de 7,46 para 11,41 respectivamente. Esses valores indicam uma dilatação do fosso existente entre as categorias superiores e as demais, tendo-se a renda dos agricultores como medida padrão.

## **COMPARATIVO DO TRABALHO 1991-2000**

- Algumas constatações são possíveis a partir dos dados apresentados nos anos de 1991 e 2000. O percentual de ocupados por conta própria cresceu o percentual dos sem previdência em todas as categorias. Esse fato contribuiu para a crise da previdência que se evidenciou nos anos 1990, refletida no déficit da mesma.. Quanto os ao percentual de empregados com carteira de trabalho, reduziu-se em sete das oito categorias, tendo com exceção apenas os trabalhadores do terciário não especializado que aumentou de 39,43% para 44,92%. Todos os demais reduziram suas respectivas participações.
- No que se refere aos ocupados com carteira de trabalho, somente os dirigentes e os trabalhadores do terciário não especializado ampliaram suas participações. Todos os demais apresentaram redução nas suas respectivas participações.

## **COMPATIVO DA EDUCAÇÃO 1991-2000**

- Os dados da educação mostram que sete entre as oito ocupações evoluíram nos percentuais de analfabetismo, analfabetismo funcional e anos de estudo. Em outras palavras, a exceção da categoria Profissionais de Nível Superior, todas as demais reduziram o percentual de analfabetos e analfabetos funcionais e aumentaram a média de anos de estudos dos que estudaram. No entanto como foi mencionado, entre os profissionais de nível superior ocorreu uma tendência contrária, ou seja, reduziu-se a média de anos de estudo de 15 para 14,44anos, e aumentou-se o percentual de analfabetos e analfabetos funcionais de 0,38% e 0,48% para 0,45% e 1,8% respectivamente. O crescimento significativo dos analfabetos funcionais indica o crescimento de uma educação de baixa qualidade, que não qualifica eficientemente os estudantes e profissionais.

#### **6.4. Algumas Notas Específicas Sobre os Municípios Integrantes da RMNatal**

##### **RENDA**

- a) A cidade de Natal apresenta as maiores médias de renda domiciliar da RMNatal em todas as categorias sócio-ocupacionais tanto em 1991 quanto em 2000. Por consequência a renda familiar per capital também é maior em relação aos demais municípios nos anos em estudo.
- b) Quanto a renda da atividade principal, o município de Natal no ano de 1991 liderava todos os municípios, ao apresentar um renda média significativamente maior em todas as categorias, porém no ano de 2000 ocorre uma pequena mudança na categoria pequenos empregadores. O município de Parnamirim passa a liderar a RMNatal com o valor de 21,75 seguindo de Natal com 16,09 salários mínimos. Essa mudança se deve ao crescimento da atividade econômicas, em especial, as industriais no referido município.

##### **TRABALHO**

- a) Em Geral cresceu absolutamente o número de trabalhadores com carteira assinada, mas declinou o percentual desses trabalhadores frente aos ocupados na RMNatal. Raras foram as exceções nos municípios da RMNatal.

##### **EDUCAÇÃO**

- a) UM paradoxo se estabelece na RMNatal que merece ser melhor estudado. Segundo os dados de 1991 e 2000 ocorreu uma elevação na média de anos de estudo em quase todas as categorias sócio-ocupacionais, tendo como única exceção a categoria profissionais de nível superior (intelectuais) que reduziu a média de ano de estudos.

## 1. TABELAS SINTÉTICAS



Distribuição percentual de indicadores sintéticas segundo as Categorias Socioocupacionais. Região Metropolitana de Natal - 1991

INDICADORES SINTÉTICOS - 1991	CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS							
	Dirigentes	Profissionais de Nível Superior	Pequenos Empregadores	Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do Terciário Não Especializado	Agricultores
<b>DEMOGRAFIA</b>								
% homens	82,59	44,51	76,34	56,26	78,82	60,08	43,19	94,43
idade média	41	37	39	32	33	33	31	36
% de 65 anos e mais	4,22	0,61	2,76	0,79	0,95	1,78	1,70	6,06
% brancos	68,01	61,03	58,45	47,05	27,49	37,24	26,13	16,04
<b>RENDA</b>								
média da renda familiar em sm	24,56	16,74	14,02	7,98	4,34	3,57	5,68	2,16
média da renda familiar per capita em sm	4,45	2,92	2,70	1,56	0,64	0,89	0,80	0,42
média da renda pessoal no trabalho principal	14,41	7,79	7,68	3,29	1,78	1,81	1,05	1,03
<b>MIGRAÇÃO</b>								
% não nascidos no município onde mora	66,59	61,10	67,00	57,27	61,94	60,12	66,17	43,65
% nascidos no estrangeiro	0,00	0,58	0,17	0,20	0,03	0,00	0,07	0,05
% de migrantes há menos de 5 anos no município	16,21	23,80	20,96	28,34	37,00	33,90	48,64	51,78
% de migrantes há menos de 5 anos no Estado	12,57	15,32	11,04	10,60	7,50	8,74	7,56	5,28
% de não naturais moradores há mais de 10 anos no Estado	75,35	75,83	83,73	82,30	88,14	86,92	88,25	92,69
tempo médio dos migrantes no município (em anos)	4,7	4,6	5,0	4,7	4,7	4,7	4,0	4,0
tempo médio dos migrantes no Estado (em anos)	10,2	14,3	15,8	16,8	22,1	19,3	20,2	27,9
<b>EDUCAÇÃO</b>								
% de analfabetos	1,23	0,38	5,43	1,93	23,90	13,91	32,45	64,08
% de analfabetos funcionais	3,38	0,48	12,18	5,25	38,55	23,84	50,11	77,61
média de anos de estudos dos que estudaram	11,91	15,00	9,53	9,99	5,44	6,80	4,72	3,56
<b>TRABALHO</b>								
% ocupados com carteira de trabalho	12,73	62,38	0,00	68,15	50,26	45,15	29,88	14,83
% empregados com carteira de trabalho	56,85	67,28	*	71,59	72,60	71,19	39,43	37,17
% contribuintes da previdência	76,52	84,70	62,18	75,28	53,41	52,82	33,84	16,33
% de conta própria com previdência	*	45,07	*	24,79	15,83	21,39	10,47	6,35
% de conta própria sem previdência	*	55,01	*	74,66	82,44	76,61	87,61	91,06
<b>MORADIA</b>								
<b>saneamento</b>								
% casas com saneamento escoado	33,60	25,86	24,25	15,02	8,70	13,36	8,80	1,81
% casas com sanitário individual	98,48	99,32	98,64	97,15	88,32	92,48	85,54	66,60
média de banheiros	3,03	2,4	1,96	1,5	1,1	1,16	1,09	1,08
<b>condições de ocupação</b>								
% domicílios alugados	22,69	20,54	19,17	21,96	19,58	23,48	22,65	3,93
% só com construção própria	0,00	0,37	2,60	1,27	4,59	2,93	5,06	7,72
% apartamentos	23,64	27,94	13,74	10,28	1,15	2,38	0,98	0,58
<b>congestionamento</b>								
% mais que 1,5 pessoas por cômodo	1,05	0,85	3,87	4,49	17,47	11,65	23,93	23,55
% mais que 2 pessoas por dormitório	9,33	9,97	22,41	28,77	51,29	41,86	50,03	50,91

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991. (Metrodata)

Distribuição percentual de indicadores sintéticas segundo as Categorias Socioocupacionais. Região Metropolitana de Natal - 2000

INDICADORES SINTÉTICOS - 2000	CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS							
	Dirigentes	Profissionais de Nível Superior	Pequenos Empregadores	Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do Terciário Não Especializado	Agricultores
<b>DEMOGRAFIA</b>								
% homens	60,76	45,70	68,30	51,57	83,36	56,73	38,67	89,92
idade média	42,35	38,45	41,32	33,72	34,34	34,01	33,87	38,49
% de 65 anos e mais	1,51	1,06	2,91	0,77	1,01	1,80	1,65	7,56
% brancos	67,68	64,84	65,31	52,92	36,12	43,23	34,64	24,59
<b>RENDA</b>								
média da renda familiar em sm	9,35	8,81	9,07	7,21	5,67	6,13	5,72	4,52
média da renda familiar per capita em sm	9,08	7,31	8,15	3,41	1,35	1,93	1,67	0,86
média da renda pessoal no trabalho principal	23,27	9,45	16,55	4,11	2,19	2,37	1,46	1,45
<b>MIGRAÇÃO</b>								
% não nascidos no município onde mora	62,31	60,01	67,40	54,40	57,32	58,10	61,07	45,11
% nascidos no estrangeiro	0,61	0,41	0,63	0,11	0,06	0,13	0,02	0,00
% de migrantes há menos de 5 anos no município	15,89	23,95	20,83	26,95	24,38	23,14	28,11	31,27
% de migrantes há menos de 5 anos no Estado	6,79	13,03	11,88	10,89	7,38	8,97	7,58	3,89
% de não naturais moradores há mais de 10 anos no Estado	73,8	59,6	63,5	60,1	66,5	62,6	63,6	73,8
tempo médio dos migrantes no município (em anos)	3,93	3,77	3,84	3,58	3,99	3,99	3,78	3,42
tempo médio dos migrantes no Estado (em anos)	17,85	16,09	14,85	17,52	21,19	18,63	20,90	27,41
<b>EDUCAÇÃO</b>								
% de analfabetos	0,00	0,45	1,98	0,71	14,11	8,16	18,26	48,59
% de analfabetos funcionais	1,51	1,80	6,70	3,87	28,13	19,23	32,08	65,25
média de anos de estudos dos que estudaram	13,34	14,44	10,78	10,52	6,07	7,33	5,68	3,80
<b>TRABALHO</b>								
% ocupados com carteira de trabalho	29,85	43,34	0,00	55,13	45,18	41,98	35,04	10,73
% empregados com carteira de trabalho	53,78	54,48	*	61,46	62,80	63,84	44,92	26,15
% contribuintes da previdência	61,11	43,25	58,46	36,30	29,36	28,27	44,53	32,60
% de conta própria com previdência	*	37,21	*	19,38	9,63	14,55	7,35	7,21
% de conta própria sem previdência	*	62,77	*	80,62	90,37	85,45	92,66	92,79
<b>MORADIA</b>								
<b>saneamento</b>								
% casas com saneamento escoado	92,34	88,80	85,16	74,67	50,65	59,51	49,84	14,87
% casas com sanitário individual	100,00	99,93	98,85	99,15	97,47	98,00	97,25	84,93
média de banheiros	2,91	2,46	2,51	1,68	1,22	1,34	1,37	1,15
<b>condições de ocupação</b>								
% domicílios alugados	19,46	18,52	21,01	19,93	17,00	19,70	22,02	4,70
% só com construção própria	0,96	0,97	0,55	2,40	3,79	2,81	3,61	4,21
% apartamentos	19,46	18,52	21,01	19,93	17,00	19,70	22,02	4,70
<b>congestionamento</b>								
% mais que 1,5 pessoas por cômodo	0,00	0,63	0,99	1,62	8,56	5,54	10,51	16,04
% mais que 2 pessoas por dormitório	8,89	9,07	12,92	20,95	41,91	32,55	39,06	41,61

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RMNATAL observada através da aplicação da tipologia socioespacial nos permite perceber que a mesmo sendo uma área metropolitana em formação apresenta em sua estrutura intra-urbana um espaço social segmentado e hierarquizado ocupacionalmente. Tal aspecto recaí diretamente sobre as suas estrutura sociais, constituindo um espaço diferenciado com desigualdades sociais.

Por outro lado, a hierarquização ocupacional não se dá de forma homogênea, apresentando espaços diferenciados e segmentados no interior de cada tipo socioespacial. Com exceção de Natal, que apresenta uma estrutura socioocupacional com a contemplação de todos os tipos, os demais municípios são mais homogêneos, com o predomínio de um ou no máximo dos tipos socioespacial.

Todavia, cada um dos oitos tipos socioespacial apresenta uma organização social própria e bem heterogênea conforme pudemos observar na tabela III.3.3. Entretanto, ao analisamos a densidade que cada um desses tipos apresentam, percebe-se que mantêm essa condição de diferenciação socioocupacional.

Em síntese, podemos inferir que a RMNatal apresenta um padrão de concentração das camadas superiores em poucos espaços e que esses são densos em decorrência das ocupações médias que já são pouco dispersas espacialmente.

Nesse sentido, podemos concluir que os pressupostos da Global city se faz presente na RMNatal com o predomínio do setor terciário na conformação de sua dinâmica produtiva, ocupacional e social.

A tipologia socioespacial nos permitiu perceber que as posições sociais ocupadas pelos indivíduos na RMNatal aponta a para o fato de os mesmos ocuparem postos que os leva a assumir atributos sociais desigualmente distribuídos.

---